

Maristele Barbosa de Oliveira

**ESCALA PARA AVALIAR A GESTÃO ESCOLAR
DEMOCRÁTICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE
SANTA CATARINA COM O USO DA TEORIA DA RESPOSTA
AO ITEM**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Mestre em Métodos e Gestão em Avaliação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Silvana Ligia Vincenzi Bortolotti

Coorientadora: Prof.^a Dr.^a Lizandra da Silva Menegon

Florianópolis
2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Oliveira, Maristeele Barbosa de
Escala para avaliar a gestão escolar democrática da rede estadual de ensino de Santa Catarina com o uso da teoria da resposta ao item / Maristeele Barbosa de Oliveira ; orientador, Silvana Ligia Vincenzi Bortolotti, coorientador, Lizandra da Silva Menegon, 2018.
207 p.

Dissertação (mestrado profissional) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

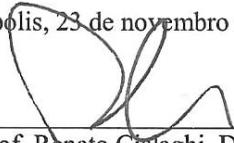
1. Métodos e Gestão em Avaliação. 2. Avaliação da Gestão Escolar Democrática. 3. Teoria da Resposta ao Item. I. Bortolotti, Silvana Ligia Vincenzi. II. Menegon, Lizandra da Silva. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação. IV. Título.

Maristele Barbosa de Oliveira

**ESCALA PARA AVALIAR A GESTÃO ESCOLAR
DEMOCRÁTICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE
SANTA CATARINA COM O USO DA TEORIA DA RESPOSTA
AO ITEM**

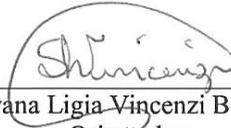
Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Métodos e Gestão em Avaliação” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação.

Florianópolis, 23 de novembro de 2018.



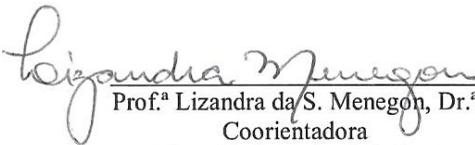
Prof. Renato Cislighi, Dr.
Coordenador do Curso

BANCA EXAMINADORA

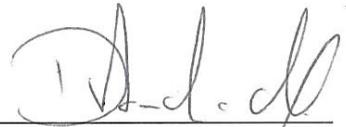


Prof.ª Silvana Ligia Vincenzi Bortolotti, Dr.ª
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina



Prof.ª Lizandra da S. Menegon, Dr.ª
Coorientadora
Universidade Federal de Santa
Catarina



Prof. Dalton F. de Andrade, Ph.D.
Universidade Federal de Santa
Catarina



Prof. Adriano Ferreti Borgatto, Dr.
Universidade Federal de Santa
Catarina



Prof.ª Neide Martins Arrias, Dr.ª
Universidade Federal de Santa
Catarina

AGRADECIMENTOS

Início meus agradecimentos com as palavras de Heloisa Luck (2009. p.3) ao afirmar que “nenhuma realização é isolada, ou é devida exclusivamente ao seu autor nominal”. A concretização deste sonho só foi possível graças à nobreza e à generosidade de todas as pessoas que me apoiaram, incentivaram, ensinaram e que trabalharam junto comigo nas mais diversas fases do mestrado.

Agradeço à minha orientadora, Silvana Ligia Vincenzi Bortolotti, e à minha coorientadora, Lizandra da Silva Menegon, pelos ensinamentos, disponibilidade, confiança e amizade. Pessoas maravilhosas que não mediram esforços em me ajudar.

À Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, por ter possibilitado o desenvolvimento da pesquisa. Em especial, aos brilhantes colegas da SED que estiveram comigo em toda essa jornada: Maristela Aparecida Fagherazzi, Sandro Medeiros, Alessandro dos Santos Frazão, Carin Deichmann, Hemerson Raulino Bombazaro, Rosimeri Jorge da Silva, Sandra Mara Cardoso, Liliane Sueli Costódio Knoll, Marilei Teresinha Cesco, Rosilene Demarco Sbeghen, pela dedicação, comprometimento, companheirismo, solidariedade e parceria.

Aos professores do PPGMGA, sobretudo aos professores Dalton Francisco de Andrade, Adriano Ferreti Borgatto, Pedro Alberto Barbeta e Marcelo Menezes Reis.

Aos professores juízes que colaboraram com a pesquisa: Amândia Maria de Borba, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva, Leila Procópio do Nascimento, Lúcia Schneider Hardt, Neide Martins Arrias, Carlos Henrique S. da Silva Nunes, Davi Baasch e Gustavo Klauberg Pereira.

Aos colegas de mestrado pela troca de experiências e conhecimentos, especialmente à Alexandra Russi e ao Cacio Fabricio Gomes da Rocha.

À Ediane Nascimento Ferreira, pelo grande auxílio no final desta jornada.

E, por fim, agradeço à minha família, que, mesmo de longe, me apoiou e incentivou nos momentos difíceis. Principalmente, minha “mana guerreira”, Neuza Maria Barbosa de Oliveira Antunes, fonte de inspiração.

“É que a democracia, como qualquer sonho, não se faz com palavras desencarnadas, mas com reflexão e prática.”

(FREIRE, 1997, p. 61)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo construir uma escala para avaliar o nível de efetivação da gestão escolar democrática, nas escolas da rede estadual de ensino de Santa Catarina, utilizando a Teoria da Resposta ao Item (TRI). Foi executada em três fases: teórica, empírica e analítica. Na fase teórica, realizou-se a revisão da literatura e elaborou-se o modelo conceitual, os quais serviram de base para a Equipe da Secretaria de Estado da Educação (Equipe SAGE/SC, da qual esta pesquisadora faz parte) construir os itens do instrumento de avaliação da gestão escolar que, por último, passaram pela validação de conteúdo por meio da análise semântica e de juízes. A fase empírica refere-se ao planejamento e à aplicação do instrumento para avaliar a gestão escolar de 1.035 escolas, executada pela Equipe SAGE/SC. A fase analítica consistiu na avaliação da dimensionalidade do instrumento, na análise psicométrica dos itens pelo Modelo de Resposta Gradual da TRI e na construção da escala de medida. A interpretação da escala resultou na definição de seis níveis de efetivação da gestão escolar democrática e contou com a ajuda de especialistas da Secretaria de Estado da Educação sobre a temática. A gestão escolar democrática tem papel importante na promoção da formação integral dos estudantes. Assim, o desenvolvimento de mecanismos avaliativos quanto à sua atuação contribui, dentre outras coisas, para o planejamento e a gestão de políticas públicas voltadas à sua melhoria e, conseqüentemente, à promoção da educação com qualidade social. Pelos resultados exibidos no presente estudo, conclui-se que a TRI se mostrou uma ferramenta possível e eficiente neste processo avaliativo, uma vez que a escala construída permite identificar as potencialidades e as fragilidades de efetivação da gestão escolar democrática em cada um de seus níveis, bem como acompanhar seu progresso ao longo do tempo.

Palavras-chave: Avaliação, Gestão Escolar Democrática, Teoria da Resposta ao Item.

ABSTRACT

The objective of this research was to construct a scale to evaluate the level of effectiveness of democratic school management in the schools of the State of Santa Catarina using the Item Response Theory (IRT). It was performed in three phases: theoretical, empirical and analytical. In the theoretical phase the literature review was carried out and the conceptual model was elaborated that served as the basis for the Team of the State Secretary of Education (SAGE/SC Team, of which this researcher is part) to construct the items of the instrument of evaluation of the school management that, lastly, passed through the validation of content by means of semantic analysis and judges. The empirical phase refers to the planning and application of the instrument to evaluate the school management of 1,035 schools, carried out by the SAGE/SC Team. The analytical phase consisted in evaluating the dimensionality of the instrument, in the psychometric analysis of the items by the IRT Gradual Response Model and in the construction of the measurement scale. The interpretation of the scale resulted in the definition of six levels of effectiveness of democratic school management and counted on the help of specialists of the State Secretariat of Education on the subject. Democratic school management plays an important role in promoting the integral formation of students, thus, the development of evaluation mechanisms about their performance contributes, among other things, to the planning and management of public policies aimed at their improvement and, consequently, to the promotion of education with social quality. Based on the results presented in this study, it is concluded that IRT has proved to be a possible and efficient tool in this evaluation process, because the built scale allows identifying the potentialities and weaknesses of effectiveness of democratic school management in each of its levels, as well as follow progress over time.

Keywords: Evaluation, Democratic School Management, Item Response Theory

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Exemplo de CCI do item.....	62
Figura 2 – Fases da pesquisa.....	66
Figura 3 – Modelo conceitual da gestão escolar democrática.....	69
Figura 4 – Itens 45 e 57 do instrumento de avaliação.....	79
Figura 5 – Itens 26 e 104 do instrumento de avaliação.....	80
Figura 6 – Itens 60, 130 e 131 que contêm a opção “não se aplica” ou opção equivalente.....	80
Figura 7 – Distribuição das escolas participantes da Avaliação da Gestão Escolar por GERED.....	86
Figura 8 – Organograma da estrutura organizacional para a execução da Avaliação da Gestão Escolar de 2016.....	87
Figura 9 – Distribuição percentual das escolas por zona de localização.....	95
Figura 10 – Total de matrículas e escolas por etapa e modalidade de ensino.....	96
Figura 11 – <i>Scree plot</i> do instrumento de avaliação da gestão escolar democrática.....	98
Figura 12 – Curva característica do item 124 na escala (0,1).....	107
Figura 13 – Curva característica e curva de informação do item 3.....	116
Figura 14 – Curva de informação do instrumento e erro padrão.....	119
Figura 15 – Posição dos itens na escala (200,20).....	122

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Eixos da gestão escolar por dimensão.....	39
Quadro 2 – Competências gerais dos eixos da dimensão de organização da gestão escolar.....	39
Quadro 3 – Competências gerais dos eixos da dimensão de implementação da gestão escolar.....	40
Quadro 4 – Eixos e competências gerais da gestão escolar, na perspectiva do Prêmio Gestão Escolar/CONSED.....	42
Quadro 5 – Principais aspectos dos eixos da gestão escolar – SED.....	43
Quadro 6 – Formação continuada para gestores escolares da rede estadual de Santa Catarina.....	47
Quadro 7 – Definição constitutiva do traço latente.....	71
Quadro 8 – Quadro de práticas de gestão escolar democrática por eixo, da rede estadual de ensino de Santa Catarina (definição operacional do traço latente).....	75
Quadro 9 – Quantidade de categorias de resposta do conjunto de itens com respectivos códigos.....	79
Quadro 10 – Distribuição das perguntas às Comissões Escolares e Regionais.....	91
Quadro 11 – Agrupamento de categorias de resposta dos itens 68, 92 e 93.....	108
Quadro 12 – Agrupamento de categorias de resposta dos itens 21, 44, 112 e 113.....	109
Quadro 13 – Agrupamento de categorias de resposta do item 27.....	110
Quadro 14 – Agrupamento de categorias de resposta do item 58.....	111
Quadro 15 – Agrupamento de categorias de resposta do item 60.....	112
Quadro 16 – Agrupamento de categorias de resposta dos itens 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116 e 117.....	112
Quadro 17 – Interpretação da escala de efetivação da gestão escolar democrática.....	124

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos itens do instrumento de avaliação da gestão escolar por eixo (CE) e prática (CP) após validação dos juízes....	82
Tabela 2 – Distribuição das escolas por nível de complexidade de gestão.....	97
Tabela 3 – Frequência de respostas aos itens por categoria de resposta.....	100
Tabela 4 – Parâmetros e respectivos erros padrão, na primeira calibração, dos itens excluídos do modelo.....	105
Tabela 5 – Parâmetros e respectivos erros padrão, na primeira calibração, dos itens que sofreram agrupamento de categorias de resposta.....	108
Tabela 6 – Parâmetros dos itens 1 e 2.....	113
Tabela 7 – Estimativa dos parâmetros dos itens retidos no instrumento.....	113
Tabela 8 – Itens por eixo da gestão escolar democrática que permaneceram no instrumento de avaliação.....	116
Tabela 9 – Distribuição absoluta e relativa das escolas em cada um dos níveis da escala de efetivação da gestão escolar democrática.....	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAVE – Associação Brasileira de Avaliação Educacional
ACT – Admitidos em Caráter Temporário
ANPAE – Associação Nacional de Política e Administração da Educação
APP – Associação de Pais e Professores
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCI – Curva Característica do Item
CDE – Conselho Deliberativo Escolar
CE – Código do eixo
CF – Constituição Federal
CEJA – Centro de Educação de Jovens e Adultos
CNS – Conselho Nacional de Saúde
CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação
CP – Código da prática
DIAM – Diretoria de Articulação com os Municípios
DIGR – Diretoria de Gestão da Rede Estadual
DIGP – Diretoria de Gestão de Pessoas
DIPE – Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional
EJA – Educação de Jovens e Adultos
EP – Erro padrão
FIESC – Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
FIFA – *Full Information Factor Analysis*
FII – Função de Informação do Instrumento
GAEBE – Gerência de Avaliação da Educação Básica e Estatísticas Educacionais
GERED – Gerência de Educação
GGUM – *Generalized Graded Unfolding Model*
HCM – Modelo Cosseno Hiperbólico
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MAP – Moda a posteriori
MEC – Ministério da Educação
MRG – Modelo de Resposta Gradual
NA – Não se aplica
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PEE – Plano Estadual de Educação
PGE – Plano de Gestão Escolar
PNE – Plano Nacional de Educação
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP – Projeto Político-Pedagógico
SAGE – Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar
SC – Santa Catarina
SCIELO – *Scientific Electronic Library Online*
SDR – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional
SED – Secretaria de Estado da Educação
SISGESC – Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina
TCT – Teoria Clássica dos Testes
TEP – Total de escolas participantes
TRI – Teoria da Resposta ao Item
UD – Unidade descentralizada
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UNDIME – União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação
UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	23
1.1 JUSTIFICATIVA.....	25
1.2 OBJETIVOS	26
1.2.1 Objetivo geral.....	26
1.2.2 Objetivos específicos	26
1.3 LIMITES DO TRABALHO	26
1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	27
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	29
2.1 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA.....	29
2.1.1 Breve histórico e marco legal.....	29
2.1.2 Conceito e características da gestão escolar democrática ...	31
2.1.3 Eixos (dimensões) e competências gerais da gestão escolar	38
2.2 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA	44
2.2.1 Processo de escolha da gestão escolar	45
2.2.2 Formação continuada	46
2.2.3 Sistemática de avaliação da gestão escolar	48
2.3 AVALIAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR	50
2.4 MEDIDA PSICOMÉTRICA	54
2.4.1 Procedimentos teóricos	54
2.4.2 Procedimentos empíricos	55
2.4.3 Procedimentos analíticos.....	55
2.5 TEORIA DA RESPOSTA AO ITEM.....	56
2.5.1 Modelos matemáticos da TRI	57
2.5.1.1 Modelo de Resposta Gradual	59
2.5.2 Estimação dos parâmetros dos itens.....	60
2.5.3 Curva característica do item.....	61
2.5.4 Curva de informação do instrumento	62
2.5.5 Construção da escala de medida	63
3 MÉTODO.....	65
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	65
3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA	65
3.3 FASE TEÓRICA.....	67
3.3.1 Processo de revisão da literatura	67
3.3.2 Elaboração dos itens	68
3.3.2.1 Definições do traço latente	68
3.3.2.2 Operacionalização do traço latente	79
3.3.2.3 Análise teórica dos itens	81
3.4 FASE EMPÍRICA.....	84

3.4.1	Planejamento e execução da coleta de dados.....	84
3.5	FASE ANALÍTICA.....	91
3.5.1	Caracterização das escolas envolvidas na avaliação.....	92
3.5.2	Análise de dimensionalidade.....	92
3.5.3	Análise dos itens pela TRI.....	92
3.5.4	Construção da escala de medida.....	92
3.5.5	Localização das escolas na escala de efetivação da gestão escolar democrática.....	93
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	95
4.1	CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS ENVOLVIDAS NA AVALIAÇÃO.....	95
4.2	ANÁLISE DE DIMENSIONALIDADE.....	98
4.3	ANÁLISE DOS ITENS.....	99
4.3.1	Processo de estimação dos parâmetros dos itens.....	104
4.3.2	Curva de informação do instrumento de avaliação.....	118
4.3.3	Construção da escala de medida.....	119
4.3.3.1	Posicionamento dos itens na escala.....	119
4.3.3.2	Interpretação da escala de medida.....	123
4.3.4	Localização das escolas na escala de mensuração da efetivação da gestão escolar democrática.....	129
5	CONCLUSÃO.....	131
	REFERÊNCIAS.....	133
	APÊNDICE A.....	148
	APÊNDICE B.....	152
	APÊNDICE C.....	159
	APÊNDICE D.....	160
	APÊNDICE E.....	165
	APÊNDICE F.....	166
	APÊNDICE G.....	168
	APÊNDICE H.....	171
	ANEXO A.....	174
	ANEXO B.....	197
	ANEXO C.....	200
	ANEXO D.....	201

1. INTRODUÇÃO

Os marcos legais da gestão democrática na educação pública brasileira, como também os efeitos da globalização no desenvolvimento e implementação de políticas educacionais, têm impulsionado mudanças significativas na gestão educacional, em âmbito nacional, estadual, municipal e escolar.

Compreendida como a participação e a deliberação coletiva, a gestão democrática torna-se um instrumento balizador para a melhoria da qualidade da educação, com vistas à redução das desigualdades, ao respeito às diversidades e à justiça social (BRASIL, 2010; 2014b; GADOTTI, 2012; DOURADO; OLIVEIRA, 2009; CURY, 2007; OLIVEIRA; MORAES; DOURADO, 201?).

Sob essa perspectiva, a forma de gerir a escola ganha um caráter emancipador e participativo, possibilitando maior transparência nos processos de planejamento e execução das ações que concernem às dimensões política, administrativa, financeira, tecnológica, cultural e pedagógica, com a finalidade de proporcionar à comunidade escolar a aquisição de conhecimentos, saberes, ideias e sonhos num processo de aprender, inventar, criar, dialogar, construir, transformar e ensinar (SILVA, 2003). Condição bem diferente da maneira como foi gerida até então, por meio do gerenciamento hierárquico das operações estabelecidas pelos órgãos centrais, cujo trabalho consiste basicamente em informar, controlar e supervisionar o fazer escolar (LUCK, 2000).

Tais mudanças acerca de sua atuação atribuem à gestão escolar um protagonismo singular no que tange à promoção da efetiva aprendizagem dos estudantes, assim como de sua formação crítica, autônoma e participativa na sociedade globalizada (LUCK, 2009). Mas, para a concretização deste exercício democrático, faz-se necessária a superação de desafios de caráter político, ideológico, cultural e financeiro, pela própria escola e pelos sistemas de ensino.

Dentre esses desafios está o fato de que a gestão democrática não acontece espontaneamente, precisa ser provocada, exige que sejam previstos mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública, numa perspectiva coletiva e histórica (PARO, 1992).

Visando superar desafios como este, o último Plano Nacional de Educação (PNE – 2014 a 2024), em suas metas e estratégias, estabelece diversos mecanismos de participação para a efetivação da gestão democrática nos sistemas de ensino e nas escolas. Trazendo, de maneira

explícita, a relevância da avaliação da gestão escolar, como uma dimensão da avaliação institucional.

As práticas de organização e gestão da escola fazem a diferença nos resultados educacionais (LIBÂNEO, 2008). É a gestão que possibilita a concretude das políticas públicas educacionais, pois transforma metas e objetivos em ações (BORDIGNON; GRACINDO, 2000). Assim, a adoção da avaliação a torna mais efetiva, tendo em vista que permite a revisão objetiva e bem informada das ações educacionais praticadas (LUCK, 2013).

Em consonância com o PNE, Santa Catarina também traz em seu Plano Estadual de Educação (PEE/SC – 2015 a 2024) mecanismos de participação nos processos de planejamento e gestão da educação estadual. Mais especificamente em âmbito escolar, a meta 18, em sua estratégia 18.8, prevê a garantia da participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e no acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos, planos de gestão e regimentos escolares. Assim como as estratégias 18.10 e 18.16, respectivamente, tratam da implantação e execução da avaliação da gestão escolar democrática e da avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar.

Anterior à aprovação do PEE/SC, a rede estadual de ensino de Santa Catarina instituiu um importante mecanismo de participação e gestão democrática: o processo de escolha da gestão escolar, com a finalidade de priorizar a qualidade educacional e promover a transparência dos processos pedagógico e administrativo em suas escolas, levando em consideração os anseios da comunidade escolar e local (SANTA CATARINA, 2013).

Esse processo também prevê a avaliação da gestão escolar de forma participativa, envolvendo a Secretaria de Estado da Educação (SED), as Gerências de Educação (GEREDs) e os Conselhos Deliberativos Escolares (CDE).

Nesse contexto de mudanças e avanços legais no tocante à gestão escolar da educação básica, em âmbito nacional e estadual, principalmente no que se refere à avaliação de sua atuação, a pergunta desta pesquisa é: **como construir uma escala de medida para avaliar a gestão escolar democrática, da rede estadual de ensino de Santa Catarina, utilizando a Teoria da Resposta ao Item?**

1.1 JUSTIFICATIVA

Diante de todas as determinações legais supracitadas, em 2016, a SED se deparou com a necessidade de instituir mecanismos de avaliação da gestão escolar que permitissem identificar suas potencialidades e fragilidades, objetivando a melhoria de sua atuação e o planejamento e a execução de políticas públicas baseadas em diagnósticos mais precisos.

Para tanto, constituiu equipe técnica para o planejamento e a implementação de uma sistemática de avaliação da gestão escolar, da qual esta pesquisadora faz parte.

Considerando que tal avaliação não deva ser instrumento de controle por parte do Estado, e sim de diagnóstico, monitoramento e supervisão, bem como de planejamento e correção de rota, esta pesquisadora sugeriu como metodologia a Teoria da Resposta ao Item (TRI), pois é uma ferramenta que viabiliza a interpretação e a análise qualitativa dos resultados, contribuindo para a verdadeira finalidade do processo avaliativo.

A TRI, utilizada mundialmente em avaliações educacionais, propõe modelos matemáticos para avaliar traços latentes (características do indivíduo ou da escola que não podem ser observadas diretamente), possibilitando a criação de uma escala de medida capaz de evidenciar o nível de efetivação da gestão escolar democrática e o acompanhamento do progresso ao longo do tempo de cada uma das escolas estaduais (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000).

Estudos internacionais e nacionais apontam a gestão escolar como um fator interno fundamental para o cumprimento da atividade fim da escola (DOURADO *et al.*, 2016; AZEVEDO; MARQUES; AGUIAR, 2016; CUNHA; CUNHA, 2012; SOARES; ALVES, 2010; OCDE, 2010; LIBÂNEO, 2008; REYNOLDS; DAVID; TEDDLIE, 2008; SOUZA, 2007; DOURADO *et al.*, 2003). Em geral, os de natureza quantitativa têm utilizado como ferramenta estatística a vertente clássica da psicometria.

Além disso, embora tenha havido um avanço significativo nas legislações vigentes sobre a avaliação da gestão escolar, ainda não existem mecanismos nacionais padronizados para avaliá-la em todos os seus aspectos (eixos).

Portanto, em face de sua relevância no cumprimento da função social da escola, da inexistência de mecanismos nacionais padronizados, da demanda institucional da SED em avaliar a gestão escolar e da TRI ser uma ferramenta robusta que possibilita a reflexão sobre o caráter diagnóstico, processual e formativo da avaliação, justifica-se o desenvolvimento desta pesquisa.

Por se tratar de um estudo que envolve métodos estatísticos em avaliação da gestão escolar, adere-se à linha de pesquisa de Métodos Quantitativos em Avaliação Educacional, do Programa de Mestrado Profissional em Métodos e Gestão em Avaliação.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Construir uma escala de medida para avaliar a efetivação da gestão escolar democrática, da rede estadual de ensino de Santa Catarina, utilizando a Teoria da Resposta ao Item.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar as características, os eixos e as competências da gestão escolar democrática;
- Apresentar os itens associados ao traço latente “efetivação da gestão escolar democrática”;
- Verificar a dimensionalidade do conjunto de itens;
- Estimar os parâmetros dos itens do instrumento de avaliação da gestão escolar;
- Posicionar os itens na escala;
- Realizar a interpretação qualitativa da escala;
- Estimar o nível de efetivação da gestão escolar das escolas estaduais de Santa Catarina.

1.3 LIMITES DO TRABALHO

A proposta de construção de uma escala para mensurar a efetivação da gestão escolar democrática limita-se ao contexto das escolas estaduais de Santa Catarina, considerando as normativas do sistema estadual de ensino e a legislação vigente acerca da temática.

Tendo em vista a polissemia da democracia e a autonomia dos sistemas de ensino (distrital, municipal, estadual e federal) em determinar as normas de gestão democrática a serem implementadas em suas escolas, a possibilidade do instrumento ser útil em âmbito nacional implica na pré-testagem com uma amostra de escolas de todos esses sistemas para verificar o funcionamento dos itens.

1.4 ESTRUTURA DO TRABALHO

Considerando as atividades necessárias para o alcance dos objetivos propostos, esta pesquisa está estruturada em cinco capítulos.

Inicialmente, introduz-se e contextualiza-se o tema, define-se o problema e expõe-se a justificativa da pesquisa, capítulo 1. Aborda-se a fundamentação teórica acerca da gestão escolar democrática, da construção de escalas e da Teoria da Resposta ao Item, capítulo 2. Explicita-se o método e as etapas utilizados para a construção da escala de efetivação da gestão escolar democrática, capítulo 3. Realiza-se a descrição e discussão dos resultados obtidos, capítulo 4. Por fim, apresentam-se as conclusões e recomendações para trabalhos futuros, capítulo 5, seguido das referências, dos apêndices e dos anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

Sendo o objeto de estudo desta pesquisa uma escala para avaliar a gestão escolar democrática, torna-se imprescindível elucidar o contexto histórico em que está inserida, bem como compreender seu conceito, suas características, eixos (dimensões) e competências, considerando os apontamentos de diversos autores acerca dos desafios para sua efetivação na escola, sem a pretensão de esgotar as discussões a respeito da temática.

2.1.1 Breve histórico e marco legal

Ao longo da história da educação brasileira, o caráter social, político, pedagógico e democrático da gestão escolar foi sufocado pela influência da teoria geral da administração¹ (WITTMANN; KLIPPEL, 2012; ESTEVES; PEREIRA; SIANO, 2005) e por um panorama político e econômico marcado por crises, autoritarismo e submissão (DALBERIO, 2009).

No governo militar (1964-1984), por exemplo, que interrompeu o avanço da democratização em gestação no Brasil (DALBERIO, 2009), a gestão escolar, centrada no diretor, caracterizou-se por sua função burocrática de implementar as diretrizes políticas estabelecidas por órgãos superiores, exercendo um poder coercitivo sobre o corpo docente e discente de controle e fiscalização das atividades desenvolvidas na escola, visando à qualificação de mão de obra para preencher as demandas originadas pela expansão econômica e industrial (CLARK; NASCIMENTO; SILVA, 2012; SHIROMA, *et al.*, 2007).

Com o desgaste da ditadura militar mediante os problemas econômicos e sociais, surgem diversos movimentos políticos e de massa

¹ Principais teorias administrativas: Administração Científica de Taylor (1903) com ênfase “nas tarefas”; Teoria Clássica de Fayol (1916), Teoria Neoclássica (1954), Teoria da Burocracia de Weber (1909) e Teoria Estruturalista (1947) com ênfase “na estrutura”; Teoria das Relações Humanas (1932), Teoria do Comportamento Organizacional (1957) e Teoria do Desenvolvimento Organizacional (1962) com ênfase “nas pessoas”; Teoria dos Sistemas (1951) e Teoria da Contingência (1972) com ênfase “no ambiente”; Teoria da Contingência (1972) com ênfase “na tecnologia” (MAXIMIANO, 2009; CHIAVENATO, 2003).

em prol da democratização do país (DALBERIO, 2009). Na década de 80, em especial, destacam-se aqueles que lutavam pela melhoria da qualidade do ensino, valorização e qualificação dos profissionais, democratização da gestão, financiamento da educação e ampliação da escolaridade obrigatória (SHIROMA, *et al.*, 2007).

Muitas das reivindicações dessa luta foram garantidas na Constituição Federal (CF) de 1988. Dentre elas, a gestão democrática do ensino público como um princípio da educação nacional. A partir de então, a expressão “administração escolar” tem sido substituída por “gestão escolar” (MINTO, 2012), objetivando “designar a ampliação dos conteúdos da área de administração, abrangendo, além da organização do trabalho escolar, a área pedagógica e a democratização do papel do gestor, que se estende para toda a comunidade” (ESTEVES; PEREIRA; SIANO, 2005, p. 173).

Assim, mais do que uma simples mudança terminológica, a gestão escolar, na perspectiva democrática, representa uma conquista social de caráter instituinte, construída e reconstruída de diferentes formas, mediante práticas articulatórias nos diferentes espaços sociais e culturais. Torna-se o principal instrumento na busca por uma escola pública de qualidade, que atenda às necessidades da população, oportunizando o aprendizado da participação ativa dos cidadãos no que tange às suas reivindicações (MARQUES, 2012).

Na década de 90, organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Banco Mundial buscaram contribuir para a garantia do direito à democracia, à participação, à justiça social e à vida digna. Em 1990, realizou-se a “Conferência Mundial sobre Educação para Todos”, em Jomtien, Tailândia, propondo equidade social nos países mais pobres e populosos (FRIGOTTO, CIAVATTA, 2003; DALBERIO, 2009). Em 1994, foi lançada a Declaração de Salamanca, comungando com o princípio de equidade e reafirmando o direito à educação para pessoas com necessidades educativas especiais (DALBERIO, 2009).

Neste cenário, em 1996, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que regulamenta o princípio da gestão democrática e determina aos sistemas de ensino a definição das normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades, considerando o preceito da participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola

e da participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Em 2001, seguindo os preceitos legais, foi aprovado o Plano Nacional de Educação, com vigência até 2010 (BRASIL, 2001), que trouxe, no conjunto de metas relacionado ao financiamento e à gestão, um comando para que cada sistema de ensino definisse normas de gestão democrática do ensino público, com a participação da comunidade. Em 2007, é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação, um plano executivo composto por diversos programas com vistas a atingir as metas do PNE (2001-2010) e superar algumas de suas fragilidades, organizado em torno de quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. (BRASIL, 2007).

Na atualidade, o Plano Nacional de Educação (2014-2024) traz meta e estratégias específicas com foco na efetivação da gestão democrática nos sistemas de ensino e nas escolas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto ((BRASIL, 2014a).

2.1.2 Conceito e características da gestão escolar democrática

Sendo a gestão escolar democrática uma mediação e não um fim em si mesma, seu conceito e suas características precisam ser tratados a partir da razão de sua existência: a especificidade da educação escolar (WITTMANN; KLIPPEL, 2012).

A educação escolar compõe-se da educação básica e superior, vinculando-se ao mundo do trabalho e às práticas sociais (BRASIL, 1996). Na perspectiva histórico-cultural², é responsável pela formação integral dos sujeitos que venha a possibilitar seu desenvolvimento humano pleno e a apropriação crítica do conhecimento³ e da cultura, tendo como pressupostos a emancipação, a autonomia e a liberdade para a construção da cidadania ativa (SANTA CATARINA, 2014). Assim, precisa integrar as pessoas no mundo sociocultural de seu tempo e espaço, como também criar as condições subjetivas de intervenção necessárias ao cumprimento de sua finalidade (WITTMANN; KLIPPEL, 2012).

² Para aprofundar os conhecimentos relativamente à perspectiva histórico-cultural da educação, sugere-se consultar a obra de Teresa Cristina Rego (2012) e a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014).

³ “Compreende-se o conhecimento como artefato humano produto e produtor da cultura, constitutivo das relações entre os sujeitos, deles com o mundo e com a natureza” (SANTA CATARINA, 2014, p. 26).

Neste sentido, o direito à educação, na concepção da formação humana integral, cujo *locus* privilegiado de realização é a escola, implica, dentre outros fatores, na democratização da gestão dos processos educativos (CURY, 2007; SANTA CATARINA, 2014; WITTMANN; KLIPPEL, 2012; DOURADO *et al.*, 2003), objetivando assegurá-lo com qualidade social⁴ (DOURADO *et al.*, 2016; WEBER, 2016; GADOTTI, 2010; NETO; CASTRO, 2011; BRASIL, 2010; DOURADO; OLIVEIRA, 2009; GRACINDO, 2007).

Desse modo, o sentido amplo da democratização da educação compreende não só o acesso, a permanência e o sucesso escolar⁵ a todos e todas, mas também a gestão democrática (CURY, 2007; BRASIL, 2010; GRACINDO, 2007; MENDONÇA, 2000), entendida como um mecanismo de participação, de formação cidadã, de construção de uma sociedade mais justa e igualitária e como fonte de humanização (FERREIRA, 2004).

Representa, assim, “um importante instrumento do processo de superação do autoritarismo, do individualismo e das desigualdades socioeconômicas” (BRASIL, 2010, p. 27), uma vez que tem como elementos constitutivos a participação, a autonomia, a transparência e a pluralidade (BRASIL, 2010; GRACINDO, 2007; ARAÚJO, 2000). Nessa ótica, Luck (2007, p. 111) conceitua a gestão democrática da educação como sendo o

Processo de gerir a dinâmica do sistema de ensino como um todo e de coordenação das escolas em específico, afinado com as diretrizes e políticas educacionais públicas, para implementação das políticas educacionais e projetos pedagógicos das escolas, comprometido com os princípios da democracia e com métodos que organizem e criem condições para um ambiente educacional autônomo (soluções próprias, no âmbito de suas

⁴ A qualidade socialmente referenciada da educação é polissêmica, envolve dimensões intra e extraescolares e implica em garantir, numa abordagem histórico-cultural, o desenvolvimento humano pleno, a apreensão de saberes científicos, artísticos, tecnológicos, sociais e históricos, considerando a diversidade, a inclusão social e o mundo do trabalho (DOURADO *et al.*, 2016; BRASIL, 2010; DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

⁵ Entende-se por sucesso escolar a garantia do direito à educação de qualidade que promova a trajetória escolar do estudante sem interrupções, o respeito ao desenvolvimento humano, à diversidade e ao conhecimento (BRASIL, 2010).

competências) de participação e compartilhamento (tomada conjunta de decisões e efetivação de resultados), autocontrole (acompanhamento e avaliação com retorno de informações) e transparência (demonstração pública de seus processos e resultados).

É, portanto, um processo participativo de tomada de decisão e compartilhamento de responsabilidades em prol dos interesses coletivos (LUCK, 2009). Requer, dessa forma, a participação efetiva de pais, estudantes, profissionais da educação e comunidades locais na discussão, elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos planos de educação (nacional, estaduais e municipais) e do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, instrumentos norteadores da educação em âmbitos macro e escolar (BRASIL, 2014b).

A gestão democrática da educação pública brasileira integra as incumbências dos sistemas de ensino⁶, instâncias superiores responsáveis pela política educacional, e as práticas de gestão que se desenvolvem na escola, instância institucional (NASCIMENTO, 2015; WITTMANN; KLIPPEL, 2012; LUCK, 2007; GRACINDO, 2007; VIEIRA, 2007; DOURADO *et al.*, 2003).

Ao tratar da gestão democrática (meta 19), no documento em que apresenta e discute as 20 metas do Plano Nacional de Educação (2014-2024), o Ministério da Educação (MEC) destaca estratégias para colocar em prática seus elementos constitutivos a fim de efetivá-la nos sistemas de ensino e nas escolas:

A gestão democrática da educação não se constitui em um fim em si mesma, mas em importante princípio que contribui para o **aprendizado e o efetivo exercício da participação coletiva** nas questões atinentes à organização e à gestão da educação nacional, incluindo: as formas de escolha de dirigentes e o exercício da gestão (Estratégia 19.1); a constituição e o fortalecimento da participação estudantil e de pais, por meio de grêmios estudantis e de associação de pais e mestres (Estratégia 19.4); a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos de educação, assegurando a formação de seus

⁶ Os sistemas de ensino brasileiros são: o federal, os estaduais, o distrital e os municipais (BRASIL, 1996).

conselheiros (Estratégia 19.5); a constituição de fóruns permanentes de educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital de educação e efetuar o acompanhamento da execução do PNE e dos seus planos de educação (Estratégia 19.3); a **construção coletiva** dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares participativos (Estratégia 19.6); e a efetivação de processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira (Estratégia 19.7). Para a consecução dessa meta e de suas estratégias, é fundamental aprimorar as **formas de participação** e de **efetivação** dos processos de **autonomia** pedagógica, administrativa e de gestão financeira, bem como os processos de **prestação de contas** e **controle social** (BRASIL, 2014b, p. 59-60, grifo nosso).

Essas estratégias para o exercício da gestão democrática também trazem consigo os principais aspectos que a caracterizam no ambiente escolar e estão intrinsecamente relacionados, a saber: a participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e local; a presença e a atuação ativa de instâncias colegiadas; a forma democrática de provimento do cargo de gestor escolar; a descentralização, a autonomia e a transparência nos processos administrativos, financeiros e pedagógicos da escola (GRACINDO, 2007; BRASIL, 2006; DOURADO; DUARTE, 2001; MENDONÇA, 2000).

A participação dos diferentes segmentos da comunidade escolar e local⁷ implica “[...] no exercício do poder, incluindo os processos de planejamento, a tomada de decisões e a avaliação dos resultados alcançados” (DOURADO; DUARTE, 2001, p. 15). Sua participação necessita ser efetiva e mobilizadora para: a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto Político-Pedagógico da escola; a avaliação institucional; a escolha da equipe gestora; o planejamento e uso dos recursos financeiros e para todos os outros processos decisórios

⁷ Os estudantes, os pais ou responsáveis, os gestores, os professores e demais servidores são considerados segmentos da comunidade escolar (SANTA CATARINA, 2014; GRACINDO, 2007; MENDONÇA, 2000). Os representantes de organizações como associações de moradores, sindicatos, clubes de mães, igrejas, etc. representam a comunidade local (MENDONÇA, 2000; WITTMANN; KLIPPEL, 2012).

necessários à prática educativa emancipadora. (PARO, 2016; LEITE *et al.*, 2012; PEREIRA, 2012; WITTMANN; KLIPPEL, 2012; LUCK, 2011a; DOURADO; OLIVEIRA, 2009; GOROSTIAGA, 2007; BRASIL, 2006; DOURADO; DUARTE, 2001). Torna-se, portanto, o elemento fundamental para assegurar a gestão escolar democrática, sendo pano de fundo para todos os outros aspectos que a caracterizam na escola (PASSADOR; SALVETTI, 2013; NETO; CASTRO, 2011; GRACINDO, 2007; BRASIL, 2006; LIBÁNEO, 2004; DOURADO; DUARTE, 2001; MENDONÇA, 2000). Os processos de participação podem ocorrer de diferentes formas e níveis na dinâmica do cotidiano escolar e constituem-se em atitudes e disposição de aprendizagem cidadã e de mudanças sociais e culturais (LUCK, 2011a; BRASIL, 2006).

Nessa perspectiva de construção de novas formas de partilhar o poder, as decisões e as responsabilidades no cotidiano escolar (LIMA, 2000), a presença e a atuação ativa de instâncias colegiadas como Conselho Escolar, Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Professores, dentre outros, representam importantes mecanismos de participação da comunidade escolar e local. (BRASIL, 2004a; DOURADO; DUARTE, 2001). O Conselho Escolar⁸ pode assumir funções de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador acerca das questões administrativas, financeiras e político-pedagógicas do cotidiano escolar, dependendo do que está posto no regimento da escola e nas normas do sistema de ensino. Deve ser formado por representantes de todos os segmentos da escola (SOUZA; TAVARES, 2016; GRACINDO, 2007; BRASIL, 2004a; DOURADO; DUARTE, 2001) e expressar os anseios da comunidade nas deliberações sobre a construção e a gestão do Projeto Político-Pedagógico, levando em conta os diferentes pontos de vista (BORDIGNON, 2004), num “[...] processo coerente e efetivo de construção coletiva” (DOURADO; DUARTE, 2001, p. 25). Dessa maneira, precisa estar imbuído do “[...] significado social da escola, para que possa constituir-se a voz da pluralidade dos atores sociais”

⁸ Pela Portaria MEC nº 2.896/2004b, o Ministério da Educação criou o Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares, que, de acordo com Dourado (2007, p. 937), simboliza um “avanço importante frente ao pragmatismo das políticas do governo para a gestão escolar”. Tem como objetivo fomentar a implantação dos conselhos escolares, por meio de formação continuada, envolvendo os conselheiros escolares e técnicos das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, considerando as necessidades dos sistemas de ensino, das políticas educacionais e dos profissionais de educação envolvidos com gestão democrática (BRASIL, 2004a).

(WITTMANN; KLIPPEL, 2012, p. 118) que representa. O Grêmio Estudantil é o colegiado que representa os interesses dos estudantes nos espaços de participação e decisão da escola e possibilita o aprendizado da função política da educação e do jogo democrático. A associação de pais e professores é outro mecanismo de participação que permite a aproximação da família-escola-comunidade. Outros exemplos de mecanismos de participação são os conselhos de classe, as reuniões e as assembleias escolares (DOURADO; DUARTE, 2001).

Das formas⁹ de provimento ao cargo de gestor escolar, a que parece ser mais democrática é a eleição, porque possibilita a efetiva participação da comunidade escolar e local na escolha de seu dirigente (SOUZA; TAVARES, 2016; BRASIL, 2006; BRASIL, 2004a; PARO, 2016). Segundo Paro (2010), o gestor escolhido pelo desejo da comunidade tende a se comprometer mais com os interesses do coletivo e ganha maior legitimidade nas reivindicações junto ao Estado, visto que representa a vontade dos que o elegeram, descaracterizando “o papel de mero “funcionário burocrático” ou de apadrinhado político” (p. 776). Neste sentido, tal forma de escolha necessita estar associada, dentre outros fatores, à proposta pedagógica para a gestão e à liderança dos pretendentes ao cargo (LUCK, 2011b; BRASIL, 2004a). Paro (2016) alerta que a eleição de gestores escolares precisa estar vinculada a outras medidas para transformar significativamente a gestão da escola, numa perspectiva democrática.

A descentralização pedagógica, administrativa e financeira, outro aspecto da gestão escolar democrática, é imprescindível para que a escola amplie sua autonomia nos processos de planejamento e gestão. No entanto, isso não deve significar completa desvinculação das responsabilidades do Estado para com as escolas e vice-versa, para que as desigualdades existentes entre elas não se tornem ainda maiores (PASSADOR; SALVETTI, 2013). Além disso, não pode servir somente como um desafogar de trabalho dos órgãos centrais de educação e como uma forma de melhoria na gestão dos processos e recursos. Precisa ser uma estratégia que promova a participação política nos espaços escolares (NETO; CASTRO, 2011).

Nesta ótica, “não se pode deixar de lado o fato de que a descentralização e a participação dos cidadãos nas instituições sociais

⁹ As outras formas de provimento do cargo de gestor escolar são: a livre indicação do poder público; o concurso público; e as formas mistas que consistem na adoção de duas ou mais modalidades de escolha articuladas ou pela combinação de critérios diversos de seleção (DOURADO; DUARTE, 2001).

fazem parte dos instrumentos necessários para o alcance da desejada democracia e emancipação humana” (DRABACH; MOUSQUER, 2009, p. 280-281). Essa descentralização representa o partilhamento do poder e da tomada de decisão e, conforme Bobbio (1994, p.15), “uma sociedade é tanto melhor governada, quanto mais repartido for o poder e mais numerosos forem os centros de poder que controlam os órgãos do poder central”.

Sendo a escola um espaço público, a transparência acerca de seus processos administrativos, financeiros e pedagógicos, junto à sociedade, contribui para a construção de uma gestão participativa e para o controle social (GRACINDO, 2007; DOURADO; DUARTE, 2001).

A autonomia, consubstanciada aos outros elementos constitutivos da gestão democrática, propicia a construção da identidade da escola e, para Veiga (2008), estrutura-se em quatro dimensões interdependentes que implicam em direitos, deveres e “[...] um alto grau de compromisso e responsabilidade de todos os segmentos da comunidade escolar” (p. 16). São elas:

- a autonomia administrativa, que possibilita a elaboração e gestão dos planos, programas e projetos da escola;
- a autonomia jurídica, que viabiliza a elaboração de normas e orientações escolares em consonância com a legislação educacional vigente;
- a autonomia financeira, que se refere à disponibilidade total ou parcial de recursos financeiros – total, quando a escola tem a responsabilidade de administrar todo o recurso que a ela é repassado pelo poder público e, parcial, quando administra apenas parte desse recurso, ficando o órgão central responsável por despesas com gestão de pessoal, etc.; e
- a autonomia pedagógica, que tange à liberdade da escola de planejar, executar e avaliar seu projeto político-pedagógico, evidenciando sua identidade, função social, currículo, avaliação e resultados educacionais (VEIGA, 2008).

É imperativo à autonomia da escola que a comunidade escolar tenha independência e liberdade para construir seu Projeto Político-Pedagógico a partir do interesse coletivo. Contudo, há de se considerar que esta instituição está subordinada à legislação educacional vigente e às

normas do sistema de ensino ao qual pertence (BRASIL, 2006). Barroso (2001) chama isso de autonomia relativa, haja vista que está condicionada pelos poderes públicos e, ainda, pelo seu contexto social. Dourado e Duarte (2001) evidenciam que compete aos sistemas de ensino a definição das diretrizes de tal autonomia e as condições para viabilizá-la.

Na visão de Veiga (1995), o Projeto Político-Pedagógico é o principal instrumento que materializa o grau de autonomia da escola. Considerando a indissociação de seus aspectos político e pedagógico, expressa a proposta educacional da instituição, tendo como objetivo central a formação de cidadãos críticos, atuantes e transformadores sociais, explicitando suas concepções de ensino-aprendizagem e todos os processos metodológicos necessários à aprendizagem efetiva dos estudantes.

Ainda, conforme a autora, os principais elementos a serem considerados na construção do Projeto Político-Pedagógico são: as finalidades da escola (cultural, política, social, profissional e humanística), a estrutura organizacional, o currículo, o tempo escolar, o processo de decisão, as relações de trabalho e a avaliação. Como documento norteador do fazer escolar, necessita ser elaborado, executado e avaliado com a participação efetiva da comunidade escolar, dando conta de expressar os interesses e as prioridades do coletivo.

Sob a ótica do exposto, conclui-se que a gestão escolar democrática é “um meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais orientadores da promoção de ações educacionais com qualidade social” (LUCK, 2009, p. 23). Sua efetivação no ambiente escolar requer que todos os aspectos que a caracterizam sejam praticados, cotidianamente, de forma orgânica, articulada e transparente (DOURADO *et al.*, 2003; DOURADO; DUARTE, 2001). Caso contrário, será uma camuflagem do gerencialismo vertical e excludente que ainda está impregnada em muitas escolas públicas (LEITE *et al.*, 2012).

2.1.3 Eixos (dimensões) e competências gerais da gestão escolar

À gestão escolar cabe promover a organização, a mobilização e a articulação das condições humanas e materiais necessárias para assegurar os processos de ensino e de aprendizagem com qualidade social (LUCK, 2009). Sua atuação é guiada por eixos estruturantes que respeitam a legislação educacional e as normas do sistema de ensino a que pertence.

Esta seção, portanto, apresenta os principais eixos da gestão escolar, bem como o que lhe comete em cada um deles, a partir dos estudos de Luck (2009), do Prêmio Gestão Escolar/Conselho Nacional de

Secretários de Educação (CONSED) e do documento “Gestão escolar: orientações para o gestor escolar”, da SED.

Heloisa Luck (2009) organiza os eixos da gestão escolar em duas dimensões inter-relacionadas e dialógicas entre si: a dimensão de organização e a dimensão de implementação, Quadro 1.

Quadro 1 – Eixos da gestão escolar por dimensão

Dimensão de organização	Dimensão de implementação
<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentos e princípios da educação e da gestão escolar • Planejamento e organização do trabalho escolar • Monitoramento de processos e avaliação institucional • Gestão de resultados educacionais 	<ul style="list-style-type: none"> • Gestão democrática e participativa • Gestão pedagógica • Gestão administrativa • Gestão de pessoas • Gestão da cultura escolar • Gestão do cotidiano escolar

Fonte: Luck (2009)

Os eixos contidos na dimensão de organização da gestão escolar concernem às ações de planejamento, monitoramento e avaliação que garantem uma estrutura básica de funcionamento da escola, objetivando nortear o fazer escolar para o cumprimento de sua finalidade (LUCK, 2009). O Quadro 2 mostra as competências¹⁰ gerais da gestão escolar em cada eixo dessa dimensão.

Quadro 2 – Competências gerais dos eixos da dimensão de organização da gestão escolar

(Continua)

Eixos	Competências gerais
Fundamentos e princípios da educação e da gestão escolar	Construir e exercitar a concepção de educação e de gestão escolar junto com seus pares, a partir de referenciais teóricos e legais/normativos, visando à educação de qualidade para todos os estudantes.

¹⁰ Heloisa Luck (2011b, p. 108) define competência como “[...]uma circunstância associada à profissionalização, isto é, à busca contínua pelo aprimoramento da capacidade profissional e pessoal, mediante estudos, observações, reflexões e escrita de sua própria história”.

(Conclusão)

Eixos	Competências gerais
Planejamento e organização do trabalho escolar	Promover e coordenar o planejamento escolar, de forma participativa, num processo contínuo e reflexivo, com definição de compromissos de ação a partir do diagnóstico da realidade e da avaliação institucional.
Monitoramento de processos e avaliação institucional	Estabelecer e coordenar práticas sistemáticas de monitoramento dos processos educacionais e de avaliação dos resultados, tendo em vista as adaptações de planejamento mediante necessidades identificadas nesses processos (correção de rumo).
Gestão de resultados educacionais	Realizar a gestão dos resultados educacionais referentes à frequência, à aprendizagem e ao fluxo dos estudantes, como um desdobramento dos processos de monitoramento e avaliação focado especificamente nos resultados de desempenho da escola.

Fonte: Luck (2009)

Os eixos contidos na dimensão implementação referem-se à execução do que foi planejado para a promoção direta de mudanças e transformações no contexto escolar, de modo que seja possível alcançar os objetivos propostos (LUCK, 2009). O Quadro 3 mostra as competências gerais dos eixos dessa dimensão.

Quadro 3 – Competências gerais dos eixos da dimensão de implementação da gestão escolar

(Continua)

Eixos	Competências gerais
Gestão democrática e participativa	Promover e liderar práticas democráticas e participativas relativas ao trabalho escolar, envolvendo a comunidade escolar e local.
Gestão pedagógica	Promover a atualização do currículo, bem como orientar, acompanhar e articular as ações pedagógicas a partir do que foi pactuado no Projeto Político-Pedagógico.

(Conclusão)

Eixos	Competências gerais
Gestão de pessoas	Promover e coordenar práticas que fomentem a formação de espírito e trabalho de equipe, o espírito comprometido com o trabalho educacional, a cultura de avaliação e autoavaliação, a capacitação em serviço orientada pela promoção de um ambiente centrado na aprendizagem continuada, o inter-relacionamento pessoal orientado pelo espírito humano e educacional e o cultivo de diálogo e comunicação abertos e contínuos.
Gestão administrativa	Realizar a gestão: dos serviços de apoio, financeira, da organização dos registros e documentação escolar, assim como dos recursos físicos, materiais e equipamentos da escola.
Gestão da cultura escolar	Promover um ambiente escolar orientado por valores, crenças, rituais, percepções, comportamentos e atitudes, pactuados no Projeto Político-Pedagógico, consonantes com os fundamentos e objetivos legais e conceituais da educação e elevadas aspirações da sociedade.
Gestão do cotidiano escolar	Assegurar o correto cumprimento do conjunto de práticas, relações e situações que ocorrem efetivamente no dia a dia de uma instituição de educação (GALVÃO, 2004, <i>apud</i> LUCK, 2009).

Fonte: Luck (2009)

Cabe assinalar que as dimensões de organização e implementação são intrinsecamente interligadas e qualquer falha em um de seus eixos pode prejudicar a consecução dos objetivos educacionais almejados (LUCK, 2009).

No *site* do Prêmio Gestão Escolar¹¹, o CONSED apresenta quatro grandes eixos da gestão escolar, são eles: gestão pedagógica: análise de resultados educacionais; gestão pedagógica: planejamento de ações

¹¹ Conselho Nacional de Secretários da Educação. **Prêmio Gestão Escolar**. Disponível em: <http://www.premiogestaoescolar.com.br/dimensoes>. Acesso em: 01 de jan. 2018.

¹² O Prêmio Gestão Escolar é um instrumento de autoavaliação da gestão escolar que será tratado com maior profundidade na seção 2.3.

pedagógicas; gestão participativa: processos coletivos de decisões e ações; gestão de infraestrutura: administração de serviços e recursos.

Ainda neste *site*, a partir da explanação das práticas e dos principais indicadores que compõem cada eixo, é possível perceber as competências gerais da gestão escolar, Quadro 4.

Quadro 4 – Eixos e competências gerais da gestão escolar, na perspectiva do Prêmio Gestão Escolar/CONSED

Eixos	Competências gerais
Gestão pedagógica: planejamento de ações pedagógicas	Promover, coordenar e liderar o planejamento das ações pedagógicas, objetivando assegurar o sucesso da aprendizagem dos estudantes. Principais indicadores: a atualização periódica do currículo; o acompanhamento da aprendizagem dos estudantes; o desenvolvimento da inovação pedagógica e de políticas de inclusão com equidade; o planejamento da prática pedagógica; e a organização do espaço e tempo escolares, com suas rotinas e estratégias de acompanhamento.
Gestão pedagógica: análise de resultados educacionais	Aplicar processos e práticas de gestão que promovam a melhoria dos resultados educacionais da escola. Principais indicadores: a análise dos resultados alcançados de rendimento, frequência e proficiência dos estudantes; a avaliação do Projeto Político-Pedagógico; a transparência de resultados; e identificação dos níveis de satisfação da comunidade escolar com o trabalho da sua escola.
Gestão participativa: processos coletivos de decisões e ações	Efetivar processos de gestão democrática e participativa na escola. Principais indicadores: a participação dos pais; a participação e envolvimento dos estudantes; a atuação de instâncias colegiadas; o estabelecimento de articulações e parcerias na integração da escola com a comunidade/sociedade; e a participação de toda a equipe de profissionais que atuam na escola.
Gestão de infraestrutura: administração de serviços e recursos	Assegurar a infraestrutura necessária para o desenvolvimento das atividades educacionais, por meio da gestão financeira, de recursos físicos e dos serviços de apoio. Principais indicadores: a organização dos registros escolares; a utilização adequada das instalações e equipamentos; a preservação do patrimônio escolar; a interação escola/comunidade e a captação e aplicação de recursos didáticos e financeiros.

Fonte: *Site* do Prêmio Gestão Escolar/CONSED

É possível identificar semelhanças entre as competências gerais da gestão escolar apresentadas por Luck (2009) e as apresentadas pelo CONSED. O que difere é a quantidade e a organização dos eixos, bem como a distribuição dessas competências neles.

No documento elaborado pela SED, chamado “Gestão escolar: orientações para o gestor escolar”, que tem como intuito “estabelecer diretrizes para a realização de uma efetiva gestão democrática, pautada nos processos de participação coletiva, perspectivando a aprendizagem e o sucesso do estudante” (SANTA CATARINA, 2016a, p. 4), são exibidos quatro grandes eixos (dimensões) de atuação da gestão escolar: administrativo, físico, pedagógico e financeiro.

Nos quatro eixos, o documento traz parâmetros instrumentais e organizacionais¹³ de funcionamento da escola democrática, com vistas a garantir a aprendizagem dos estudantes e a reduzir as desigualdades educacionais e sociais.

Em cada eixo são mostrados os principais aspectos a serem considerados nos processos de planejamento e gestão da educação, cabendo à gestão escolar coordená-los e/ou promovê-los para o cumprimento da atividade fim da escola, Quadro 5. Os eixos administrativo e físico são apresentados juntos, conforme documento da SED.

Quadro 5 – Principais aspectos dos eixos da gestão escolar – SED

(Continua)

Eixo	Principais aspectos de gestão em cada eixo
Pedagógico	Currículo e Planejamento; Organização do Cotidiano Escolar; Avaliação Institucional e Escolar; Organização do Tempo Escolar; Livro Didático; Formação Continuada: Professores e Funcionários; Desempenho dos Estudantes; Conselho de Classe Participativo; Projetos Pedagógicos; e Frequência Escolar.

¹³ O detalhamento dos parâmetros instrucionais e organizacionais pode ser encontrado em: SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Gestão escolar: orientações para o gestor escolar**. Florianópolis: SED/DIGR, 2016a.

(Conclusão)

Eixo	Principais aspectos de gestão em cada eixo
Administrativo e físico	Regime de Gestão de Pessoas; Estágio Probatório; Distribuição de Aulas e Criação de Turmas; Patrimônio; Dados do Sistema de Ensino; Legalidade, Regularidade e Autenticidade da Vida Escolar dos Estudantes; Acompanhamento do Cotidiano Escolar; Relacionamento Participativo com a Comunidade Escolar e Local; Organização e Registro de Documentos; Construção, Reforma ou Ampliação; Situações Emergenciais; Serviços Ofertados; Solenidades, Festas e Formatura; Grêmio Estudantil, Associação de Pais e Professores (APP) e Conselho Deliberativo Escolar; e Documentos Recebidos e Expedidos.
Financeiro	Prestação de Contas dos Programas e Aplicação dos Recursos; Gestão Físico-Financeira; e Legalidade, Transparência e Divulgação dos Recursos.

Fonte: Santa Catarina (2016a)

De acordo com a SED, este documento não tem a finalidade de ser uma lista de ações a serem seguidas, “mas sim um material que possibilite estimular o exercício da prática de uma gestão aberta ao diálogo e ao comprometimento coletivo” (SANTA CATARINA, 2016a, p. 4), primando pela participação efetiva da comunidade e das instâncias colegiadas no processo de construção e retroalimentação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), no planejamento e na execução dos recursos financeiros, num processo democrático e dinâmico.

2.2 GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA

Seguindo o movimento nacional acerca da democratização da educação, em 1985, Santa Catarina instituiu eleições para os diretores das escolas públicas estaduais, por meio da Lei SC nº 6.709, de 12 de dezembro de 1985¹⁴, mas não empreendeu êxito.

De acordo com pesquisa publicada pela Fundação Victor Civita, em 2011, a rede estadual de ensino de Santa Catarina atuava

¹⁴ Secretaria de Estado da Educação. **Histórico**. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/secretaria/historico>. Acesso em: 20 set. 2018.

exclusivamente com a escolha dos dirigentes escolares pelo poder público, a partir da nomeação direta desses profissionais mediante indicação por lideranças políticas (partidárias) e governamentais, ouvindo ou não a comunidade escolar¹⁵.

Todavia, a partir de 2013, o estado dá um passo importante no seu dever de assegurar condições que promovam a gestão democrática nas escolas da rede estadual de ensino. Dentre as ações, estão o novo processo de escolha da gestão escolar, a formação continuada e a sistemática de avaliação da gestão escolar.

2.2.1 Processo de escolha da gestão escolar

O Decreto SC nº 1.794¹⁶, de 15 de outubro de 2013, é o marco legal que proporcionou a mudança na forma de escolha dos gestores escolares da rede estadual de ensino.

Para a condução deste processo, a SED instituiu a Comissão Estadual de Gestão Escolar¹⁷ com a finalidade de estabelecer as diretrizes e coordenar o processo de escolha do Plano de Gestão Escolar da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, tendo como coordenadora Maristela Aparecida Fagherazzi.

Sendo a finalidade da gestão escolar priorizar a qualidade educacional e promover a transparência dos processos pedagógico e administrativo, pautada nos princípios da gestão democrática e da autonomia escolar, todos os interessados em exercer a função de gestor escolar devem elaborar e submeter à comunidade escolar um Plano de Gestão Escolar (PGE), para um período de quatro anos, com metas que evidenciem o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante das escolas estaduais, em consonância com a

¹⁵Fundação Victor Civita. Mapeamento de Práticas de Seleção e Capacitação de Diretores Escolares: Relatório Final. 2011. Disponível em: <http://cedhap.com.br/wp-content/uploads/2013/05/Relat%C3%B3rio-Final-Mapeamento-de-Pr%C3%A1ticas-de-Sele%C3%A7%C3%A3o-e-Capacita%C3%A7%C3%A3o-de-Diretores-Escolares-.pdf?iframe=yes&iframe=true>. Acesso em: 24 out. 2018.

¹⁶ Alterado pelos Decretos SC nº 243, de 1º de julho de 2015, nº 284, de 03 de agosto de 2015, nº 307, de 17 de agosto de 2015, e nº 359, de 09 de setembro de 2015, nº 1281, de 28 de agosto de 2017.

¹⁷ Designada pela Portaria SED nº 2.896, de 23 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial nº 20.152, de 28 de setembro de 2015.

legislação educacional vigente e o PPP da escola (SANTA CATARINA, 2013).

Para Nascimento (2015), a aprovação do PGE por parte da comunidade escolar e local promove e fortalece a cultura participativa nas escolas, além de “pôr um fim num modelo ultrapassado que coloca Santa Catarina como o Estado que mais tem diretores indicados politicamente” (p. 210).

Outro fator relevante é que este processo de escolha está atrelado à formação continuada dos profissionais interessados em se candidatar, pois, dentre outros critérios, precisam comprovar a conclusão ou a matrícula em: a) curso de formação continuada em gestão escolar, de no mínimo 200 horas, ofertado pela SED ou por instituição de ensino superior credenciada pela SED; ou b) curso de pós-graduação lato sensu em gestão escolar, ofertado por instituição de ensino superior autorizada pelo MEC ou pelo Conselho Nacional de Educação (SANTA CATARINA, 2013).

Segundo Alessandro dos Santos Frazão¹⁸, servidor da SED/DIGR, o processo de escolha da gestão escolar está ocorrendo de forma gradativa na rede estadual: em 2014, foram escolhidos 40 gestores; em 2015, 912 gestores; em 2017, para atender aos casos de vacância conforme a legislação vigente, 177 gestores. Ainda há um grupo de 21 escolas que não participaram desse processo porque não houve propositura de Plano de Gestão Escolar para elas.

2.2.2 Formação continuada

Desde 2013, a SED desenvolve, implementa e coordena cursos de formação continuada aos gestores escolares da rede estadual de ensino, na modalidade presencial e a distância, com o objetivo de qualificar a atuação desses profissionais e efetivar a gestão democrática nos espaços escolares, de forma centralizada ou descentralizada. De acordo com Maristela Aparecida Fagherazzi¹⁹, servidora da SED/DIGR, já foram ofertados os seguintes cursos expressos no Quadro 6:

¹⁸ FRAZÃO, Alessandro dos Santos. (Servidor da SED/DIGR). SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO. Secretaria de Estado da Educação – SED. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <maristelee@gmail.com>. 08 de agosto de 2018

¹⁹ FAGHERAZZI, Maristela Aparecida. (Servidora da SED/DIGR). SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO 2. Secretaria de Estado da Educação –

Quadro 6 – Formação continuada para gestores escolares da rede estadual de Santa Catarina

Ano	Curso	Público-alvo	Carga horária total
2013	O diretor na gestão do cotidiano escolar	1143 gestores	16h
2016	Gestão democrática e o papel do gestor - I	1069 gestores	120h
2017	Gestão democrática e o papel do gestor - II	1057 gestores	100h
2018	Gestão democrática e o papel do gestor - III	1057 gestores	90h (em andamento)
2018	Gestão democrática e o papel do gestor - III	Membros do CDE	60h (em andamento)

Fonte: Fagherazzi (2018)

Os referidos cursos envolvem atividades de diagnóstico da realidade escolar, bem como elaboração de planos de ação voltados à resolução das fragilidades detectadas, num processo avaliativo e de retroalimentação do PPP e do PGE da escola.

Cabe mencionar que esta não é a primeira iniciativa da SED no que tange à promoção da prática de gestão democrática nas escolas públicas. Em 2001, Santa Catarina foi considerada pioneira, juntamente com o estado do Pará, na adesão e implementação do Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (PROGESTÃO), em parceria com instituições públicas de educação superior. O PROGESTÃO foi desenvolvido pelo CONSED e tem por objetivo formar lideranças escolares comprometidas com a construção de um projeto de gestão democrática da escola pública, focada no sucesso dos estudantes. Até o ano de 2013, 12.892 profissionais da educação pública já haviam sido capacitados pelo Programa PROGESTÃO no estado de Santa Catarina. (NASCIMENTO, 2015).

Simultaneamente à oferta dos cursos do PROGESTÃO, em 2005, Santa Catarina adere ao Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica Pública, a partir da oferta do “curso Piloto em Gestão Escolar”, em parceria com o MEC, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e a SED. O Programa, instituído pelo MEC em parceria com as instituições públicas de educação superior, a UNDIME e

SED. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <maristeele@gmail.com>. 08 de agosto de 2018.

o CONSED, faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e visa institucionalizar política de formação nacional de gestores escolares, a partir do princípio da gestão democrática, tendo a escola como espaço de inclusão social e da emancipação humana. Nessa parceria MEC/UFSC/UNDIME/SED, até 2013, em torno de 600 profissionais da educação pública catarinense concluíram os cursos de extensão, atualização ou especialização (lato sensu) em Gestão Escolar promovidos pelo Programa (NASCIMENTO, 2015).

Diante disso, é possível perceber os esforços das esferas públicas na promoção e legitimação de políticas públicas de formação dos gestores escolares pautadas no princípio constitucional da gestão democrática, a fim de contribuir para a garantia do direito à educação com qualidade e equidade para todos.

2.2.3 Sistemática de avaliação da gestão escolar

Ao instituir o novo processo de escolha da gestão escolar, Santa Catarina também prevê avaliação anual dos processos de gestão pela SED, ouvida a Gerência de Educação (GERED)/Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional (SDR) e o Conselho Deliberativo Escolar (SANTA CATARINA, 2013).

Neste sentido, em 2016, a SED constituiu uma equipe técnica²⁰ para a construção e implementação da Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar de Santa Catarina (SAGE/SC), que no presente estudo será denominada somente como Equipe SAGE/SC. Foi neste momento que esta pesquisadora propôs a avaliação da gestão escolar recorrendo à TRI, considerando os benefícios pedagógicos do uso de tal ferramenta nos processos avaliativos. Com o aceite da SED, esta pesquisa passa a integrar o processo de construção e implementação da SAGE/SC.

²⁰ Equipe SAGE/SC 2016-2017: Maristela Aparecida Fagherazzi - Coordenadora da Gestão Escolar/DIGR; Sandro Medeiros - Coordenador da SAGE-SC/DIGR/Assessoria; Alessandro dos Santos Frazão – DIGR/Gestão Escolar; Carin Deichmann – DIGR/Gestão Escolar; Hemerson Raulino Bombazaro – DIGR/Gestão Escolar; Rosimeri Jorge da Silva – DIGR/Gestão Escolar; Maristeele Barbosa de Oliveira – Assessora de Planejamento Educacional/DIPE; Sandra Mara Cardoso – Gerente de Avaliação da Educação Básica e Estatísticas Educacionais (GAEBE)/DIPE; Liliane Sueli Costódio Knoll – DIPE/GAEBE; Marilei Teresinha Cesco – DIPE/GAEBE; Rosilene Demarco Sbeghen – DIPE/GAEBE. Fonte: Guia de Aplicação da SAGE/SC 2017 (SANTA CATARINA, 2017b).

Todo o processo foi coordenado pela Diretoria de Gestão da Rede Estadual (DIGR) em parceria com a Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional (DIPE).

Em 2017, a SAGE/SC foi instituída pela Portaria SED nº 1.384, de 22 de maio de 2017, com a finalidade de avaliar a atuação da equipe gestora, por meio de um processo participativo e contínuo, com vistas à promoção de uma cultura reflexiva acerca do cotidiano escolar que frutifique em práticas de gestão escolar capazes de contribuir para o acesso, a permanência e o aprendizado com qualidade social dos estudantes (SANTA CATARINA, 2017a).

É constituída pela avaliação da gestão escolar, por indicadores contextuais e por indicadores de qualidade da educação (SANTA CATARINA, 2017b) e seus objetivos são:

- I - aplicar a avaliação da gestão escolar em todas as escolas estaduais por meio de um questionário a ser respondido pelo conselho deliberativo escolar e a gerência de educação;
- II - produzir informações e indicadores sobre a qualidade da gestão escolar;
- III - produzir informações e indicadores sobre o contexto em que se realiza o trabalho da gestão escolar;
- IV- contribuir para o monitoramento, a avaliação periódica e a reformulação dos Planos de Gestão Escolar;
- V - subsidiar a elaboração de plano de ação no âmbito escolar, regional e estadual a partir das fragilidades identificadas.
- VI - proporcionar o desenvolvimento de uma cultura de reflexão acerca do cotidiano escolar para a efetivação da gestão democrática;
- VII - fortalecer práticas que orientem a escola no percurso formativo do estudante, para a garantia do direito à aprendizagem com qualidade social;
- VIII - identificar desigualdades regionais na Gestão da Educação Básica;
- IX - disponibilizar à comunidade escolar indicadores dos resultados dos processos de gestão e das condições em que são desenvolvidos;
- X - desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação da gestão escolar;

- XI - criar um acervo das séries históricas das avaliações, permitindo comparabilidade entre os resultados obtidos ao longo dos anos;
- XII - avaliar o cumprimento do Termo de Compromisso estabelecido entre gestores escolares, Conselho Deliberativo Escolar, Gerências de Educação e Coordenadoria Regional da Grande Florianópolis;
- XIII - subsidiar a elaboração de políticas públicas educacionais, visando à melhoria da gestão escolar pública (SANTA CATARINA, 2017a, p. 2)

Dentre os diversos benefícios deste processo avaliativo na busca por uma educação de qualidade e da gestão democrática, está a possibilidade do fomento à atuação efetiva do CDE nos processos de planejamento e gestão da escola.

Os procedimentos de implantação da primeira etapa da SAGE/SC, a avaliação da gestão escolar, serão detalhados na seção 3.4.1.

2.3 AVALIAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR

A avaliação educacional é um conjunto de abordagens teóricas que fornecem subsídios para o julgamento valorativo, não se limita em si mesma e nem é autossuficiente, é uma das múltiplas possibilidades para explicar um fenômeno, suas causas, consequências e possíveis soluções (VIANNA, 2000).

No tocante à educação básica, a avaliação consiste de três dimensões intimamente relacionadas: a avaliação da aprendizagem, a avaliação institucional e a avaliação de redes de ensino (BRASIL, 2013).

A avaliação institucional é um instrumento condicionante do desenvolvimento da gestão escolar, dos professores, dos demais servidores, dos estudantes e da escola como um todo (LUCK, 2012).

De acordo com Dias Sobrinho (2003, p. 177), a avaliação institucional

é uma prática social orientada, sobretudo, para produzir questionamentos e compreender os efeitos pedagógicos, éticos, sociais, econômicos do fenômeno educativo, e não simplesmente uma operação de medida e muito menos um exercício autocrático de discriminação e comparação.

Deve ser, portanto, um processo democrático de negociação que considere a subjetividade, a participação e a valorização da autoavaliação, com a finalidade de atender aos interesses públicos (DIAS SOBRINHO, 2003). Permite, dentre outras coisas, o aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa da escola, visando à qualidade social da educação (DALBEN, 2008). Nesta perspectiva, os atores da avaliação institucional são os próprios destinatários dela e necessitam tomar para si a gestão desse processo legítimo de qualificação da instituição educativa (SORDI; BERTAGNA; SILVA, 2016).

Sendo a avaliação um recurso essencial para a “[...] gestão das mudanças necessárias à efetiva melhoria da qualidade educacional” (DALBEN, 2008, p. 4), cabe à gestão escolar proporcionar as condições necessárias para uma avaliação participativa e de autoconhecimento por parte de toda a instituição (LUCK, 2012).

A própria gestão escolar é uma dimensão a ser considerada no processo avaliativo institucional. Neste sentido, a construção de uma escala para medir o seu nível de efetivação na escola, na perspectiva democrática, representa mais uma ferramenta à disposição do coletivo que permite analisar a atuação da gestão escolar qualitativamente, e não somente quantitativamente.

Assim, tão importante quanto medir, é dar a tal medida um caráter avaliativo processual e formativo, capaz de expressar com clareza as fragilidades e potencialidades na atuação da gestão, objetivando a transformação de práticas equivocadas por práticas democráticas de condução da escola. Serve, portanto, como instrumento de autoconhecimento, planejamento e transformação (VIANNA, 2005; LUCK, 2012).

Para embasar a construção dessa escala de medida, buscou-se na literatura estudos que tratam de instrumentos de coleta de dados e métodos de análise cujo foco é avaliar a efetivação da gestão escolar democrática, por meio da atuação do coletivo. Por isso, não foram considerados estudos que tratam somente do desempenho do gestor (diretor). Apresenta-se, a seguir, os estudos que mais se aproximam dos objetivos desta pesquisa:

a) Gestão Escolar Democrática: a perspectiva dos dirigentes escolares na rede municipal de ensino de Goiânia-GO

A fim de compreender a perspectiva dos gestores escolares acerca da gestão escolar democrática, DOURADO *et al.* (2003) desenvolveram a pesquisa intitulada “Gestão Escolar Democrática: a perspectiva dos

dirigentes escolares na rede municipal de ensino de Goiânia-GO”, que é parte integrante do projeto “A visão dos trabalhadores (as) em educação sobre o processo de gestão vivenciado na escola pública em Goiás”. Para tanto, construíram e aplicaram um questionário composto de 42 questões, 38 fechadas (politômicas e dicotômicas, sem padronização de categorias de resposta) e 4 abertas, não estruturadas por dimensões. A análise foi pela TCT, mediante estatísticas descritivas.

Segundo os autores, para apurar as concepções desses profissionais, dentre os aspectos investigados, destacam-se os conceitos e a efetivação da gestão escolar e da gestão democrática, da autonomia e da participação, da eleição de diretor, do conselho escolar, do grêmio estudantil e do Projeto Político-Pedagógico da escola.

b) Prêmio Gestão Escolar

O Prêmio Gestão Escolar²¹, sob a coordenação do CONSED, concebido em 1998, é uma ferramenta de fomento à cultura da autoavaliação e da intervenção nos processos de gestão escolar, com o objetivo de contribuir para a garantia de uma educação pública de qualidade²².

Tal autoavaliação da gestão escolar é bianual e consiste na análise e discussão dos indicadores de qualidade dos quatro eixos da gestão escolar, explicitados na seção 2.1.3.

Na edição de 2013²³, por exemplo, foram analisados 25 indicadores por meio de 78 perguntas, todas com quatro categorias de resposta (insuficiente, regular, bom e ótimo) que se referem ao nível/grau

²¹ Mediante um processo seletivo, o CONSED e as entidades parceiras concedem o Prêmio de Gestão Escolar para as escolas vencedoras. O foco deste estudo não é o processo seletivo nem premiação das escolas vencedoras, e sim o instrumento de avaliação e o método utilizado. Para maiores informações sobre o processo como um todo, sugere-se acessar: <http://www.premiogestaoescolar.com.br>.

²² Conselho Nacional de Secretários da Educação. **Edital nº 001, de 12 de maio de 2017**. Dispõe sobre a concessão do “Prêmio Gestão Escolar 2017”, oferecido pelo Conselho Nacional dos Secretários Estaduais da Educação - CONSED e pelas entidades parceiras. Disponível em: <http://undime-sc.org.br/wp-content/uploads/2017/06/Edital.pdf>. Acesso em: 02 de jan. 2018.

²³ Conselho Nacional de Secretários da Educação. **Prêmio Gestão Escolar 2013**: manual de orientação para a inscrição. 2013. Disponível em: http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/pge_manual.pdf. Acesso em: 04 de jan. 2018.

de atendimento da gestão escolar para cada item avaliado. A equipe gestora tem a responsabilidade de mobilizar toda a comunidade escolar para participar efetivamente da autoavaliação e da elaboração do plano de melhorias para sanar as fragilidades identificadas.

Pelo observado na edição de 2013 e a partir do edital do Prêmio Gestão Escolar 2017, o método utilizado para calcular os resultados da avaliação da gestão escolar parece ser a TCT.

c) Instrumento de autoavaliação de gestão escolar

Baseando-se no Prêmio de Gestão Escolar/CONSED, a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (FIESC), em parceria com a SED, desenvolveu um instrumento de autoavaliação da gestão escolar, “para diagnosticar, por meio de um padrão autoavaliativo, a situação em que a escola se encontra, seja ela municipal ou estadual” (FIESC, 2017, p. 100).

Segundo a FIESC (2017), o instrumento permite traçar um diagnóstico da gestão escolar, bem como identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhoria, num exercício de reflexão da prática, a partir do princípio da gestão democrática. Para tanto, a Federação organizou o processo avaliativo em quatro dimensões, que envolvem as etapas básicas de mobilização, diagnóstico, identificação de lacunas e acompanhamento.

A escola realiza, em cada dimensão, a análise dos indicadores de qualidade expressos em forma de questões. A dimensão Gestão Pedagógica: análise de resultados educacionais possui 29 questões. A dimensão Gestão Pedagógica: planejamento das ações possui 22 questões. Gestão Participativa: processos coletivos de decisões e ações possui 14 questões. Gestão de Infraestrutura: administração de serviços e recursos possui 11 questões.

O método utilizado é a TCT e as questões de cada dimensão possuem categorias de resposta que variam de 2 a 12 sendo: de 2 a 4 (insuficiente), de 5 a 7 (regular), de 8 a 10 (bom) e de 11 a 12 (ótimo). Ao final do preenchimento das quatro dimensões, o instrumento de avaliação²⁴ calcula a média da escola, que reflete seu nível de maturidade da gestão escolar (FIESC, 2017).

²⁴ O instrumento de avaliação, assim como maiores informações acerca desse processo avaliativo, podem ser acessados em: <http://santacatarinapelaeducacao.com.br/iniciativas/gestao-escolar.html>.

Outros estudos a respeito da avaliação da gestão escolar podem ser encontrados em Orlando Filho e Sá (2016) e Cruz (2017).

2.4 MEDIDA PSICOMÉTRICA

Segundo Pasquali (2009, p. 993), “a psicometria representa a teoria e a técnica de medida dos processos mentais, especialmente aplicada na área da Psicologia e da Educação”, tendo como grandes vertentes a Teoria Clássica dos Testes e a Teoria de Resposta ao Item. É uma importante ferramenta na análise de itens, validação de testes e na construção de escalas de medida (PASQUALI, 2013).

Dada sua abrangência e complexidade, as seções seguintes focarão somente nos procedimentos e técnicas necessários ao que propõe esta pesquisa. Aprofundamentos sobre a Psicometria podem ser obtidos em Pasquali (2013).

De acordo com Pasquali (1996), a construção de uma escala pela TRI se divide em três níveis: os procedimentos teóricos, os procedimentos empíricos (experimentais) e os procedimentos analíticos.

2.4.1 Procedimentos teóricos

Os procedimentos teóricos explicitam “a teoria do traço latente, bem como os tipos de comportamentos que constituem uma representação adequada do mesmo” (PASQUALI, 1996, p. 133) e, conforme o autor, compõem-se das definições constitutiva e operacionais do traço latente, da operacionalização do traço latente e da análise teórica dos itens.

A definição constitutiva revela o que constitui o traço latente, a partir da teoria ou do que está expresso em dicionários ou enciclopédias. Com base nela, a definição operacional é a representação concreta do traço latente, por meio de operações/comportamentos nos quais o traço se manifesta (PASQUALI, 1998).

A operacionalização do traço latente consiste na elaboração dos itens, a partir da definição operacional. Os itens são tarefas a serem executadas pela gestão escolar para que se possa avaliar a magnitude de presença desse traço latente (PASQUALI, 1998).

Elaborados os itens, ainda no âmbito teórico, é necessário testar a hipótese de que eles representam adequadamente o traço latente. Para tanto, são solicitadas outras opiniões sobre a hipótese, num processo conhecido como análise semântica e análise de juízes. A análise semântica tem como objetivo principal verificar se todos os itens são compreensíveis para a população à qual o instrumento se destina. A

análise de juízes, também chamada de análise de conteúdo, deve ser realizada por especialistas na área do traço latente e procura verificar a pertinência do item ao atributo que se propõe a medir. A concordância de, pelo menos, 80% entre os juízes serve como critério de decisão acerca da pertinência do item ao traço a que teoricamente se refere (PASQUALI, 1998, 2013).

2.4.2 Procedimentos empíricos

Os procedimentos empíricos ocupam-se do planejamento e da coleta de dados. No planejamento, delimita-se a população alvo e define-se a unidade amostral, bem como as técnicas de aplicação do instrumento. A coleta de dados concerne à aplicação do instrumento para proceder, em seguida, à avaliação da qualidade psicométrica da escala (PASQUALI, 1998).

2.4.3 Procedimentos analíticos

Os procedimentos analíticos estabelecem “as análises estatísticas a serem efetuadas sobre os dados para levar a um instrumento válido, preciso e, se for o caso, normatizado” (PASQUALI, 1998, p. 133). Esses procedimentos, pela TRI, consistem na escolha do modelo matemático, no estabelecimento da dimensionalidade do traço latente (unidimensionalidade dos itens), na avaliação dos parâmetros dos itens e do traço latente do indivíduo/escola (θ) e na demonstração da adequação do modelo aos dados empíricos (PASQUALI, 1998).

A análise de dimensionalidade é realizada para verificar se os itens do instrumento estão medindo apenas um traço latente, ou seja, se são unidimensionais (PASQUALI, 2013). Andrade, Tavares e Valle (2000, p. 16) ponderam que “[...] qualquer desempenho humano é sempre multideterminado ou multimotivado, dado que mais de um traço latente entra na execução de qualquer tarefa”, sendo assim, defendem que para satisfazer o postulado da unidimensionalidade, da TRI, é suficiente admitir que haja um fator dominante responsável pelo conjunto de itens.

Dentre os diversos métodos para investigar a unidimensionalidade dos itens de um instrumento, estão a análise fatorial tradicional e a análise fatorial de informação completa (*Full Information Factor Analysis* – FIFA) baseada na TRI (PASQUALI, 2013).

A análise fatorial tradicional, exploratória ou confirmatória, é uma técnica multivariada cuja principal meta é a redução do número de dimensões (fatores) necessárias para se descrever dados derivados de um

grande número de medidas (URBINA, 2007). “É feita por meio de uma série de cálculos matemáticos, baseados na álgebra matricial, que buscam extrair padrões de intercorrelação entre o conjunto de variáveis” (p. 176).

A análise fatorial de informação completa, que tem como base a TRI, não requer o cálculo das intercorrelações entre os itens e trabalha com informações completas e não com informações sumarizadas pela matriz de correlação (PASQUALI, 2013). Ainda na visão do autor, parece ser o melhor método para decidir a unidimensionalidade de itens dicotômicos ou politômicos.

A avaliação dos parâmetros dos itens e do traço latente é realizada por meio da TRI. A metodologia da TRI, o modelo matemático adotado nesta pesquisa, a avaliação dos parâmetros dos itens e a construção da escala serão detalhados na seção seguinte (2.5).

2.5 TEORIA DA RESPOSTA AO ITEM

De acordo com Pasquali (2013), a Teoria Clássica dos Testes e a Teoria da Resposta ao Item são as duas teorias utilizadas pela psicometria para “explicar o sentido que tem as respostas dadas pelos sujeitos a uma série de tarefas, tipicamente chamadas de itens” (p. 67).

A TCT se preocupa em explicar o escore total de um teste, que é a soma das respostas dadas a uma série de itens. Por exemplo, num teste de matemática com 20 itens (questões), cujo acerto vale 1 e o erro vale 0, um estudante que acerta 15 itens terá seu escore total igual a 15. Mas o que significa este 15 para o estudante? Ou para o professor desse estudante? (PASQUALI, 2013). As respostas a tais perguntas são uma limitação da TCT, uma vez que o escore total é a referência da medida. Assim, a TRI surge para solucionar esta e outras limitações da TCT, como: a dependência que a medida tem em relação ao tipo de teste usado; a dependência que os parâmetros dos itens têm em relação à amostra da população em que foram calculados (EMBRETSON; REISE, 2000; COUTO; PRIMI, 2011; BORTOLOTTI *et al.*, 2012).

A TRI tem como seus elementos centrais os itens, não sendo dependente do teste como um todo (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000). Permite obter informações detalhadas quanto ao funcionamento de cada item que compõe o teste ou um banco de itens (HARVEY; HAMMER, 1999). Essa característica a torna um método flexível e mais representativo em relação à psicometria clássica nos processos avaliativos (VAN DER LINDER; HAMBLETON, 1997), possibilitando a comparação entre populações que sejam submetidas a testes com alguns itens comuns e a comparação entre indivíduos da mesma população que

tenham sido submetidos a testes totalmente diferentes (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000).

A TRI é composta por um conjunto de modelos matemáticos e objetiva avaliar (mensurar) traços latentes, variáveis que não podem ser observadas diretamente (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000). A temperatura corporal de um indivíduo, por exemplo, não é um traço latente, porque é possível obtê-la diretamente a partir de um termômetro (MOREIRA JUNIOR, 2010). Já a propensão à evasão estudantil em cursos de graduação (SCHMITT, 2018), a usabilidade em *sites* de e-commerce utilizando a TRI (TEZZA, 2009), o potencial empreendedor (ALVES; BORNIA, 2011), o risco de crédito (MAFRA, 2011), a satisfação de estudantes da educação superior (BORTOLOTTI *et al.*, 2012), a resistência à mudança organizacional (BORTOLOTTI, 2010), a gestão do conhecimento (ALMEIDA, 2009) e a efetivação da gestão escolar democrática são exemplos de traços latentes.

Tomando como exemplo a efetivação da gestão escolar democrática, diferentemente da temperatura corporal, não existe uma métrica definida para medi-la. Por isso, a mensuração desse traço latente ocorre por meio de variáveis observáveis (itens) que expressam concretamente as práticas de gestão escolar democrática. É com base nas respostas ao instrumento de avaliação da gestão escolar (conjunto de itens) e das propriedades psicométricas dos itens, que a TRI calcula um escore, denominado *theta* (θ), que representa a medida do traço latente, ou seja, o nível de efetivação da gestão escolar democrática da escola (SCHMITT, 2018; PASQUALI, 2013).

Pela TRI, os itens e os respondentes são posicionados numa mesma escala, o que possibilita a comparação do nível do traço latente do indivíduo/escola com o nível do traço latente exigido pelo item (EMBRETSON; REISE, 2000; ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000) e o acompanhamento longitudinal do traço latente avaliado (MOREIRA JUNIOR, 2013). O posicionamento dos itens permite a interpretação qualitativa da escala e dos resultados do indivíduo/escola (ARAUJO; ANDRADE; BORTOLOTTI, 2009).

2.5.1 Modelos matemáticos da TRI

Os modelos matemáticos da TRI propõem “formas de representar a relação entre a probabilidade de um indivíduo dar uma certa resposta a um item, seu traço latente e características (parâmetros) dos itens, na área de conhecimento em estudo” (ARAUJO; ANDRADE; BORTOLOTTI, 2009, p. 1002).

Esses modelos podem ser classificados no tocante à natureza do item (dicotômico ou politômico), à quantidade de traço latente a ser medida (unidimensional ou multidimensional), ao número de populações envolvidas (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000) e ao tipo de traço latente (acumulativo ou não acumulativo), conforme Moreira Junior (2013).

Quanto à natureza do item, existem modelos matemáticos para itens dicotômicos (sim/não, certo/errado, etc.) ou possíveis de serem dicotomizados (múltipla escolha cuja correção é “certo ou errado”, etc.) e para itens politômicos que possuem mais de duas categorias de respostas ordinais ou nominais (MOREIRA JUNIOR, 2013; ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000).

Modelos matemáticos que avaliam apenas um traço latente são chamados unidimensionais. Modelos que avaliam mais de um traço latente são chamados multidimensionais.

A aplicação dos modelos unidimensionais da TRI requer o cuidado com relação à satisfação dos critérios de unidimensionalidade e independência local (COUTO; PRIMI, 2011; ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000; EMBRETSON; REISE, 2000). A unidimensionalidade supõe que o conjunto de itens do instrumento de avaliação está medindo um único traço latente, podendo ser verificada pela técnica de análise fatorial (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000) ou pelo método FIFA baseado na TRI (PASQUALI, 2013). Reckase (1979) argumenta que não é necessário que haja uma unidimensionalidade total, a existência de um fator dominante que explica mais de 20% da variação dos dados já permite supor a unidimensionalidade e a aplicação de um modelo de TRI unidimensional. A independência local assume que as respostas aos diferentes itens do instrumento de avaliação são independentes entre si. Como a unidimensionalidade implica na independência local, ao satisfazer a este critério também se garante segundo (COUTO; PRIMI, 2011; ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000).

Com relação ao tipo de traço latente, os modelos podem ser acumulativos ou não acumulativos. Nos modelos acumulativos, a probabilidade de um indivíduo dar uma resposta correta a um item aumenta conforme aumenta seu traço latente (habilidade, proficiência, aptidão, etc.). São exemplos de modelos acumulativos: os Modelos Logísticos de 1, 2 e 3 parâmetros, para itens dicotômicos; o Modelo Nominal, o Modelo Ordinal, o Modelo de Escala Gradual, o Modelo de Crédito Parcial Generalizado e o Modelo de Resposta Gradual, para itens politômicos.

Os modelos não acumulativos (ou de desdobramentos) são de proximidade, nos quais a probabilidade de um indivíduo dar uma resposta

a um item é representada em função da distância entre os parâmetros do indivíduo e o de posição do item na escala. São exemplos de modelos de desdobramento que se destacam: o Modelo Parella, *Generalized Graded Unfolding Model* (GGUM) e o Modelo Cosseno Hiperbólico (HCM) (ARAUJO; ANDRADE; BORTOLOTTI, 2009).

Como a presente pesquisa realiza a análise psicométrica dos itens pelo modelo acumulativo unidimensional de resposta gradual, somente ele será detalhado a seguir.

2.5.1.1 Modelo de Resposta Gradual

O Modelo de Resposta Gradual (MRG) foi desenvolvido por Samejima (1969) com o objetivo de ser aplicado para itens com categorias de resposta politômicas e ordinais entre si. Com isso, é possível “obter mais informação das respostas dos indivíduos do que simplesmente se eles deram respostas corretas ou incorretas aos itens” (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000, p. 4).

O MRG aplica-se a um conjunto de itens i , $i = 1, 2, 3, \dots, I$, cujas categorias de resposta, k , podem ser ordenadas entre si, da menor para a maior, e denotadas $k = 1, 2, 3, \dots, m_i$, em que $(m_i + 1)$ é o número de categorias do i -ésimo item (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000; SCHMITT, 2018). A probabilidade de um indivíduo ou da escola j escolher uma particular categoria ou outra mais alta do item i é dada pela Expressão 1:

$$P_{i,k}^+(\theta_j) = \frac{1}{1 + e^{-a_i(\theta_j - b_{i,k})}} \quad (1)$$

$i = 1, 2, 3, \dots, I$ (conjunto de itens – medem as práticas que efetivam a gestão escolar democrática).

$j = 1, 2, 3, \dots, n$ (tamanho da amostra – número de escolas que participaram da avaliação da gestão escolar).

$k = 1, 2, 3, \dots, m_i$ representando as $m_i + 1$ categorias de respostas do i -ésimo item.

$P_{i,k}^+(\theta_j)$ é a probabilidade de a j -ésima escola com o nível de efetivação da gestão escolar democrática θ_j estar em uma particular categoria k ou outra mais alta da i -ésima prática de gestão escolar democrática.

θ_j representa o nível de efetivação da gestão escolar democrática (traço latente) da j -ésima escola.

a_i é o parâmetro de discriminação do item i .

$b_{i,k}$ é o parâmetro de dificuldade (ou de posição/localização) da k -ésima categoria do item i , medida na mesma escala do nível de efetivação da gestão escolar democrática.

No MRG, segundo Andrade, Tavares e Valle (2000), a discriminação de uma categoria específica de resposta depende do parâmetro de inclinação (a), comum a todas as categorias de resposta do item, e da distância das categorias de dificuldade (b). Deve haver uma ordenação entre o nível de dificuldade das categorias do item, de acordo com a classificação de seus escores, em que: $b_{i,1} \leq b_{i,2} \leq b_{i,3} \leq b_{i,4} \dots \leq b_{i,m_i}$. Assim, a probabilidade de o indivíduo/escola receber um escore k no item i é dada pela Expressão 2.

$$P_{i,k}(\theta_j) = P_{i,k}^+(\theta_j) - P_{i,k+1}^+(\theta_j) = \frac{1}{1+e^{-a_i(\theta_j-b_{i,k})}} - \frac{1}{1+e^{-a_i(\theta_j-b_{i,k+1})}} \quad (2)$$

Tal que, $P_{i,1}^+(\theta_j) = 1$ e $P_{i,m_i+1}^+(\theta_j) = 0$

Um item com $m_i + 1$ categorias de resposta é estimado com m_i valores de parâmetro de dificuldade (b) e com o parâmetro de discriminação do item (a). Logo, o número de parâmetros de dificuldade a ser estimado para cada item será dado pelo seu número de categorias de resposta (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000). Um item com 5 categorias de resposta, por exemplo, terá 4 parâmetros de dificuldade e um parâmetro de discriminação estimados (BORTOLOTTI *et al.*, 2012).

2.5.2 Estimação dos parâmetros dos itens

Definido o modelo matemático a ser aplicado ao conjunto de itens, é necessário calcular as estimativas dos parâmetros dos itens por meio do processo conhecido como calibração (BORTOLOTTI *et al.*, 2012; EMBRETSON; REISE, 2000). Este processo pode ser realizado pela Máxima Verossimilhança Marginal (MVM)²⁵ ou métodos bayesianos, por exemplo (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000). Dada a complexidade matemática envolvida, a aplicação de tais métodos de estimação precisa de programas computacionais como MULTILOG e PARSCALE (TOIT, 2003), que, por facilidade computacional,

²⁵ “[...] mediante a aplicação de algum processo iterativo como o algoritmo de *Newton-Raphson*, *Scoring de Fisher*[...]” (SCHMITT, 2018).

apresentam as estimativas numa escala (0,1) com média igual a 0 e desvio padrão igual a 1 (MOREIRA JUNIOR, 2013).

Pelo modelo proposto neste estudo, serão estimados os parâmetros de discriminação (a_i) e de dificuldade ($b_{i,k}$), exibidos na seção anterior (2.5.1.1). O parâmetro a_i indica o poder de discriminação do item, ou seja, o quanto o item distingue as escolas de diferentes níveis de efetivação da gestão escolar democrática. Recomenda-se que seus valores estejam acima de +0,7 (RABELO, 2013; BORTOLOTTI *et al.*, 2012; TEZZA, 2009).

O parâmetro $b_{i,k}$ indica a dificuldade/posição do item e representa o ponto na escala de efetivação da gestão escolar democrática em que há 50% de probabilidade de que uma dada categoria de resposta ou uma categoria mais alta seja selecionada. Segundo Pasquali (2013), $b_{i,k}$ é o limiar entre as categorias de resposta do item: b_2 representa o limiar entre as categorias 1 e 2 do item, b_3 o limiar entre as categorias 2 e 3, e assim sucessivamente. Logo, um item com 5 categorias de resposta (1-nunca, 2-raramente, 3-algumas vezes, 4-frequentemente, 5-sempre) apresentará 4 parâmetros b (b_2 , b_3 , b_4 e b_5), sendo que b_2 representa o ponto na escala do traço latente em que há 50% de probabilidade da categoria “2-raramente” (ou categorias mais altas) ser selecionada pelos avaliadores da gestão escolar.

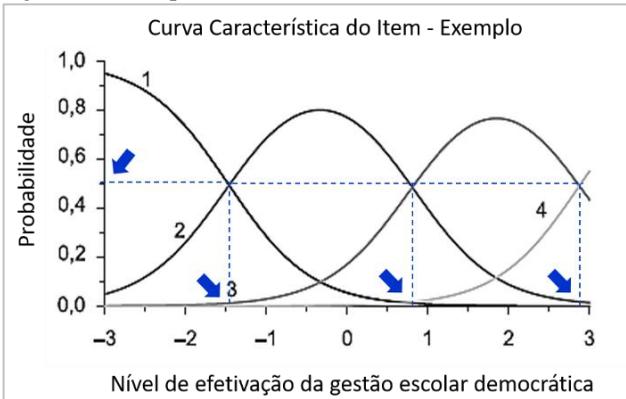
Teoricamente, $b_{i,k}$ pode variar de $-\infty + \infty$ (SARTES; SOUZA-FORMIGONI, 2013), mas, em geral, varia de -3 a +3 (EMBRETSON; REISE, 2000). Em seu estudo, Gomes (2014) considera o intervalo de -5 a +5.

A probabilidade de escolha de cada categoria de resposta k , a um item i , é determinada em função do nível de efetivação da gestão escolar (θ) e dos parâmetros do item (dificuldade e discriminação). Essa relação pode ser visualizada por meio da representação gráfica chamada Curva Característica do Item (CCI), apresentada na seção seguinte.

2.5.3 Curva característica do item

A Figura 1 exemplifica a CCI de um item, do MRG, onde sua forma evidencia a relação existente entre a probabilidade de uma resposta específica, os parâmetros do item e o traço latente (EMBRETSON; REISE, 2000).

Figura 1 – Exemplo de CCI do item



Fonte: Adaptado de BORTOLOTTI *et al.* (2012)

Supondo que tal item esteja relacionado com o traço latente deste estudo e que sua pergunta seja: “Considerando uma gestão participativa, como é possível avaliar a comunicação entre a escola e a comunidade escolar?”, com quatro categorias de resposta: 1 (insuficiente), 2 (regular), 3 (bom) e 4 (ótimo) e parâmetros hipotéticos $a = 1,94$, $b_2 = -1,48$, $b_3 = 0,80$, e $b_4 = 2,89$, é possível fazer a seguinte interpretação: escolas que possuem nível de efetivação de gestão escolar democrática inferior a $-1,48$ têm maior probabilidade de responder à categoria 1, aquelas que estão situadas entre $-1,48$ e $0,80$ têm maior probabilidade de responder à categoria 2, aquelas situadas entre $0,80$ e $2,89$ têm maior probabilidade de responder à categoria 3 e, por fim, aquelas com nível maior que $2,89$ têm maior probabilidade de responder à categoria 4 (BORTOLOTTI *et al.*, 2012).

2.5.4 Curva de informação do instrumento

A Curva de Informação do Instrumento é a representação gráfica da Função de Informação do Instrumento (FII), que é “a soma das informações fornecidas por cada item” (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000, p. 12), Expressão 3. Ainda para esses autores, outra maneira de representá-la é mediante o erro padrão de estimação (EP), Expressão 4.

$$I(\theta) = \sum_{i=1}^I I_i(\theta) \quad (3)$$

$$EP(\theta) = \frac{1}{\sqrt{I(\theta)}} \quad (4)$$

A FII permite identificar em que região o instrumento fornece maior precisão para a medida do nível de efetivação da gestão escolar democrática. Assim, a Curva de Informação apresenta graficamente “para que faixa de níveis de θ o instrumento é particularmente válido e para que faixa ele não é” (PASQUALI, 2013, p.180).

2.5.5 Construção da escala de medida

A construção da escala de medida, por meio da TRI, envolve uma série de etapas, dentre elas, a estimação dos parâmetros dos itens, a aplicação de critérios de posicionamento dos itens e a sua interpretação (TEZZA, 2009).

Para o modelo MRG, Schmitt (2018) propõe como critérios de posicionamento dos itens/categorias o ponto de probabilidade acumulada 0,60, considerando apenas os itens com parâmetro $a \geq 1,00$. Beaton e Allen (1992) propõem outros critérios que não serão abordados nesta pesquisa.

Por último, faz-se a interpretação de seus diferentes níveis com o auxílio de especialistas no traço latente.

3 MÉTODO

A presente pesquisa lança mão de um trabalho sistemático, racional e planejado para o alcance dos objetivos propostos, definido por Marconi e Lakatos (2003) como método científico. Logo, este capítulo aborda os procedimentos metodológicos adotados para a criação da métrica para avaliar a gestão escolar na perspectiva democrática.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A abordagem desta pesquisa é quali-quantitativa, ou seja, é mista. Qualitativa no que tange à revisão bibliográfica e documental acerca da gestão escolar democrática, visando à elaboração do modelo conceitual, do quadro de práticas e do instrumento de coleta de dados. Quantitativa no que se refere ao tratamento estatístico dos dados e à construção da escala de medida por meio da TRI (MINAYO, 1993; GIL, 2002; GIDDENS, 2012).

Trata-se de uma pesquisa de natureza aplicada, porque a construção e a interpretação da escala de medida, pela TRI, geram conhecimentos sobre o nível de efetivação da gestão escolar democrática nas escolas públicas de Santa Catarina, o que permitirá identificar as potencialidades e fragilidades de suas práticas, possibilitando intervenções adequadas (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

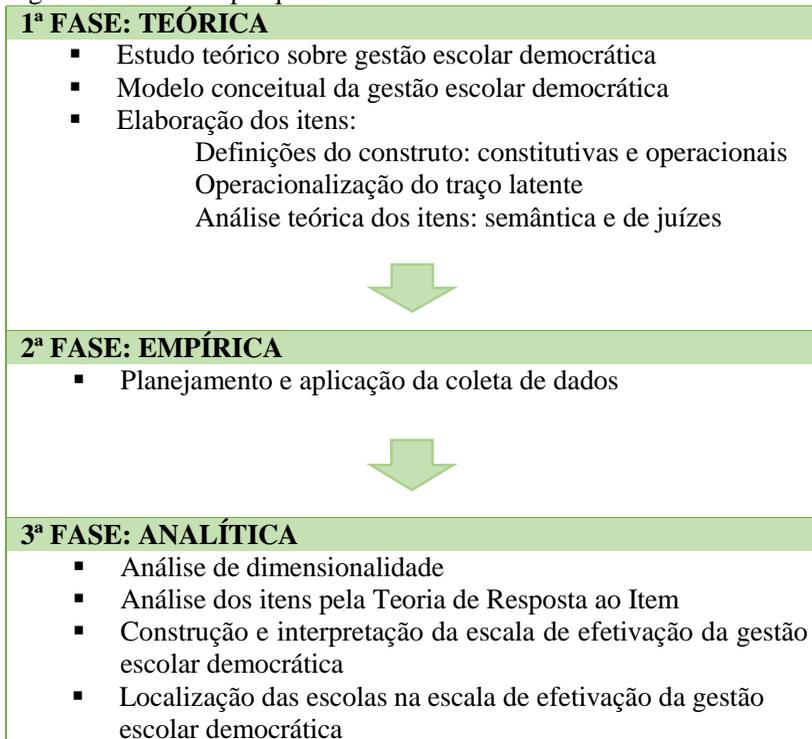
Quanto aos objetivos, inicialmente é de natureza exploratória, pois pretende “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41), mediante a revisão bibliográfica e documental. Na sequência dos trabalhos, apresenta-se como descritiva porque tem o objetivo de descrever as características do fenômeno observado, promovendo estudos e análises sobre a construção da escala de medida, a partir do modelo conceitual, do quadro de práticas e dos dados obtidos na aplicação do instrumento de avaliação (GIL, 2002).

3.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A metodologia utilizada para construir a escala de efetivação da gestão escolar democrática fundamenta-se na Psicometria e na Teoria de Resposta ao Item. Apresenta-se em três fases estruturadas e sequenciais, compreendidas nos procedimentos teóricos, empíricos e analíticos (PASQUALI, 1996, 1998).

No organograma da Figura 2, encontram-se todas as etapas das três fases desta pesquisa, que são constituídas por tarefas e métodos específicos. Na 1ª fase, teórica, constam as etapas referentes à explicitação dos fundamentos teóricos do traço latente, à elaboração dos itens e ao estudo de validade de conteúdo do instrumento de avaliação. Na 2ª fase, empírica, estão o planejamento e a aplicação da coleta de dados. Na 3ª fase, analítica, os itens são analisados e a escala de medida é criada (MENEGON, 2013, 2017; PASQUALI, 1996,1998).

Figura 2 – Fases da pesquisa



Fonte: Adaptado de Menegon (2013)

Conforme o exposto na seção 2.2.3, a presente pesquisa, de interesse institucional, contou com o envolvimento de uma equipe técnica da SED, designada para planejar e construir a Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar de Santa Catarina, da qual esta pesquisadora faz parte. Assim sendo, as atividades desenvolvidas nas duas primeiras fases, no que toca à construção do quadro de práticas da gestão escolar

democrática, à elaboração e análise dos itens e ao planejamento e à coleta de dados, devem ser creditadas ao trabalho integrado da referida equipe. As análises estatísticas e a construção da escala ficaram, exclusivamente, sob a responsabilidade da pesquisadora, que, ao término desta fase, validou os resultados com a equipe técnica, os dirigentes da SED e os gestores escolares.

3.3 FASE TEÓRICA

Esta fase, de fundamental importância para a consecução das fases seguintes, foca na investigação teórica sobre a gestão escolar democrática, a fim de embasar a definição do traço latente, sua operacionalização em itens e a validação por parte de especialistas e da população-alvo (PASQUALI, 1996).

3.3.1 Processo de revisão da literatura

Esta etapa compreende a revisão sistematizada da literatura com vistas ao alcance do objetivo principal da presente pesquisa, que é construir uma escala para avaliar a gestão escolar democrática, da rede estadual de ensino de Santa Catarina, por meio da TRI.

Para isso, como estratégia de busca dos estudos primários, utilizaram-se as bases de dados eletrônicas: Scopus, *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), Google Acadêmico, Periódicos da CAPES, Banco de Teses e Dissertações da CAPES. Ainda houve busca nos anais, congressos e simpósios da Associação Brasileira de Avaliação Educacional (ABAVE), da Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED). No que concerne à avaliação da gestão escolar, foram pesquisados também estudos no GOOGLE, diante dos poucos achados nos bancos de dados já mencionados.

Num primeiro estágio, realizou-se a busca com os descritores “Gestão Escolar” e “Democrática”, em inglês e entre aspas, ((“*school management*”) AND (“*democratic*”)), para a elucidação do conceito, das características, das dimensões/eixos, das competências e práticas de gestão escolar democrática. Num segundo estágio, valeu-se do descritor “Avaliação da Gestão Escolar”, em inglês e entre aspas, (“*Evaluation of School Management*”), para identificar os estudos já efetuados, com foco nos instrumentos e métodos utilizados nesse processo avaliativo.

Em ambos os estágios, não foram estabelecidos limites quanto à data de publicação ou ao idioma dos estudos primários. Foram excluídos

os estudos: pagos; que tratam da gestão escolar, mas não na perspectiva democrática; que tratam de gestão escolar democrática, mas não na educação básica; e que tratam especificamente da avaliação do “gestor escolar”, pois o foco deste estudo não é avaliar o desempenho individual, e sim a atuação do coletivo no que diz respeito à efetivação das práticas de gestão escolar democrática nas instituições de educação básica.

Os estudos identificados foram avaliados por meio da análise dos títulos e resumos. Quando os títulos e os resumos não se mostraram suficientes para definir a seleção inicial, procedeu-se à leitura da publicação na íntegra. Quando necessário, foram incluídas as obras dos autores citados pelos estudos selecionados.

Num terceiro estágio, realizou-se busca de documentos relacionados com a temática disponíveis nos *sites* do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), do MEC e da SED.

Salienta-se que, nas bases de dados consultadas, não foram encontrados estudos que mensurassem o nível de efetivação da gestão escolar democrática por meio da TRI.

3.3.2 Elaboração dos itens

A seguir tem-se a definição do traço latente, o desenvolvimento do instrumento de avaliação (conjunto de itens) e a realização da análise teórica dos itens (semântica e de juízes).

3.3.2.1 Definições do traço latente

Com base na fundamentação teórica elucidada no capítulo 2, elaborou-se o modelo conceitual da gestão escolar democrática, Figura 3, cujo formato circular simboliza o movimento democrático e efetivo que integra a “autonomia”, a “transparência”, a “participação” e a “pluralidade” com os principais eixos de atuação da gestão escolar, num processo articulado, dialógico e não linear.

A efetivação da gestão escolar democrática exige o exercício pleno desses elementos constitutivos da gestão democrática em todos os eixos norteadores do fazer escolar.

Figura 3 – Modelo conceitual da gestão escolar democrática



Fonte: Autora (2018)

No total, o modelo conceitual é composto por 10 eixos, quais sejam:

- Planejamento escolar: norteará todas as ações escolares, objetivando a promoção da educação de qualidade social. Num movimento retroalimentativo, compreende as etapas de planejar, executar, monitorar e avaliar o trabalho escolar, considerando nesse processo os indicadores educacionais. Tem como principais níveis ou materializações: o Projeto Político-Pedagógico, o Plano de Gestão Escolar, o plano de ensino e o plano de aula (LUCK, 2009). Este eixo tratará do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Gestão Escolar. Os planos de

ensino e de aula serão tratados no eixo Currículo e Práticas Pedagógicas.

- Currículo e práticas pedagógicas: o currículo é o conjunto de valores e práticas que permitem a produção e a socialização de significados no espaço social e que contribuem para a construção de identidades sociais e culturais dos estudantes, sendo orientado pelo PPP da escola (BRASIL, 2013). A prática pedagógica negocia e modifica o currículo e o próprio PPP (MARÇAL; SOUSA, 2001), a partir de seus processos cotidianos de planejar, executar, monitorar e avaliar os planos de ensino, planos de aula, projetos e demais ações.
- Gestão democrática: pelo exposto na seção 2.1.2, implica na participação, na autonomia, na transparência e no respeito à pluralidade em todos os eixos e práticas de gestão escolar (MENDONÇA, 2000). Ainda assim, optou-se por demarcá-la num eixo específico, com vistas a enfatizar determinadas práticas democráticas comuns a todos os eixos, como a atuação efetiva das instâncias colegiadas, a integração entre a escola, a comunidade e a sociedade, a transparência na divulgação das ações e resultados educacionais da escola, dentre outras.
- Diversidade: refere-se aos sujeitos de diferentes condições físicas, sensoriais, intelectuais, socioemocionais, étnico-raciais, socioeconômicas, de origem, de crenças, de gênero, de contextos socioculturais, dentre outras. A escola deve ser um espaço de heterogeneidade e pluralidade visando cumprir seu papel socioeducativo, artístico, cultural, ambiental, fundamentada no respeito e na valorização desses múltiplos sujeitos (BRASIL, 2013).
- Formação e Desenvolvimento: refere-se à formação continuada da comunidade escolar que promova seu desenvolvimento profissional contínuo, possibilitando-a contribuir mais efetivamente nos processos educacionais (CONSED, 2013).
- Gestão de Pessoas: refere-se à mobilização dinâmica do elemento humano, sua energia e talento, coletivamente organizado, a fim de constituir um ambiente escolar efetivo na promoção de aprendizagem e formação dos estudantes (LUCK, 2009).

- Gestão Financeira: refere-se ao planejamento, à execução e à prestação de contas dos recursos financeiros encaminhados à escola pelos governos federal e estadual ou por outras fontes, de forma democrática e participativa (LUCK, 2009; GRACINDO, 2007).
- Cotidiano Escolar: refere-se ao conjunto de práticas, relações e situações que ocorrem efetivamente no dia a dia da escola, episódios rotineiros e triviais que compõem a substância na qual se inserem crianças ou jovens em processo de formação (GALVÃO, 2004, *apud* LUCK, 2009).
- Ambiente Escolar (clima organizacional): refere-se aos valores, crenças, rituais, percepções, comportamentos e atitudes orientados pelos princípios do PPP e pela função social da escola (BRASIL, 2013; LUCK, 2009).
- Patrimônio Escolar: corresponde “ao conjunto de bens móveis e imóveis que formam a parte física e material da escola” (LUCK, 2009, p. 110). As condições adequadas e a conservação do patrimônio escolar são tratadas no eixo cotidiano escolar.

O Quadro 7 apresenta as atribuições (competências) da gestão escolar, bem como os principais indicadores de cada um dos eixos.

Quadro 7 – Definição constitutiva do traço latente

(Continua)

Eixo	Atribuição/Indicador
Planejamento Escolar	<p><u>Atribuição</u>: Coordenar o planejamento escolar, em todos os seus níveis e etapas, de maneira contínua e dinâmica, num processo reflexivo sobre o cotidiano escolar, considerando o diagnóstico e a avaliação institucional como instrumentos para identificar os desafios a serem enfrentados e as potencialidades a serem estimuladas, com a participação efetiva da comunidade escolar.</p> <p><u>Principais indicadores</u>: PPP; PGE; tempos escolares; avaliação institucional; resultados educacionais.</p>

(Continuação)

Eixo	Atribuição/Indicador
Currículo e Práticas Pedagógicas	<p><u>Atribuição:</u> Efetivar o currículo e práticas pedagógicas que promovam a educação de qualidade, num processo participativo contínuo de reflexão e atualização.</p> <p><u>Principais indicadores:</u> currículo; planejamento da prática pedagógica (plano de ensino, plano de aula e projetos pedagógicos); vida escolar dos estudantes.</p>
Gestão Democrática	<p><u>Atribuição:</u> Efetivar práticas de gestão democrática para além daquelas já presentes nos outros eixos.</p> <p><u>Principais indicadores:</u> atuação das instâncias colegiadas; comunicação com a comunidade escolar e local; conselho de classe participativo; práticas de co-liderança; cumprimento de leis, normas e orientações educacionais; integração entre escola-comunidade-sociedade.</p>
Diversidade	<p><u>Atribuição:</u> Promover a diversidade como princípio formativo no fazer escolar.</p> <p><u>Principais indicadores:</u> inclusão com equidade às diversidades; políticas e programas de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências; acessibilidade.</p>
Formação e Desenvolvimento	<p><u>Atribuição:</u> Desenvolver processos de formação continuada à comunidade escolar.</p> <p><u>Principais indicadores:</u> formação para professores, equipe gestora e demais servidores da escola; formação às instâncias colegiadas.</p>
Gestão de Pessoas	<p><u>Atribuição:</u> Organizar os processos administrativos referentes aos recursos humanos necessários para o bom funcionamento da escola.</p> <p><u>Principais indicadores:</u> distribuição de aulas; organização dos horários; assiduidade dos servidores da escola; avaliação do estágio probatório; ocorrências indisciplinares.</p>
Gestão Financeira	<p><u>Atribuição:</u> Coordenar a administração dos recursos financeiros encaminhados à escola e sua correta prestação de contas, de forma participativa e transparente e de acordo com as normas legais vigentes.</p> <p><u>Principais indicadores:</u> planejamento e uso de recursos financeiros recebidos; prestação de contas.</p>

(Conclusão)

Eixo	Atribuição/Indicador
Cotidiano Escolar	<p><u>Atribuição:</u> Organizar as condições de infraestrutura e rotinas escolares necessárias à realização das atividades educacionais, num processo de participação, engajamento e compartilhamento de responsabilidades.</p> <p><u>Principais indicadores:</u> recursos didático-pedagógicos; cumprimento do calendário escolar; registro dos diários de classe; conservação do patrimônio escolar; equipamentos e espaço físico em condições adequadas; processo de enturmação dos estudantes.</p>
Ambiente Escolar (clima organizacional)	<p><u>Atribuição:</u> Promover um ambiente escolar orientado pelos princípios do PPP e pela função social da escola.</p> <p><u>Principais indicadores:</u> confiança dos professores no trabalho que desenvolvem; compromisso e preocupação da equipe escolar com os estudantes; relacionamento interpessoal; relacionamento cooperativo; atendimento cordial, ético e respeitoso.</p>
Patrimônio Escolar	<p><u>Atribuição:</u> Garantir o registro e o arquivamento dos documentos escolares e o tombamento dos bens móveis e imóveis da escola.</p> <p><u>Principais indicadores:</u> documentação escolar.</p>

Fonte: Autora (2018) com base nos estudos de Luck (2009), CONSED (2013) e Santa Catarina (2014; 2016a).

Sendo a escola um espaço social múltiplo e plural, que tem como principal instrumento norteador das atividades escolares o PPP, ratificam-se as palavras de Heloisa Luck (2009) quando afirma que a atuação da gestão escolar em seus diferentes eixos deve ser orgânica e integrada.

A partir do modelo conceitual e da realidade da educação pública estadual de Santa Catarina, a Equipe da SAGE/SC estruturou um quadro com as principais práticas de gestão escolar, por eixo, conforme Quadro 8, com vistas à representação operacional do traço latente. Na primeira coluna apresenta-se o código do eixo (CE), seguido da descrição do eixo, do código da prática (CP), da descrição da prática e dos autores que embasaram a definição das práticas.

Quadro 8 – Quadro de práticas de gestão escolar democrática por eixo, da rede estadual de ensino de Santa Catarina (definição operacional do traço latente)

(Continua)

CE	Eixo	CP	Prática
E1	Planejamento Escolar	E1P1	Revisar o Projeto Político-Pedagógico, de forma participativa, considerando o monitoramento contínuo e a avaliação de sua execução.
		E1P2	Revisar o Plano de Gestão Escolar, de forma participativa, considerando o monitoramento contínuo e a avaliação de sua execução.
		E1P3	Planejar o calendário escolar junto com a comunidade escolar em concordância com a legislação.
		E1P4	Promover ações regulares de monitoramento que ajudam a medir avanços e detectar problemas nos processos educativos.
		E1P5	Realizar a sistemática de avaliação institucional interna, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.
		E1P6	Considerar os resultados de desempenho e fluxo dos estudantes, o IDEB e os resultados das avaliações de larga escala e a avaliação institucional interna nos processos de planejamento da escola, assegurando a análise comparativa deles de acordo com suas especificidades.
E2	Gestão Democrática	E2P1	Oportunizar a atuação efetiva do Conselho Deliberativo Escolar, da Associação de Pais e Professores e do Grêmio Estudantil nas discussões e deliberações sobre questões administrativas, financeiras, físicas e pedagógicas.
		E2P2	Promover o Conselho de Classe Participativo, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar.
		E2P3	Promover práticas de co-liderança, compartilhando responsabilidades e espaços de ação entre os participantes da equipe gestora.

(Continuação)

CE	Eixo	CP	Prática
E2	Gestão Democrática	E2P4	Estabelecer comunicação com a comunidade escolar e local, para a efetivação da gestão participativa.
		E2P5	Divulgar as principais atividades da escola em espaços acessíveis à comunidade.
		E2P6	Divulgar os indicadores de qualidade da escola em espaços acessíveis à comunidade.
		E2P7	Assegurar o cumprimento das normas e regulamentos escolares pactuados no Projeto Político-Pedagógico.
		E2P8	Promover a integração entre escola-comunidade-sociedade.
		E2P9	Assegurar o cumprimento das normas legais e orientações emanadas dos órgãos superiores.
E3	Currículo e Práticas Pedagógicas	E3P1	Promover a atualização do currículo no PPP, considerando a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC).
		E3P2	Orientar as práticas docentes na elaboração e no cumprimento do planejamento, em consonância com o que foi pactuado no Projeto Político-Pedagógico.
		E3P3	Promover o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos escolares, com vistas ao êxito da aprendizagem dos estudantes.
		E3P4	Desenvolver estratégias de comunicação acerca da vida escolar dos estudantes.
		E3P5	Oportunizar horários e locais adequados para preparação de aulas pelos professores, reunindo-os por área de atuação, com foco no Projeto Político-Pedagógico.
E4	Diversidade	E4P1	Promover a inclusão com equidade às diversidades.
		E4P2	Atender às políticas e programas de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências, criando oportunidades para atuação de serviços presentes na comunidade, em núcleos ou grupos de trabalho existentes na escola.
		E4P3	Promover as condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos, às adaptações curriculares e às diferentes formas de comunicação na escola.

(Continuação)

CE	Eixo	CP	Prática
E5	Formação e Desenvolvimento	E5P1	Proporcionar formação continuada para professores, equipe gestora e demais servidores da escola.
		E5P2	Proporcionar formação continuada às instâncias colegiadas, com o objetivo de participação ativa no planejamento e na gestão da escola.
		E5P3	Divulgar informações sobre cursos, facilitando a participação dos servidores nas formações externas, promovidas e financiadas pelos órgãos regionais e/ou central.
E6	Gestão de Pessoas	E6P1	Assegurar a distribuição das aulas para professores efetivos, observando a legislação em vigor e as orientações da SED.
		E6P2	Definir os horários de professores e funcionários a partir de critérios estabelecidos coletivamente que favoreçam o funcionamento da escola.
		E6P3	Supervisionar o registro da frequência dos servidores da escola.
		E6P4	Coordenar a avaliação do estágio probatório, garantindo seus registros.
		E6P5	Registrar as ocorrências disciplinares dos servidores e proceder os encaminhamentos necessários, de acordo com normas legais.
		E6P6	Assegurar a transparência no processo de abertura de vagas para a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT).
E7	Gestão Financeira	E7P1	Utilizar os recursos financeiros recebidos em sua totalidade.
		E7P2	Divulgar os recursos financeiros recebidos com transparência a toda comunidade escolar.
		E7P3	Planejar o uso dos recursos de maneira participativa, envolvendo as instâncias colegiadas e a comunidade escolar.
		E7P4	Submeter à comunidade escolar o planejamento do uso dos recursos financeiros para apreciação e aprovação.
		E7P5	Seguir corretamente os prazos de aplicação e de prestações de contas dos recursos financeiros.
		E7P6	Prestar conta do uso dos recursos à comunidade escolar, de forma transparente.

(Conclusão)

CE	Eixo	CP	Prática
E8	Cotidiano Escolar	E8P1	Articular a escolha de livros e materiais didático-pedagógicos para todas as áreas do conhecimento e/ou componentes curriculares, em quantidade suficiente à manutenção das atividades escolares.
		E8P2	Assegurar o cumprimento das rotinas escolares.
		E8P3	Supervisionar o cumprimento do calendário escolar.
		E8P4	Realizar acompanhamento sistemático dos registros nos diários de classe.
		E8P5	Envolver a comunidade escolar na conservação do patrimônio escolar.
		E8P6	Manter em condições adequadas o espaço físico e os equipamentos da escola.
		E8P7	Responsabilizar-se pela criação das turmas e enturmação dos estudantes, respeitando os critérios da legislação e as orientações da Secretaria de Estado da Educação.
E9	Ambiente Escolar (clima organizacional)	E9P1	Promover a confiança dos professores no trabalho que desenvolvem.
		E9P2	Promover compromisso e preocupação da equipe escolar com os estudantes.
		E9P3	Promover a prática do bom relacionamento de todas as pessoas da escola.
		E9P4	Promover o atendimento cordial, ético e respeitoso.
		E9P5	Manter e promover o relacionamento cooperativo com a equipe de trabalho, estudantes, pais e demais segmentos da comunidade escolar.
E10	Patrimônio Escolar	E10P1	Assegurar os registros, guarda e emissão de documentos referentes à vida escolar dos estudantes, à vida funcional de docentes e demais servidores da escola.
		E10P2	Supervisionar os registros e arquivamento das prestações de contas, das atas de reuniões, das atas de assembleias, das atas de eleições e demais documentos das instâncias colegiadas.
		E10P3	Assegurar o arquivamento de documentos de criação e funcionamento da escola.
		E10P4	Supervisionar o tombamento de todos os bens móveis e imóveis, de acordo com as orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

Fonte: Elaborado pela Equipe da SAGE/SED/SC, da qual a pesquisadora faz parte.

3.3.2.2 Operacionalização do traço latente

Para a operacionalização do traço latente em 145 itens (questões), a Equipe da SAGE/SC baseou-se no Modelo conceitual e no quadro de práticas.

Foram elaborados itens dicotômicos (se a equipe gestora realiza ou não realiza determinada prática, por exemplo) e itens politômicos, ordenados entre si, com 3, 4, 5 e 6 categorias de resposta (Quadro 9). Portanto, o instrumento de avaliação é composto por itens com formatos mistos que, segundo Embretson e Reise (2000), podem ser utilizados na aplicação da TRI sem prejuízo nos escores totais da avaliação.

Quadro 9 – Quantidade de categorias de resposta do conjunto de itens com respectivos códigos

Itens com:	Código das categorias de resposta
2 categorias de resposta	1 e 2, em que $1 < 2$
3 categorias de resposta	1, 2 e 3, em que $1 < 2 < 3$
4 categorias de resposta	1, 2, 3 e 4, em que $1 < 2 < 3 < 4$
5 categorias de resposta	1, 2, 3, 4 e 5, em que $1 < 2 < 3 < 4 < 5$
6 categorias de resposta	1, 2, 3, 4, 5 e 6, em que $1 < 2 < 3 < 4 < 5 < 6$

Fonte: Autora (2018)

Diante disso, os itens não mostram padronização na descrição das categorias de resposta, como é possível observar na Figura 4. O item 45 tem 4 categorias de resposta e o item 57 tem 2, ordenadas entre si, mas distintas.

Figura 4 – Itens 45 e 57 do instrumento de avaliação

Item 45: A gestão escolar promove ações que legitimam as políticas e programas de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências?

Categorias de resposta do item 45:

- 1 Não promove.
- 2 Houve tentativas de promoção, mas sem resultados efetivos.
- 3 Promove ações, mas com resultados pouco significativos.
- 4 Promove ações que produzem resultados significativos.

Item 57: A responsabilidade pela organização dos horários de trabalho dos servidores da escola é da equipe gestora, a partir de critérios normatizados pela Secretaria de Estado da Educação. Sendo assim, como são organizados os horários na escola?

Categorias de resposta do item 57:

- 1 A equipe gestora organiza os horários da escola sem considerar critérios definidos coletivamente que favoreçam o bom funcionamento da escola.
- 2 A equipe gestora organiza os horários da escola a partir de critérios definidos coletivamente que favoreçam o bom funcionamento da escola.

Fonte: Autora (2018) com base no instrumento de avaliação 2016

Além disso, dois itens com a mesma quantidade de categorias de resposta não possuem, necessariamente, as mesmas categorias de

resposta. A Figura 5 exemplifica esta situação, na qual os itens 26 e 104 têm 5 categorias de resposta com descrições totalmente distintas.

Figura 5 – Itens 26 e 104 do instrumento de avaliação

ITEM 26 - Considerando uma gestão participativa, como é possível avaliar a comunicação entre a escola e a comunidade escolar?		ITEM 104 - Em relação à promoção de um relacionamento cooperativo entre a equipe de trabalho, os estudantes e demais segmentos da comunidade escolar, pode-se dizer que a equipe gestora:	
<input type="radio"/> Ruim.	1	<input type="radio"/> Nunca promove.	1
<input type="radio"/> Razoável.	2	<input type="radio"/> Raramente promove.	2
<input type="radio"/> Boa.	3	<input type="radio"/> Algumas vezes promove.	3
<input type="radio"/> Ótima.	4	<input type="radio"/> Frequentemente promove.	4
<input type="radio"/> Excelente.	5	<input type="radio"/> Sempre promove.	5

Diagrama de setas: Uma seta vermelha aponta da categoria 3 do Item 26 para o texto "Categorias de resposta do item 26.". Outra seta vermelha aponta da categoria 3 do Item 104 para o texto "Categorias de resposta do item 104.".

Fonte: Autora (2018) com base no instrumento de avaliação 2016

Em determinados itens, também foi utilizada a opção “não se aplica” ou opção equivalente, objetivando abranger todos os cenários acerca da gestão escolar da rede estadual de Santa Catarina. Na Figura 6 estão dois exemplos da utilização desse recurso, cuja função é não penalizar a escola que não se enquadre em nenhuma categoria de resposta do item.

Figura 6 – Itens 60, 130 e 131 que contêm a opção “não se aplica” ou opção equivalente

Equivalente ao “não se aplica”	ITEM 60 - No caso do descumprimento das funções designadas em lei por parte dos servidores da escola, a equipe gestora deve registrar as ocorrências e, quando for o caso, proceder aos encaminhamentos necessários que possibilitem a intervenção adequada da mantenedora. Como são tratados os assuntos de indisciplina de servidores, na unidade escolar?	Com relação ao procedimento de matrícula, a equipe gestora:	
	<input type="radio"/> Não houve problemas de indisciplina com servidores na unidade escolar. 1 <input type="radio"/> No descumprimento das normas, não é realizado nenhum procedimento. 2 <input type="radio"/> No descumprimento das normas, o diretor, durante reunião, chama a atenção de todos os servidores enfatizando a ocorrência, sem nomear o servidor e sem realizar registros. 3 <input type="radio"/> No descumprimento das normas, o diretor orienta individualmente, mas não registra. 4 <input type="radio"/> No descumprimento das normas, o diretor orienta individualmente e realiza o registro.	Categorias de resposta dos itens 130 e 131 2 Sim 1 Não	<input type="radio"/> Não se aplica
		ITEM 130 - Respeita a legislação quanto à idade mínima para a matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental.	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
		ITEM 131 - Respeita a legislação quanto à idade mínima para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos.	<input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>

Diagrama de setas: Uma seta vermelha aponta da opção "Não se aplica" para o texto "Equivalente ao 'não se aplica'". Outra seta vermelha aponta da opção "Não se aplica" para o texto "Categorias de resposta do item 60".

Fonte: Autora (2018) com base no instrumento de avaliação 2016

A opção “Não houve problemas de indisciplina com servidores na unidade escolar”, do item 60, é equivalente ao “não se aplica”, pois, se no ano de avaliação da gestão escolar não houve casos de indisciplina, não

há como avaliar tal prática para a escola em questão. Nos itens 130 e 131, a opção “não se aplica” cabe, respectivamente, às escolas que não ofertam a primeira série do ensino fundamental e às escolas que não ofertam educação de jovens e adultos.

Todos os 145 itens foram submetidos à análise semântica e de juízes, conforme apresentado na seção seguinte.

3.3.2.3 Análise teórica dos itens

Esta análise é composta pela análise semântica, que se refere à compreensão dos itens por parte da população-alvo, e pela análise de juízes, que diz respeito à pertinência dos itens às práticas de gestão escolar que pretendem medir. Essa última também é chamada de análise de conteúdo ou análise de construto (PASQUALI, 2013).

Sendo assim, o conjunto de itens foi submetido à apreciação de trinta e cinco integrantes dos Conselhos Deliberativos Escolares de cinco escolas estaduais (entre pais, professores, estudantes e gestores) e de trinta e seis representantes das Gerências de Educação e da Coordenadoria da Grande Florianópolis²⁶, totalizando setenta e um participantes da análise semântica. A Equipe da SAGE/SC agendou e conduziu as reuniões em cada escola, todas localizadas na Grande Florianópolis: uma de zona rural e quatro de zona urbana. Uma somente de educação de jovens e adultos, uma somente de ensino médio, duas com anos finais do ensino fundamental e ensino médio e uma com anos iniciais e finais do ensino fundamental e ensino médio. Em cada escola, após as orientações iniciais, foi solicitado o preenchimento do instrumento de avaliação por parte de todos os participantes, em que apontaram as possíveis dificuldades na compreensão dos itens. A participação dos 36 representantes regionais ocorreu numa formação continuada promovida pela SED, mas seguiu a mesma metodologia utilizada nas escolas. Vinte itens apresentaram problemas de compreensão e foram reformulados.

A análise de conteúdo foi realizada, de maneira individual, por cinco juízas doutoras em Educação e pesquisadores na área de gestão escolar democrática e por três juízes da área da psicologia: dois doutores

²⁶ Conforme a Lei SC nº 16.795/2015 e o Decreto SC nº 856/2016b, o estado de Santa Catarina possui uma estrutura administrativa descentralizada composta por 35 Agências de Desenvolvimento Regional, onde estão vinculadas as Gerências de Educação. A Coordenadoria da Grande Florianópolis está vinculada administrativamente à SED. O mapa com essa divisão administrativa encontra-se na seção 3.4.1.

com experiência em avaliação educacional e psicometria e um mestre com experiência na área de psicologia organizacional.

Esta análise teve como objetivo verificar se os itens representam adequadamente a “efetivação da gestão escolar democrática”, considerando os eixos e práticas dos quais estão associados. Para tanto, foram entregues dois documentos aos juízes: um contendo os eixos e as práticas de gestão escolar democrática; e outro com os 145 itens e campos para preenchimento no tocante à concordância do eixo, da competência e da prática que cada item está associado, considerando sua clareza e pertinência ao construto. Solicitou-se que os juízes avaliassem também o instrumento como um todo, identificando se cada eixo, competência e prática foram devidamente cobertos pelo conjunto de itens (ALEXANDRE; COLUCI, 2011).

Foram retidos, sem alteração, todos os itens com concordância acima de 80% entre os juízes em todos os quesitos analisados (PASQUALI, 2013; ALEXANDRE; COLUCI, 2011). Aqueles que apresentaram concordância inferior a 80% foram excluídos ou reformulados. Logo, doze itens foram excluídos e trinta e sete foram reformulados. Dos reformulados, três se desmembraram em nove itens por sugestão dos juízes.

Após a validação semântica e de juízes, o instrumento de avaliação ficou com 139 itens distribuídos nos 10 eixos da gestão escolar democrática, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição dos itens do instrumento de avaliação da gestão escolar por eixo (CE) e prática (CP) após validação dos juízes

(Continua)

CE	CP	Item	Total de itens por eixo	Proporção de itens por eixo
E1	E1P1	1	20	14,4%
	E1P2	2		
	E1P3	120, 121, 122, 123		
	E1P4	3		
	E1P5	4		
	E1P6	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16		
E2	E2P1	17, 18, 19, 20	15	10,8%
	E2P2	21, 22, 23, 24		
	E2P3	25		
	E2P4	26		
	E2P5	27		
	E2P6	28		

(Continuação)

CE	CP	Item	Total de itens por eixo	Proporção de itens por eixo
E2	E2P7	67		
	E2P8	124		
	E2P9	129		
E3	E3P1	29, 30, 31	9	6,5%
	E3P2	32		
	E3P3	33		
	E3P4	34, 35, 36		
	E3P5	37		
E4	E4P1	38, 39, 40, 41, 42, 43, 44	13	9,4%
	E4P2	45, 125		
	E4P3	46, 47, 48, 49		
E5	E5P1	61, 62, 63	7	5,0%
	E5P2	64, 65, 66		
	E5P3	128		
E6	E6P1	50, 51, 52, 53, 54, 55, 56	13	9,4%
	E6P2	57		
	E6P3	58		
	E6P4	59		
	E6P5	60		
	E6P6	126, 127		
E7	E7P1	68	6	4,3%
	E7P2	69		
	E7P3	70		
	E7P4	71		
	E7P5	72		
	E7P6	73		
E8	E8P1	74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83	35	25,2%
	E8P2	84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91		
	E8P3	92, 93, 94		
	E8P4	95		
	E8P5	96		
	E8P6	97, 98, 99		
	E8P7	130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138		

(Conclusão)				
CE	CP	Item	Total de itens por eixo	Proporção de itens por eixo
E9	E9P1	100	5	3,6%
	E9P2	101		
	E9P3	102		
	E9P4	103		
	E9P5	104		
E10	E10P1	105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117	16	11,5%
	E10P2	118		
	E10P3	119		
	E10P4	139		

Fonte: Autora (2018).

Nota: A descrição dos eixos e das práticas de gestão escolar democrática encontra-se na seção 3.3.2.1.

A versão final do instrumento de avaliação consta no Anexo A. As questões de 1 a 119, cujos enunciados estão na cor azul, foram de responsabilidade da Comissão Escolar responder e as questões de 120 a 139, cujos enunciados estão na cor alaranjada, foram de responsabilidade da Comissão Regional responder. Na seção 3.4.1, explicita-se melhor a coleta de dados.

3.4 FASE EMPÍRICA

A fase empírica elucida como ocorreu o planejamento e a aplicação do instrumento de avaliação da gestão escolar.

3.4.1 Planejamento e execução da coleta de dados

O projeto sobre a construção da escala para avaliar a gestão escolar democrática foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina, Anexo B, para que os procedimentos técnicos estivessem de acordo com o que determina a Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012.

Por meio da declaração apresentada no Anexo C, o Secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, confirmou o interesse institucional e as condições necessárias para o desenvolvimento da

pesquisa, bem como autorizou a utilização do banco de dados para a construção da escala e a estimação dos escores das escolas.

Como esta pesquisa integra a Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar de Santa Catarina, segundo exposto na seção 2.2.3, a aplicação do instrumento²⁷ foi de inteira responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação.

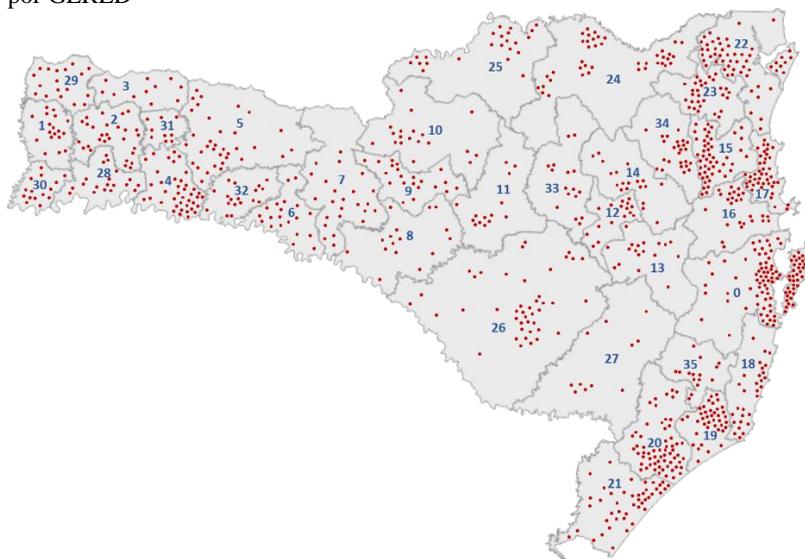
A avaliação ocorreu no período de 01 a 30 de junho de 2017 e se referiu à gestão escolar de 2016. Das 1.254²⁸ escolas estaduais de educação básica, 1.035 participaram do processo avaliativo conforme critérios²⁹ de obrigatoriedade estabelecidos pela SED. As escolas participantes estão distribuídas em trinta e cinco GEREDs e na Coordenadoria da Grande Florianópolis, como pode ser visualizado no mapa da Figura 7.

²⁷ Mediante duas web conferências (26/05/2017 às GEREDs e 31/05/2017 às escolas), a SED apresentou a SAGE/SC para todos os envolvidos, assim como repassou as orientações necessárias para a execução da Avaliação da Gestão Escolar de 2016.

²⁸ Fonte: INEP/Sinopse Estatística da Educação Básica de 2016. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em: 25 maio 2018.

²⁹ 11 escolas que estavam em processo de extinção ou de municipalização do ensino não participaram; 3 escolas cuja mantenedora é a Secretaria de Estado da Segurança Pública/Polícia Militar do Estado de Santa Catarina não participaram; a participação das 171 Unidades Descentralizadas (UDs) de educação de jovens e adultos ocorreu pelos 40 Centros de Educação de Jovens e Adultos (CEJAs), dos quais são vinculadas e subordinadas administrativamente; a participação foi facultativa às 33 escolas indígenas. Destas, houve formalização de participação de 1; a participação foi facultativa às 4 escolas de assentamento. Destas, houve formalização de participação de 2. Fonte: SED

Figura 7 – Distribuição das escolas participantes da Avaliação da Gestão Escolar por GERED



Legenda das GEREDs com total de escolas participantes (TEP) da Avaliação 2016

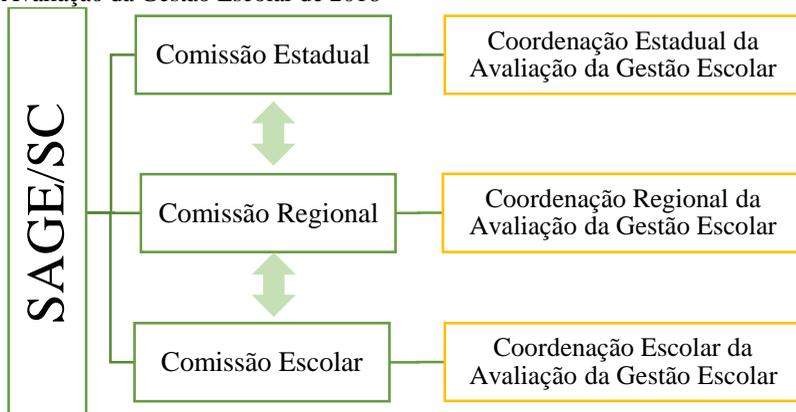
Código	GERED	TEP	Código	GERED	TEP
0	Grande Florianópolis	109	18	Laguna	29
1	São Miguel do Oeste	19	19	Tubarão	40
2	Maravilha	28	20	Criciúma	61
3	São Lourenço D'Oeste	11	21	Araranguá	43
4	Chapecó	40	22	Joinville	56
5	Xanxerê	34	23	Jaraguá do Sul	29
6	Concórdia	20	24	Mafra	41
7	Joaçaba	24	25	Canoinhas	23
8	Campos Novos	16	26	Lages	43
9	Videira	21	27	São Joaquim	11
10	Caçador	19	28	Palmitos	19
11	Curitibanos	14	29	Dionísio Cerqueira	18
12	Rio do Sul	17	30	Itapiranga	15
13	Ituporanga	18	31	Quilombo	9
14	Ibirama	19	32	Seara	18
15	Blumenau	47	33	Taió	16
16	Brusque	26	34	Timbó	25
17	Itajaí	42	35	Braço do Norte	15

Fonte: Elaborado pela Autora (2018) com base na Lei SC nº 16.795/2015, no Decreto SC nº 856/2016b, no Censo da Educação Básica/2016/INEP e nas informações da SED.

Nota: No Anexo D consta a relação de municípios de cada GERED com respectivo total de escolas estaduais em 2016.

Para conduzir esse processo avaliativo, foram formadas: 1.035 Comissões Escolares de Avaliação da Gestão Escolar; 36 Comissões Regionais de Gestão Escolar; e a Comissão Estadual de Coordenação da Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar (SANTA CATARINA, 2017c), cuja estrutura organizacional está representada no organograma da Figura 8.

Figura 8 – Organograma da estrutura organizacional para a execução da Avaliação da Gestão Escolar de 2016



Fonte: Elaborado pela Autora (2018) com base na Portaria SED/SC nº 1.385/2017.

Cada Comissão Escolar de Avaliação da Gestão Escolar se constituiu de, no mínimo, três representantes do Conselho Deliberativo Escolar, preferencialmente, um representante de cada segmento, por meio de escolha em reunião específica dessa instância colegiada. Diretores e assessores não fizeram parte da Comissão, mas tiveram total liberdade de participarem do processo avaliativo. Nas escolas onde não havia CDE instituído, a Associação de Pais e Professores ou entidade equivalente assumiu a responsabilidade pela avaliação (SANTA CATARINA, 2017c). As principais ações da referida Comissão foram:

- a) organizar os registros de todos os momentos do processo, conforme as orientações do Guia de Aplicação disponibilizado pela SED;
- b) escolher um coordenador, dentre os membros da Comissão, para a transcrição da avaliação (realizada no instrumento impresso) para o instrumento *online*;

- c) encaminhar à Comissão Regional de Gestão Escolar os dados desse coordenador, para o cadastramento no ambiente específico onde está o instrumento *online*;
- d) providenciar material de apoio, quando necessário, ao processo de avaliação da Gestão Escolar;
- e) promover a discussão junto aos diversos setores da escola sobre todas as práticas de Gestão Escolar que integram o instrumento de avaliação;
- f) coletar dados e documentos (atas, informações complementares, legislação, etc.) necessários às respostas do instrumento de avaliação;
- g) elaborar sugestão de resposta a partir dos dados coletados e documentos analisados, responsabilizando-se por apresentá-la ao CDE;
- h) validar a resposta final do instrumento de avaliação em reunião específica, convocada pelo CDE, com a presença obrigatória dos representantes de cada segmento da comunidade escolar, preenchendo o instrumento na forma impressa, rubricando todas as páginas e assinando a última folha;
- i) digitalizar e postar o instrumento impresso, rubricado e assinado pelo CDE, em ambiente virtual específico disponibilizado pela SED;
- j) assegurar que o coordenador transponha as respostas validadas pelo CDE em instrumento *online*, imprima, rubrique e assine a última folha;
- k) realizar a análise dos resultados da SAGE/SC em caráter preliminar, quando disponibilizados pela SED, impetrando recurso, se necessário;
- l) realizar a análise do resultado final, juntamente com os segmentos da comunidade escolar, visando à melhoria dos processos de planejamento e de gestão escolar;
- m) providenciar o arquivamento, na escola, de todos os documentos relativos ao processo de avaliação da Gestão Escolar;
- n) acompanhar e avaliar o processo de avaliação da Gestão Escolar (SANTA CATARINA, 2017c).

Cada Comissão Regional de Gestão Escolar foi constituída pelo Gerente de Educação ou Coordenador Regional da Grande Florianópolis,

que presidiu a Comissão; pelos supervisores da Gerência de Educação ou da Coordenadoria da Grande Florianópolis; e pelo assessor jurídico da Agência de Desenvolvimento Regional ou, no caso Coordenadoria da Grande Florianópolis, pelo representante da Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Educação. As principais ações desta Comissão foram:

- a) implantar e coordenar a Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar das Escolas da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, no âmbito de sua atuação;
- b) orientar as Comissões Escolares de Avaliação da Gestão Escolar;
- c) coletar os dados e documentos necessários para o preenchimento dos itens de sua responsabilidade;
- d) responsabilizar-se pela discussão coletiva das respostas aos itens do instrumento de avaliação de sua responsabilidade;
- e) providenciar o material necessário ao processo de avaliação da Gestão Escolar;
- f) escolher um coordenador responsável pelo preenchimento do instrumento *online*;
- g) validar, imprimir, rubricar, assinar e arquivar o instrumento avaliativo;
- h) organizar o registro de todos os momentos do processo, conforme as orientações do Guia de Aplicação disponibilizado pela SED (SANTA CATARINA, 2017c).

A Comissão Estadual de Coordenação da Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar³⁰ foi constituída pela Diretora da Diretoria de Gestão da Rede Estadual/SED, que coordenou a Comissão; por seis representantes da Diretoria de Gestão da Rede Estadual; por dois representantes da Diretoria de Políticas e Planejamento Educacional; por

³⁰De acordo com a Portaria SED/SC n° 2.087, de 18 de julho de 2017, a Comissão Estadual de Coordenação da Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar é composta pelos seguintes integrantes: Marilene da Silva Pacheco (Coordenadora/DIGR); Alessandro dos Santos Frazão (DIGR); Carin Deichmann (DIGR); Hemerson Raulino Bombazaro (DIGR); Maristela Aparecida Fagherazzi (DIGR); Rosimeri Jorge da Silva (DIGR); Sandro Medeiros (DIGR); Maristeele Barbosa de Oliveira (DIPE); Liliane Sueli Costódio Knoll (DIPE); Judite da Silva Mattos da Silva (DIAM); Bruno Alfred Strunck (DIGP); e Denise Maria Alves Ruiz (Consultoria Jurídica).

um representante da Diretoria de Gestão de Pessoas; por um representante da Diretoria de Articulação com os Municípios; por um representante da Diretoria de Infraestrutura; e por um representante da Consultoria Jurídica da SED (SANTA CATARINA, 2017c). Suas atribuições foram:

I - elaborar, implantar e coordenar a Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar de Santa Catarina – SAGE/SC;

II - orientar as Comissões Regionais de Gestão Escolar neste processo;

III - cadastrar os coordenadores responsáveis pelo preenchimento do instrumento de avaliação;

IV - analisar e emitir parecer acerca dos recursos aos resultados preliminares da avaliação;

V - dirimir os casos omissos, concernentes ao processo de avaliação da Gestão Escolar;

VI - organizar orientações e materiais complementares a esta sistemática, possibilitando a adequada interpretação e utilização de seus resultados (SANTA CATARINA, 2017c, p.3).

Para nortear todas as etapas da avaliação, a SED disponibilizou o Guia de Aplicação³¹ contendo o cronograma de aplicação e todas as orientações necessárias para o preenchimento do instrumento nas versões impressa e *online*.

Em síntese, a Comissão Escolar, responsável pela execução da avaliação na escola, respondeu aos itens de 1 a 119 do instrumento. A Comissão Regional, responsável pela execução da avaliação na região de sua abrangência, deu suporte técnico às escolas e respondeu aos itens de 120 a 139 para cada uma de suas escolas.

Desse modo, cada comissão escolar respondeu a 119 perguntas e cada GERED respondeu a 20 perguntas para cada escola de sua abrangência. Totalizaram-se 139 perguntas a respeito da gestão escolar de cada uma das 1.035 escolas participantes, conforme ilustração no Quadro 10.

³¹ O Guia de Aplicação da SAGE/SC 2017, referente à gestão escolar de 2016, encontra-se disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/plano-de-gestao-escolar-409/sage-2017>. Acesso em: 10 jul. 2018.

Quadro 10 – Distribuição das perguntas às Comissões Escolares e Regionais

Perguntas à Comissão Escolar																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60
61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80
81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	
Perguntas à Comissão Regional																			
120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139

Fonte: Autora (2018) com base no instrumento de avaliação 2016.

Ao final do processo avaliativo, quando cada Comissão Escolar e Regional terminou o preenchimento do instrumento impresso e todos os integrantes rubricaram e assinaram o documento, validando as respostas, um representante (o coordenador), escolhido pela Comissão, responsabilizou-se pela transcrição da avaliação no instrumento *online*³², disponibilizado no Portal da SED na internet, cujo acesso exigiu cadastro, *login*, senha e o documento comprobatório³³ das respostas validadas pelas respectivas comissões.

A Comissão Estadual teve a responsabilidade de estabelecer as diretrizes e coordenar todo o processo de Avaliação da Gestão Escolar (SANTA CATARINA, 2017d), dando o suporte necessário às Comissões Regionais e Escolares na execução da avaliação.

Por fim, os dados utilizados nesta pesquisa foram aqueles transcritos no instrumento *online* pelas Comissões Escolares e Regionais.

3.5 FASE ANALÍTICA

A fase analítica é composta pelo tratamento dos dados, a partir da caracterização das escolas envolvidas na avaliação, da análise de dimensionalidade, da análise dos itens pela TRI, da construção e interpretação da escala de medida e da localização das escolas estaduais na escala de efetivação da gestão escolar democrática.

³² O instrumento *online* manteve a mesma estrutura e *layout* do instrumento impresso.

³³ O documento comprobatório foi o *upload* do instrumento impresso digitalizado no ambiente no qual o coordenador da Comissão teve que transcrever as respostas para o instrumento *online*.

3.5.1 Caracterização das escolas envolvidas na avaliação

Para maior familiaridade com as características das escolas estaduais participantes da avaliação, foram tabulados e analisados os seguintes dados e indicadores educacionais publicados pelo INEP: escolas por zona de localização; escolas por etapa e modalidade de ensino; complexidade de gestão da escola.

A análise descritiva ocorreu mediante o programa computacional Excel.

3.5.2 Análise de dimensionalidade

Realizou-se a análise fatorial de informação completa, com o uso do *software* R-Studio, pacote *mirt* (MENEGON, 2013), objetivando verificar a dimensionalidade do conjunto de itens (PASQUALI, 2013), conforme descrito na seção 2.4.3.

3.5.3 Análise dos itens pela TRI

Efetuiu-se esta análise por meio do Modelo de Resposta Gradual de Samejima, da TRI, utilizando o programa computacional MULTLOG, que estimou os parâmetros dos itens pelo Método da Máxima Verossimilhança Marginal (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000).

Foram avaliados os parâmetros de discriminação (a) e de dificuldade ($b_{i,k}$) das categorias de resposta de cada item, como também os erros padrão associados a tais estimativas, considerando a Curva Característica do Item e a Curva de Informação do Instrumento (precisão do instrumento de avaliação da gestão escolar).

3.5.4 Construção da escala de medida

De posse dos itens calibrados, deu-se continuidade ao processo de construção da escala posicionando as categorias de resposta de cada item no ponto de probabilidade acumulada 0,60 (SCHMITT, 2018), considerando apenas aqueles com $a \geq 1$ (HAMBLETON; SWAMINATHAN, 1985), ou seja, que apresentaram maior discriminação do traço latente.

Em seguida, objetivando facilitar a compreensão dos resultados, efetuou-se a transformação linear da escala (0,1) para a escala (200,20).

Por fim, visando à aplicabilidade da escala, realizou-se a interpretação qualitativa dos seus diferentes níveis de efetivação da gestão escolar democrática, a partir das características das categorias dos itens posicionadas, bem como sua associação com os eixos e práticas de gestão escolar democrática, contando, para tanto, com especialistas no traço latente.

3.5.5 Localização das escolas na escala de efetivação da gestão escolar democrática

A partir dos parâmetros dos itens estimou-se o nível de efetivação da gestão escolar democrática das escolas envolvidas, mediante o MRG e utilizando o MULTILOG, com a aplicação do Método Bayesiano MAP (Moda a Posteriori), (ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000).

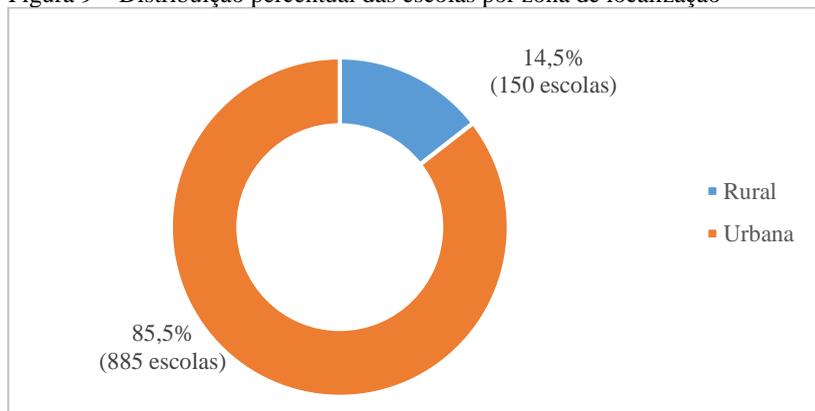
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo são apresentados, analisados e discutidos os resultados da pesquisa à luz das teorias estatística e de gestão escolar democrática, já explicitadas no capítulo 2. Iniciou-se pela caracterização das escolas, seguida pela análise de dimensionalidade do instrumento de avaliação. Depois pela análise dos parâmetros dos itens, por meio da TRI, indicando os ajustes necessários para a sua calibração adequada. E, finalmente, pela construção da escala de efetivação da gestão escolar democrática, a partir da identificação e interpretação dos níveis e itens âncoras, e pela estimação e interpretação dos resultados das escolas.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ESCOLAS ENVOLVIDAS NA AVALIAÇÃO

Com base em critérios estabelecidos pela SED (apresentados na seção 3.4.1), 1.035 escolas participaram da avaliação da gestão escolar referente ao ano letivo de 2016. Destas, 85,5% localizam-se na zona urbana e 14,5% na zona rural, conforme gráfico da Figura 9.

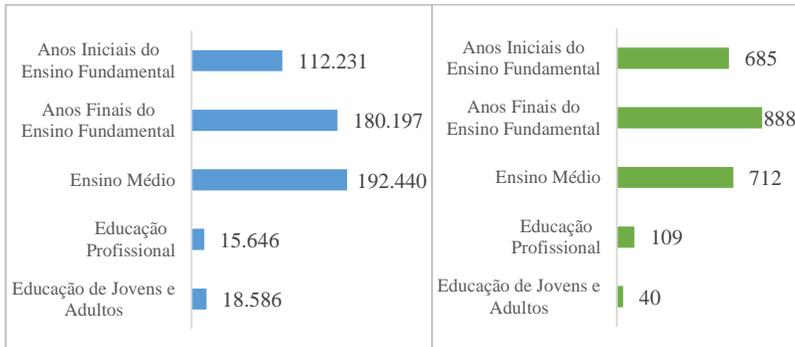
Figura 9 – Distribuição percentual das escolas por zona de localização



Fonte: INEP/Censo da Educação Básica 2016

Totalizam 503.454 matrículas na educação básica, o que representa 95,4% do total de matrículas da rede estadual de ensino (527.494 matrículas), de acordo com o Censo da Educação Básica de 2016. Os gráficos da Figura 10 mostram o total de escolas e matrículas por etapa e modalidade de ensino.

Figura 10 – Total de matrículas e escolas por etapa e modalidade de ensino



INEP/Censo da Educação Básica 2016

Notas: 1) Uma escola pode ofertar mais de uma etapa/modalidade de ensino. 2) Ensino Médio inclui: Ensino Médio Propedêutico, Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) e Ensino Médio Normal/Magistério de Ensino Regular e/ou Especial. 3) Educação Profissional inclui Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado), Ensino Médio Normal/Magistério, Cursos Técnicos (Ensino Médio) Concomitante e Subsequente, Curso FIC Concomitante, Cursos FIC Integrado à EJA de níveis Fundamental e Médio, EJA Ensino Fundamental Projovem Urbano e Curso Técnico Integrado à EJA (EJA Integrada à Educação Profissional de Nível Médio).

A Tabela 2 exibe a distribuição das escolas segundo o indicador de complexidade de gestão³⁴, no qual se observa que a maioria delas (57%) possui, em geral, porte entre 150 e 1000 matrículas, funciona em 2 ou 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresenta o Ensino Médio, a Educação Profissional ou a EJA como etapa mais elevada. Provavelmente, nenhuma escola oferta mais de 3 etapas de ensino.

³⁴ De acordo com o INEP, tal indicador classifica as escolas em níveis de 1 a 6, conforme sua complexidade de gestão, níveis elevados indicam maior complexidade. Com base nos dados disponíveis do Censo da Educação Básica, considera que complexidade de gestão está relacionada às seguintes características: porte da escola, número de turnos de funcionamento, quantidade e complexidade de modalidades/etapas oferecidas. A nota técnica desse indicador pode ser encontrada em:

http://download.inep.gov.br/informacoes_estatisticas/indicadores_educacionais/2014/escola_complexidade_gestao/nota_tecnica_indicador_escola_complexidade_gestao.pdf. Acesso em: 28 set. 2018.

Tabela 2 – Distribuição das escolas por nível de complexidade de gestão

Descrição do nível de complexidade de gestão	Número de escolas	Proporção de escolas
Nível 1 - Escolas que, em geral, possuem porte inferior a 50 matrículas, funcionam em único turno, ofertam uma única etapa de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	6	0,6%
Nível 2 - Escolas que, em geral, possuem porte entre 50 e 300 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de até 2 etapas de ensino e apresentam a Educação Infantil ou os Anos Iniciais como etapa mais elevada.	45	4,3%
Nível 3 - Escolas que, em geral, possuem porte entre 50 e 500 matrículas, funcionam em 2 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam os Anos Finais como etapa mais elevada.	323	31,2%
Nível 4 - Escolas que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 2 ou 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam o Ensino Médio, a Educação Profissional ou a EJA como etapa mais elevada.	590	57,0%
Nível 5 - Escolas que, em geral, possuem porte entre 150 e 1000 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 2 ou 3 etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	71	6,9%
Nível 6 - Escolas que, em geral, possuem porte superior a 500 matrículas, funcionam em 3 turnos, com oferta de 4 ou mais etapas de ensino e apresentam a EJA como etapa mais elevada.	0	0,0%

Fonte: INEP/Indicador de Complexidade de Gestão da Escola 2016

De acordo com Sandro Medeiros³⁵, integrante da Equipe SAGE/SC, 1.034 escolas realizaram a avaliação da gestão escolar pelo Conselho Deliberativo Escolar e 1 pela Associação de Pais e Professores.

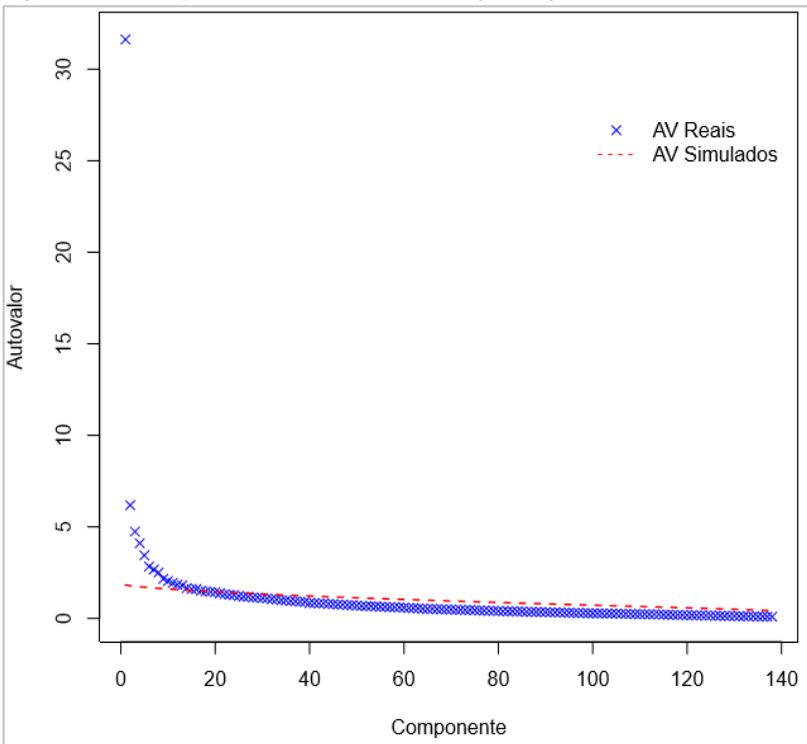
³⁵ MEDEIROS, Sandro (Servidor da SED/DIGR). Informação. Secretaria de Estado da Educação – SED. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <maristeele@gmail.com>. 16 de outubro de 2018.

4.2 ANÁLISE DE DIMENSIONALIDADE

O conjunto de 139 itens que avaliam a gestão escolar democrática foi submetido à análise fatorial para verificar a dimensionalidade desse fenômeno.

Inicialmente, realizou-se uma análise preliminar por meio do gráfico denominado *Scree plot* que mostra os fatores com base no tamanho de seus autovalores, permitindo a identificação visual de fatores dominantes, por exemplo.

Figura 11 – *Scree plot* do instrumento de avaliação da gestão escolar democrática



Fonte: Autora (2018)

Pela análise visual, Figura 11, é possível identificar a presença de um fator que se destaca dos demais com um autovalor acima de 30, enquanto os outros apresentam autovalor abaixo de 7.

Prosseguindo com as análises, para dar sustentação aos resultados, efetuou-se a análise fatorial de informação completa com um e com dois

fatores, cujas cargas fatoriais dos itens e suas comunalidades estão no Apêndice A.

Na análise com um fator (F1), a variância explicada foi de 36,4%. Foram identificados 115 itens com carga fatorial igual ou maior que 0,30. Os itens 51, 54, 55, 56, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138 e 139 apontaram carga fatorial abaixo de 0,30. As cargas fatoriais podem variar de -1,00 a +1,00 e representam a correlação entre o item e o fator (HAIR *et al.*, 2005). Item com alta carga fatorial indica que ele é um excelente representante do fator. Item com carga fatorial perto de 0 indica ausência ou baixa relação com o fator, devendo ser descartado porque não está medindo a mesma coisa que os demais itens (PASQUALI, 2013). Como referência, o autor sugere 0,30 (positivo e negativo) como sendo a carga mínima necessária para o item ser um representante útil do fator.

Analisando as comunalidades, verificou-se que os itens 6, 9, 16, 23, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 75, 76, 78, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138 e 139 apresentaram valores abaixo de 0,20, sinalizando que esses itens têm pouca contribuição para a medida (TEZZA, 2012).

Na análise com dois fatores, o primeiro fator (F1) explica 36,1% da variância dos dados e o segundo fator (F2) explica 7,8%. A carga fatorial foi maior ou igual a 0,30 para a maioria dos itens, observando-se dois agrupamentos bem definidos: F1 e F2. O primeiro fator contempla 114 itens e o segundo contempla 19 itens.

Corroborando com o evidenciado no *Scree plot*, a análise fatorial de informação completa mostrou que F1 explica cerca de 36% da variância dos dados, apresentando-se como um fator dominante segundo Reckase (1979). Como para atender o postulado da unidimensionalidade é suficiente admitir a existência de um fator dominante responsável pelo conjunto de itens (RECKASE, 1979; ANDRADE; TAVARES; VALLE, 2000), deu-se sequência às análises pela TRI unidimensional.

A decisão pela permanência ou exclusão de itens que mostraram carga fatorial ou comunalidade baixa nesta análise será tomada em conjunto com os resultados da TRI apresentados a seguir.

4.3 ANÁLISE DOS ITENS

Inicialmente são evidenciados alguns apontamentos acerca da frequência de respostas em cada uma das categorias dos itens, com vistas à melhor compreensão da estimação dos parâmetros dos itens e da construção da escala de medida.

Pela Tabela 3 é possível notar que na maioria dos itens há predomínio de respostas nas categorias mais altas: 5 e 6, para itens com seis categorias; 4 e 5, para itens com cinco categorias; 3 e 4, para itens com quatro categorias; 3, para itens com três categorias; e 2, para itens com duas categorias. Somente os itens 24, 63, 64, de 5 categorias, 65 e 66, de 4 categorias, apresentam a maioria das respostas nas categorias mais baixas.

Exemplo disso pode ser visto nos itens 21 “No Conselho de Classe há presença, com efetiva participação, da equipe gestora?” e 22 “No Conselho de Classe há presença, com efetiva participação, dos professores?” – cujas categorias de respostas são “1 – nunca”, “2 – raramente”, “3 – algumas vezes”, “4 – frequentemente” e “5 – sempre” – nos quais os avaliadores responderam que “frequentemente” ou “sempre” a equipe gestora e os professores participam dos conselhos de classe.

Além disso, há itens com pouca ou nenhuma resposta em determinadas categorias. Exemplos: 44, 92, 93, 120, 121, 122, 123, 134, 135, 136 e 139.

Tabela 3 – Frequência de respostas aos itens por categoria de resposta

(Continua)

Item	Categorias de resposta						NA ³⁶	Total
	1	2	3	4	5	6		
1	20	11	31	122	116	735		1035
2	95	34	33	118	71	684		1035
3	19	46	150	382	438			1035
4	193	44	381	417				1035
5	53	788					194	1035
6	88	576					371	1035
7	128	591					316	1035
8	64	862					109	1035
9	285	371					379	1035
10	63	971					1	1035
11	59	976						1035
12	73	961					1	1035
13	53	982						1035
14	56	978					1	1035
15	118	910					7	1035

³⁶ NA – Não se aplica. Utilizou-se a opção “Não se aplica”, ou opções com a mesma função, nos itens 5, 6, 7, 8, 9, 37, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 59, 60 (Questionário da Escola), 126, 127, 128, 130, 131, 132 e 133 (Questionário da GERED).

(Continuação)

Item	Categorias de resposta						NA	Total
	1	2	3	4	5	6		
16	391	604					40	1035
17	20	31	161	381	442			1035
18	102	75	164	278	416			1035
19	39	36	112	296	552			1035
20	43	60	152	268	512			1035
21	1	2	8	45	979			1035
22	1	1	7	69	957			1035
23	91	48	174	246	476			1035
24	208	141	212	233	241			1035
25	15	30	114	327	549			1035
26	15	77	377	364	202			1035
27	4	28	209	794				1035
28	44	96	484	411				1035
29	19	135	881					1035
30	22	105	908					1035
31	25	153	857					1035
32	19	46	137	833				1035
33	18	35	302	21	164	495		1035
34	43	88	241	350	313			1035
35	17	42	110	287	579			1035
36	39	52	166	374	404			1035
37	8	63	256	471	180		57	1035
38	6	22	98	318	591			1035
39	4	23	107	359	542			1035
40	6	16	84	318	611			1035
41	5	23	111	339	557			1035
42	7	20	89	346	573			1035
43	8	19	75	269	664			1035
44	0	1	20	146	868			1035
45	20	26	321	668				1035
46	39	45	111	238	602			1035
47	22	48	103	280	582			1035
48	17	37	104	276	601			1035
49	26	41	95	257	616			1035
50	3	1008					24	1035
51	5	1001					29	1035
52	25	969					41	1035
53	12	989					34	1035
54	15	981					39	1035
55	23	971					41	1035
56	24	963					48	1035

(Continuação)

Item	Categorias de resposta						NA	Total
	1	2	3	4	5	6		
57	16	1019						1035
58	1	17	48	969				1035
59	56	62	777				140	1035
60	6	70	75	635			249	1035
61	19	71	242	335	368			1035
62	49	67	183	349	387			1035
63	169	173	240	231	222			1035
64	316	192	257	151	119			1035
65	497	142	206	114	76			1035
66	361	181	214	165	114			1035
67	28	11	222	774				1035
68	3	1	16	54	961			1035
69	34	34	86	128	753			1035
70	31	34	93	172	705			1035
71	49	60	105	173	648			1035
72	8	6	17	62	942			1035
73	36	36	64	91	808			1035
74	19	1016						1035
75	13	1022						1035
76	22	1013						1035
77	115	920						1035
78	57	978						1035
79	267	768						1035
80	17	20	71	218	709			1035
81	12	15	70	208	730			1035
82	14	28	102	237	654			1035
83	7	10	40	139	839			1035
84	6	5	18	74	932			1035
85	10	10	23	90	902			1035
86	7	15	25	100	888			1035
87	5	13	35	134	848			1035
88	13	24	52	148	798			1035
89	8	15	32	116	864			1035
90	9	14	37	142	833			1035
91	8	13	22	119	873			1035
92	0	2	3	23	1007			1035
93	0	5	7	55	968			1035
94	3	4	8	47	973			1035
95	11	27	101	396	500			1035
96	18	41	146	286	544			1035
97	1	15	39	224	756			1035

(Continuação)

Item	Categorias de resposta						NA	Total
	1	2	3	4	5	6		
98	3	15	39	213	765			1035
99	5	24	69	239	698			1035
100	4	22	65	313	631			1035
101	11	26	120	407	471			1035
102	11	18	56	207	743			1035
103	2	10	40	159	824			1035
104	5	14	90	344	582			1035
105	4	14	41	208	768			1035
106	5	50	980					1035
107	6	37	992					1035
108	12	47	976					1035
109	9	64	962					1035
110	4	63	968					1035
111	11	67	957					1035
112	2	0	12	48	973			1035
113	2	1	5	23	1004			1035
114	3	49	983					1035
115	4	43	988					1035
116	10	73	952					1035
117	6	53	976					1035
118	6	29	134	415	451			1035
119	58	107	328	288	254			1035
120	0	1	26	233	775			1035
121	0	1	30	177	827			1035
122	0	1	40	190	804			1035
123	0	4	49	177	805			1035
124	2	17	126	313	577			1035
125	2	15	153	377	488			1035
126	19	971					45	1035
127	12	1022					1	1035
128	11	1	5	156	862			1035
129	1	12	127	423	472			1035
130	35	657					343	1035
131	2	265					768	1035
132	85	904					46	1035
133	23	1008					4	1035
134	0	4	11	118	902			1035
135	0	4	14	134	883			1035
136	0	0	4	56	975			1035
137	1	6	18	223	787			1035

(Conclusão)

Item	Categorias de resposta						NA	Total
	1	2	3	4	5	6		
138	2	24	25	227	757			1035
139	0	5	67	400	563			1035

Fonte: Autora (2018)

Na sequência, tem-se a estimação dos parâmetros dos itens, bem como os ajustes necessários para a calibração adequada daqueles que apresentaram problemas. Exibindo, ao final, os itens selecionados para a análise seguinte (construção da escala).

4.3.1 Processo de estimação dos parâmetros dos itens

Conforme explicitado nas seções 2.5.2 e 3.5.3, a estimação dos parâmetros dos 139 itens referentes à efetivação da gestão escolar democrática foi realizada pelo Modelo de Resposta Gradual, da TRI, utilizando como recurso computacional o programa MULTILOG, que apresenta os resultados numa escala com média igual a 0 e desvio padrão igual a 1 – escala (0,1).

Foram realizadas quatro calibrações para estimar: o parâmetro a , que indica o poder discriminação do item e é comum a todas as suas categorias de resposta; o parâmetro $b_{i,k}$ ³⁷, que representa a dificuldade (posição) das categorias de cada item; e os erros padrão (EP) associados a esses parâmetros.

Neste processo analítico da qualidade psicométrica dos itens, foi seguida a recomendação de retirar os itens com parâmetros de discriminação menores que 0,7 (TEZZA, 2009; BORTOLOTTI *et al.*, 2012), porque não discriminam adequadamente as escolas nos diferentes

³⁷ Neste estudo, os parâmetros de dificuldade ($b_{i,k}$) foram identificados como b_2 , b_3 , b_4 , b_5 e b_6 . Como o instrumento de avaliação possui itens com formatos mistos (dicotômicos e politômicos graduados), aqueles com 2 categorias de resposta têm um parâmetro de dificuldade (b_2), os com 3 categorias de resposta têm 2 parâmetros de dificuldade (b_2 , b_3), os com 4 categorias de resposta têm 3 parâmetros de dificuldade (b_2 , b_3 , b_4), os com 5 categorias de resposta têm 4 parâmetros de dificuldade (b_2 , b_3 , b_4 , b_5) e os itens com 6 categorias de resposta têm 5 parâmetros de dificuldade (b_2 , b_3 , b_4 , b_5 , b_6). A codificação de cada categoria de resposta dos itens, utilizada nas análises, encontra-se no Apêndice B, no qual é possível identificar que a maioria dos itens possui 5 categorias.

níveis de efetivação da gestão escolar democrática. Também se atentou para que os parâmetros $b_{i,k}$ estivessem no intervalo de -5 a +5 (GOMES, 2014) e itens com erro elevado das estimativas fossem retirados (RABELO, 2013). Com tais considerações, exibem-se os resultados das calibrações a fim de selecionar os itens que poderão compor a escala de medida.

Na primeira calibração, o MULTILOG estimou os parâmetros dos itens a partir da sintaxe com a especificação do tipo de análise, do modelo matemático adotado e das características de entrada e saída dos dados (TEZZA, 2009), expressa no Apêndice C.

Os resultados dessa calibração podem ser visualizados no Apêndice D e evidenciam que não houve convergência na estimação dos parâmetros de alguns itens, assinalando a necessidade de exclusão ou agrupamento de suas categorias.

A partir desses resultados, foram excluídos vinte e nove³⁸ itens na segunda calibração, três itens na terceira e um item na quarta calibração, elencados na Tabela 4.

Tabela 4 – Parâmetros e respectivos erros padrão, na primeira calibração, dos itens excluídos do modelo

(Continua)

Item	<i>a</i>	EP(<i>a</i>)	<i>b</i> 2	EP(<i>b</i> 2)	<i>b</i> 3	EP(<i>b</i> 3)	<i>b</i> 4	EP(<i>b</i> 4)	<i>b</i> 5	EP(<i>b</i> 5)
16	0,67	0,11	-0,62	0,17						
22	0,83	0,20	-8,70	2,76	-7,86	2,28	-6,03	1,40	-3,28	0,67
50	0,58	1,16	-10,19	****						
51	0,10	0,89	-55,17	****						
52	0,53	0,31	-7,12	4,35						
53	0,71	0,40	-6,52	3,52						
54	0,44	0,53	-9,66	****						
55	0,36	0,32	-10,40	9,15						
56	0,41	0,32	-9,17	7,15						
74	1,03	0,27	-4,28	1,00						
75	0,65	0,31	-6,93	3,14						
76	0,80	0,28	-5,07	1,54						
78	0,75	0,19	-4,05	0,92						
120	0,40	0,14	-15,56	****	-14,27	****	-8,87	4,17	-2,71	0,83
121	0,38	0,16	-16,21	****	-14,85	****	-8,85	3,53	-3,56	1,75
122	0,36	0,13	-15,88	****	-14,82	****	-8,52	3,56	-3,37	1,09
123	0,37	0,17	-16,23	****	-13,29	****	-7,63	3,07	-3,30	1,17
124	0,23	0,10	-23,50	****	-16,53	8,77	-7,74	4,84	-0,92	2,00
125	0,20	0,18	-26,57	****	-19,15	7,32	-7,81	2,60	0,68	1,85
126	0,16	0,46	-24,29	****						
127	0,00	0,40	-3981,74	****						

³⁸ A decisão pela exclusão destes itens só ocorreu após vários ensaios, sem sucesso, considerando o agrupamento de suas categorias de resposta.

(Conclusão)

Item	<i>a</i>	EP(<i>a</i>)	<i>b</i> ₂	EP(<i>b</i> ₂)	<i>b</i> ₃	EP(<i>b</i> ₃)	<i>b</i> ₄	EP(<i>b</i> ₄)	<i>b</i> ₅	EP(<i>b</i> ₅)
128	0,30	0,14	-14,09	4,85	-13,84	4,52	-12,88	4,24	-5,25	1,73
129	0,23	0,17	-25,31	****	-17,99	7,20	-7,84	2,98	0,87	0,70
130	0,14	0,27	-21,17	****						
131	0,00	4,90	-2588,99	****						
132	0,02	0,16	-97,47	****						
133	0,29	0,28	-12,90	****						
134	0,40	0,29	-16,13	****	-12,72	****	-10,11	6,70	-4,72	4,53
135	0,39	0,22	-16,35	****	-13,04	****	-9,99	6,67	-4,49	4,40
136	0,13	0,00	-1,39	0,00	-125,47	0,00	-42,44	0,00	-21,28	0,00
137	0,32	0,12	-18,43	7,56	-14,74	5,03	-11,33	3,76	-3,59	1,33
138	0,30	0,14	-17,69	6,43	-11,67	3,89	-9,57	3,29	-3,27	3,39
139	0,32	0,13	-19,49	****	-15,43	****	-8,05	2,85	-0,48	2,56

Fonte: Autora (2018)

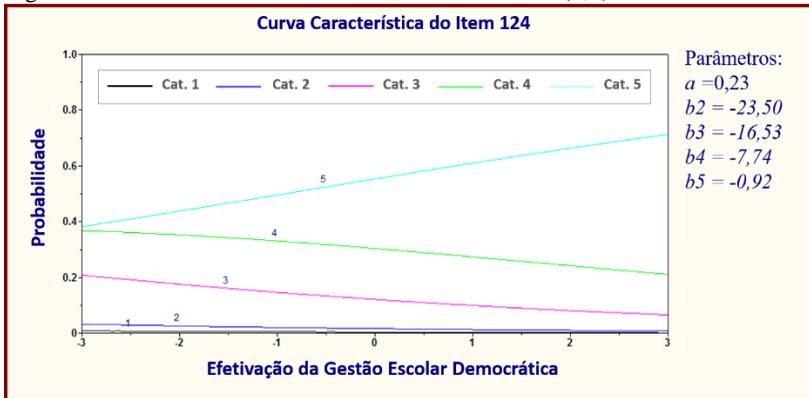
****erro padrão não apresentado pelo software MULTILOG.

Na segunda calibração, foram excluídos os itens 50, 51, 52, 54, 55, 56, 75, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, porque possuem baixo poder de discriminação ($a < 0,7$) associado ao traço latente, mostrando valores discrepantes para o parâmetro $b_{i,k}$ e erros padrão elevados ou não estimados (****), corroborando com os resultados da análise fatorial exposta na seção anterior. O item 16³⁹ foi excluído somente na terceira calibração, pois apresentou parâmetro $a = 0,62$ na segunda calibração.

Tomando como exemplo o item 124, esse baixo poder de discriminação (a) pode ser visualizado a partir da Curva Característica do Item (CCI), quando as curvas das categorias de resposta são mais achatadas, ou horizontalizadas (Figura 12). A pergunta correspondente a esse item é “A equipe gestora busca a integração entre escola-comunidade-sociedade?”. O item parece não estar discriminando de forma satisfatória as escolas que praticam a integração escola-comunidade-sociedade daquelas que não a fazem, talvez pelo desconhecimento dos avaliadores (respondentes) sobre o que significa “integração escola-comunidade-sociedade” ou porque o termo seja amplo demais e pouco explicativo.

³⁹ A decisão de excluir o item 16 também aconteceu após análise de conteúdo, junto à Equipe da SAGE/SC, que considerou baixa sua relação com o traço latente. Na análise fatorial, o item 16 apresentou comunalidade igual a 0,14.

Figura 12 – Curva característica do item 124 na escala (0,1)



Fonte: Autora (2018)

Também foram excluídos na segunda calibração os itens 53 e 76, por mostrarem o valor de b discrepante e erro padrão acima do erro padrão de itens com b de mesma magnitude, ambos com apenas duas categorias de resposta (na análise fatorial, apresentaram-se com comunalidades baixas: 0,14 e 0,19, respectivamente). O item 74 permaneceu na segunda calibração, mas, como seu poder de discriminação (a) baixou de 1,03 para 0,90 (EP = 0,25), b_2 diminuiu de -4,28 para -4,92, com aumento do erro padrão de 1,00 para 1,19, foi excluído na terceira calibração juntamente com o item 78, que também baixou seu poder de discriminação (a) de 0,75 para 0,68 (EP = 0,18), b_2 diminuiu de -4,05 para -4,50, com aumento do erro padrão de 0,92 para 1,04. O item 22 sofreu agrupamento de categorias de resposta (1+2+3), mas, por continuar com valores discrepantes de b e de seu EP, foi excluído na quarta calibração. Seus parâmetros na terceira calibração foram: $a = 0,76$, $b_4 = -6,63$ (EP = 1,47), $b_5 = -3,65$ (EP = 0,69).

Outro ajuste realizado foi o agrupamento de categorias de resposta em vinte itens que apresentaram $b_{i,k}$ discrepantes e/ou erros padrão elevados com relação aos itens com $b_{i,k}$ de mesma magnitude, Tabela 5. Todos possuem baixo número de respostas nas categorias agrupadas.

Tabela 5 – Parâmetros e respectivos erros padrão, na primeira calibração, dos itens que sofreram agrupamento de categorias de resposta

Item	a	EP(a)	b2	EP(b2)	b3	EP(b3)	b4	EP(b4)	b5	EP(b5)
21	1,18	0,23	-6,38	1,84	-5,45	1,26	-4,34	0,83	-2,83	0,42
27	1,30	0,14	-4,85	0,64	-3,10	0,28	-1,07	0,11		
44	1,40	0,17	-8,20	****	-5,53	****	-3,29	0,83	-1,45	0,18
58	1,43	0,20	-5,55	1,23	-3,42	0,37	-2,33	0,25		
60	0,99	0,14	-5,36	0,73	-2,54	0,33	-1,64	0,23		
68	1,44	0,21	-4,70	0,71	-4,49	0,63	-3,28	0,35	-2,21	0,22
92	2,01	0,43	-7,07	****	-4,01	3,51	-3,52	1,30	-2,54	0,32
93	1,97	0,26	-7,07	****	-3,63	1,01	-3,10	0,45	-1,95	0,18
106	1,20	0,21	-5,01	0,96	-2,83	0,40				
107	1,02	0,21	-5,52	1,12	-3,46	0,61				
108	0,99	0,19	-4,91	0,93	-3,17	0,54				
109	1,22	0,20	-4,41	0,65	-2,51	0,31				
110	1,09	0,19	-5,57	0,95	-2,81	0,41				
111	0,93	0,18	-5,26	0,96	-2,98	0,49				
112	1,56	0,24	4,64	****	-8,03	****	-3,48	0,92	-2,28	0,27
113	1,66	0,37	-4,58	1,29	-4,33	1,01	-3,68	0,62	-2,73	0,36
114	1,16	0,21	-5,55	0,97	-2,94	0,42				
115	0,93	0,21	-6,35	1,25	-3,59	0,68				
116	1,18	0,18	-4,42	0,56	-2,42	0,29				
117	1,49	0,21	-4,13	0,50	-2,38	0,25				

Fonte: Autora (2018)

Os itens 68, 92 e 93 sofreram agrupamento das categorias 1 (nunca) e 2 (raramente). Considera-se adequado do ponto de vista teórico este agrupamento, pois uma escola que “nunca ou raramente” desenvolve as práticas medidas por tais itens demonstra ter um baixo nível de efetivação da gestão escolar democrática. Assim, no processo de calibração, passa-se a apresentar os parâmetros para a categoria 3 (algumas vezes), 4 (frequentemente) e 5 (sempre), que, na nova organização, vêm a ser 2, 3 e 4, respectivamente, conforme Quadro 11. O item 68 só passou por agrupamento na terceira calibração⁴⁰, enquanto os demais passaram na segunda calibração.

Quadro 11 – Agrupamento de categorias de resposta dos itens 68, 92 e 93

Categorias de Resposta do Instrumento de Avaliação				
1	2	3	4	5
Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
Agrupamento das Categorias de Resposta				
1 Nunca ou raramente		2 Algumas vezes	3 Frequentemente	4 Sempre

Fonte: Autora (2018)

⁴⁰ Na segunda calibração os parâmetros do item 68 foram: a = 1,33, b2 = - 5,21 (EP = 0,76), b3 = -4,98 (EP = 0,67), b4 = -3,66 (EP = 0,37), b5 = -2,49 (EP = 0,24).

Para os itens 21, 44, 112 e 113, foram agrupadas as categorias 1 “nunca”, 2 “raramente” e 3 “algumas vezes”, transformando-as em “com pouca ou nenhuma frequência”, na terceira calibração, conforme Quadro 12. Este não é o agrupamento mais adequado⁴¹, contudo, tal ajuste foi necessário, dada a relevância do ponto de vista teórico e legal desses itens. Tomando o item 44, como exemplo, que pergunta com que frequência a escola promove ações que contemplem “A igualdade de direito para acesso, permanência e aprendizagem na escola”, e tendo em conta que isso é uma garantia prevista em lei, a escola que pratica “com pouca ou nenhuma frequência” não apresenta um nível adequado de efetivação da gestão democrática no que tange a esta prática. Assim, esses itens passam a ter três categorias e passa-se a apresentar os parâmetros para as categorias 4 e 5, que, na nova organização, vêm a ser categorias 2 e 3.

Quadro 12 – Agrupamento de categorias de resposta dos itens 21, 44, 112 e 113

Categorias de Resposta do Instrumento Aplicado				
1	2	3	4	5
Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
Agrupamento das Categorias de Resposta				
1			2	3
Com pouca ou nenhuma frequência			Frequentemente	Sempre

Fonte: Autora (2018)

O item 27 “Uma das maneiras de construir uma gestão escolar democrática é manter a comunidade escolar bem informada acerca das questões que envolvem a escola. Diante disso, como a equipe gestora divulga as atividades da escola?” sofreu agrupamento das categorias 1 “não costuma divulgar as atividades da escola” e 2 “divulga as atividades escolares somente na escola e não possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação” na terceira calibração⁴². Esse item fica com três categorias e passa-se a apresentar os parâmetros para as categorias 3 e 4, que, na nova organização, vêm a ser categorias 2 e 3, conforme Quadro 13.

⁴¹ Inicialmente, tentou-se o agrupamento das categorias 1 e 2 desses itens, contudo, sem sucesso considerando os critérios estipulados nesta pesquisa.

⁴² Na segunda calibração o item 27 apresentou os seguintes parâmetros: $a = 1,19$, $b_2 = -5,39$ (EP = 0,70), $b_3 = -3,47$ (EP = 0,30) e $b_4 = -1,24$ (EP = 0,12).

Quadro 13 – Agrupamento de categorias de resposta do item 27

Categorias de Resposta do Instrumento Aplicado			
1 Não costuma divulgar as atividades da escola	2 Divulga as atividades escolares somente na escola e não possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação	3 Divulga as atividades escolares somente na escola e possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação	4 Divulga as atividades escolares na escola e em outros espaços acessíveis, possibilitando que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação
Agrupamento das Categorias de Resposta			
1 Não costuma divulgar as atividades da escola ou quando divulga as atividades escolares o faz somente na escola e não possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação	2 Divulga as atividades escolares somente na escola e possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação	3 Divulga as atividades escolares na escola e em outros espaços acessíveis, possibilitando que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação	

Fonte: Autora (2018)

O item 58 “Como são realizados os procedimentos de registro de frequência e faltas dos servidores da escola?” sofreu agrupamento das categorias 1 “não são efetuados registros de frequência e faltas dos servidores” e 2 “há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença, porém suas faltas não são registradas”, na segunda calibração. Seguindo o mesmo raciocínio do item 44, as categorias 1 e 2 representam situações inadequadas de registro de frequência e falta dos servidores da escola, por isso, considerou-se possível o agrupamento de ambas, segundo Quadro 14. Esse item passa a ter três categorias e passa-se a apresentar os parâmetros para as categorias 3 e 4, que, na nova organização, vêm a ser categorias 2 e 3.

Quadro 14 – Agrupamento de categorias de resposta do item 58

Categorias de Resposta do Instrumento Aplicado			
1 Não são efetuados registros de frequência e faltas dos servidores	2 Há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença, porém suas faltas não são registradas	3 Há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença e as faltas são registradas pelo diretor	4 Há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença. As faltas são registradas pelo diretor, incluídas no Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SISGESC) e encaminhadas à Regional de Educação, mensalmente, por meio de Relatório de Ocorrência de Faltas
Agrupamento das Categorias de Resposta			
1 Não são efetuados registros de frequência e faltas dos servidores ou, no máximo, cada servidor registra sua presença	2 Há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença e as faltas são registradas pelo diretor	3 Há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença. As faltas são registradas pelo diretor, incluídas no Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SISGESC) e encaminhadas à Regional de Educação, mensalmente, por meio de Relatório de Ocorrência de Faltas	

Fonte: Autora (2018)

No item 60, agrupou-se a categoria 1 “no descumprimento das normas, não é realizado nenhum procedimento” com a categoria 2 “no descumprimento das normas, o diretor, durante reunião, chama a atenção de todos os servidores enfatizando a ocorrência, sem nomear o servidor e sem realizar registros”, na segunda calibração. Ambas são situações inadequadas, considerando que o esperado para essa prática é “no descumprimento das normas, o diretor orienta individualmente e realiza o registro”, categoria 4. Logo, o item 60 fica com três categorias, e na calibração passa-se a apresentar os parâmetros para as categorias 3 e 4, que, na nova organização, são categorias 2 e 3, conforme Quadro 15.

Quadro 15 – Agrupamento de categorias de resposta do item 60

Categorias de Resposta do Instrumento de Avaliação			
1 No descumprimento das normas, não é realizado nenhum procedimento	2 No descumprimento das normas, o diretor, durante reunião, chama a atenção de todos os servidores enfatizando a ocorrência, sem nomear o servidor e sem realizar registros	3 No descumprimento das normas, o diretor orienta individualmente, mas não registra	4 No descumprimento das normas, o diretor orienta individualmente e realiza o registro
Agrupamento das Categorias de Resposta			
1 No descumprimento das normas, não é realizado nenhum procedimento ou o diretor, durante reunião, chama a atenção de todos os servidores enfatizando a ocorrência, sem nomear o servidor e sem realizar registros	2 No descumprimento das normas, o diretor orienta individualmente, mas não registra	3 No descumprimento das normas, o diretor orienta individualmente e realiza o registro	

Fonte: Autora (2018)

Os itens 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116 e 117 sofreram agrupamento das categorias 1 “não” e 2 “em parte”. Tais itens fazem parte de um bloco de itens que medem as práticas referentes à guarda e à emissão de documentos relativos à vida escolar dos estudantes, à vida funcional de docentes e demais servidores da escola. Inicialmente, os itens 109, 116 e 117 não foram agrupados, mas, como seus erros padrão aumentaram, optou-se pelo agrupamento, mantendo-se, assim, um padrão único de resposta para esse bloco de itens, de acordo com Quadro 16. Uma escola que não pratica ou pratica em parte ações que garantam a guarda e a emissão dos documentos de seus estudantes e profissionais não mostra o esperado para tal prática, logo, faz sentido agrupar essas duas categorias considerando que não são adequadas à efetivação da gestão escolar democrática. Na calibração dos itens, passa-se a apresentar o parâmetro para a categoria 3, que, na nova organização, é categoria 2, segundo Quadro 16.

Quadro 16 – Agrupamento de categorias de resposta dos itens 106, 107, 108, 109, 110, 111, 114, 115, 116 e 117

Categorias de Resposta do Instrumento de Avaliação		
1 - Não	2 - Em parte	3 - Sim
Agrupamento das Categorias de Resposta		
1 - Não ou em parte		2 - Sim

Fonte: Autora (2018)

Mesmo apresentando bons parâmetros de discriminação (a) e de dificuldade (b) das categorias e EP dentro do aceitável, Tabela 6, as CCI's dos itens 1 “Como ocorre a revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na escola?” e 2 “Como ocorre a revisão do Plano de Gestão Escolar (PGE) na escola?” sugerem uma possível necessidade de agrupamento de determinadas categorias, contudo, em consulta à equipe da SAGE/SED, decidiu-se pela permanência dessas categorias, dada sua relevância para o mapeamento adequado da revisão do PPP e do PGE.

Tabela 6 – Parâmetros dos itens 1 e 2

Itens	a	EP(a)	b2	EP(b2)	b3	EP(b3)	b4	EP(b4)	b5	EP(b5)	b6	EP(b6)
01	1,72	0,14	-3,17	0,24	-2,84	0,20	-2,26	0,15	-1,27	0,09	-0,73	0,08
02	1,79	0,14	-1,91	0,12	-1,64	0,11	-1,40	0,10	-0,79	0,07	-0,50	0,07

Fonte: Autora (2018)

Após todas as exclusões e agrupamentos supracitados, na quarta calibração os dados convergiram num processo iterativo de 203 ciclos dos 250 previstos, indicando a estimação adequada dos parâmetros dos 106 itens que permaneceram no instrumento de avaliação, como exposto na Tabela 7. A sintaxe da quarta calibração e a curva característica dos itens encontram-se nos Apêndices E e F, respectivamente.

Tabela 7 – Estimativa dos parâmetros dos itens retidos no instrumento

(Continua)

Itens	a	EP(a)	b2	EP(b2)	b3	EP(b3)	b4	EP(b4)	b5	EP(b5)	b6	EP(b6)
1	1,72	0,14	-3,17	0,24	-2,84	0,20	-2,26	0,15	-1,27	0,09	-0,73	0,08
2	1,79	0,14	-1,91	0,12	-1,64	0,11	-1,40	0,10	-0,79	0,07	-0,50	0,07
3	1,99	0,13	-3,00	0,20	-2,10	0,12	-1,00	0,08	0,36	0,06		
4	1,21	0,10	-1,52	0,14	-1,25	0,13	0,49	0,09				
5	1,16	0,21	-2,76	0,38								
6	0,66	0,14	-3,06	0,65								
7	0,75	0,14	-2,21	0,41								
8	1,23	0,18	-2,61	0,28								
9	0,75	0,13	-0,29	0,17								
10	0,99	0,20	-3,18	0,52								
11	1,00	0,20	-3,22	0,53								
12	1,09	0,18	-2,80	0,37								
13	1,28	0,22	-2,83	0,36								
14	1,22	0,21	-2,86	0,38								
15	0,76	0,13	-2,94	0,47								
17	1,89	0,13	-3,02	0,20	-2,35	0,14	-1,06	0,08	0,34	0,06		
18	1,64	0,11	-1,91	0,12	-1,36	0,10	-0,57	0,07	0,44	0,07		
19	2,20	0,14	-2,40	0,14	-1,91	0,11	-1,11	0,07	-0,02	0,05		
20	2,36	0,15	-2,30	0,12	-1,64	0,09	-0,79	0,06	0,10	0,05		
21	1,11	0,21	-4,68	0,83	-3,06	0,43						
23	0,70	0,08	-3,56	0,42	-2,83	0,34	-1,23	0,19	0,34	0,14		
24	0,85	0,08	-1,82	0,20	-0,87	0,14	0,30	0,11	1,70	0,19		
25	1,83	0,12	-3,28	0,25	-2,46	0,17	-1,34	0,09	-0,01	0,06		
26	1,90	0,12	-3,21	0,24	-1,85	0,11	-0,06	0,06	1,25	0,08		

(Continuação)

Itens	α	EP(a)	b2	EP(b2)	b3	EP(b3)	b4	EP(b4)	b5	EP(b5)	b6	EP(b6)
27	1,20	0,13	-3,40	0,31	-1,18	0,12						
28	1,38	0,11	-2,91	0,21	-1,73	0,14	0,52	0,08				
29	1,44	0,15	-3,47	0,32	-1,59	0,13						
30	1,35	0,15	-3,51	0,34	-1,87	0,17						
31	1,47	0,15	-3,22	0,28	-1,41	0,12						
32	1,56	0,15	-3,32	0,27	-2,34	0,18	-1,24	0,10				
33	1,87	0,14	-3,12	0,22	-2,33	0,15	-0,48	0,06	-0,40	0,07	0,16	0,06
34	1,71	0,11	-2,59	0,17	-1,63	0,11	-0,43	0,07	0,83	0,07		
35	1,26	0,11	-3,88	0,38	-2,76	0,23	-1,64	0,14	-0,18	0,08		
36	1,32	0,10	-3,04	0,24	-2,21	0,16	-1,01	0,10	0,55	0,08		
37	1,20	0,10	-4,61	0,51	-2,57	0,22	-0,62	0,10	1,74	0,14		
38	1,43	0,12	-4,39	0,49	-3,21	0,27	-1,82	0,14	-0,19	0,07		
39	1,53	0,12	-4,50	0,51	-3,09	0,24	-1,68	0,12	-0,01	0,07		
40	1,71	0,13	-3,93	0,37	-3,04	0,22	-1,80	0,11	-0,24	0,06		
41	1,61	0,12	-4,22	0,44	-2,97	0,23	-1,61	0,11	-0,07	0,07		
42	1,64	0,12	-3,89	0,37	-2,95	0,21	-1,75	0,11	-0,11	0,06		
43	1,13	0,12	-4,88	0,60	-3,74	0,38	-2,34	0,21	-0,57	0,09		
44	1,30	0,14	-3,59	0,35	-1,59	0,14						
45	1,45	0,13	-3,45	0,30	-2,77	0,22	-0,51	0,08				
46	0,77	0,09	-4,55	0,56	-3,44	0,40	-2,06	0,25	-0,40	0,12		
47	1,25	0,10	-3,68	0,33	-2,59	0,20	-1,58	0,13	-0,17	0,08		
48	1,47	0,10	-3,50	0,30	-2,56	0,18	-1,52	0,11	-0,22	0,07		
49	1,26	0,10	-3,52	0,33	-2,64	0,21	-1,66	0,14	-0,32	0,08		
57	1,27	0,36	-3,93	0,75								
58	1,31	0,19	-3,75	0,40	-2,56	0,27						
59	0,99	0,15	-3,20	0,45	-2,25	0,30						
60	0,87	0,13	-2,91	0,41	-1,88	0,27						
61	1,20	0,10	-3,90	0,36	-2,39	0,19	-0,73	0,10	0,73	0,10		
62	1,10	0,09	-3,20	0,28	-2,24	0,19	-0,96	0,11	0,67	0,10		
63	1,09	0,09	-1,80	0,16	-0,79	0,10	0,32	0,09	1,55	0,14		
64	1,38	0,10	-0,76	0,09	0,00	0,07	1,07	0,10	2,05	0,14		
65	0,97	0,09	-0,08	0,10	0,59	0,10	1,84	0,17	3,11	0,27		
66	1,30	0,09	-0,60	0,09	0,12	0,08	1,05	0,10	2,16	0,16		
67	2,17	0,17	-2,67	0,16	-2,44	0,15	-0,79	0,07				
68	1,36	0,20	-4,83	0,66	-3,54	0,36	-2,39	0,24				
69	2,13	0,16	-2,49	0,15	-1,97	0,12	-1,28	0,08	-0,70	0,06		
70	2,11	0,14	-2,56	0,16	-2,05	0,11	-1,29	0,08	-0,53	0,06		
71	2,05	0,14	-2,29	0,14	-1,67	0,10	-1,03	0,07	-0,33	0,06		
72	1,68	0,20	-3,76	0,39	-3,35	0,30	-2,77	0,21	-1,91	0,13		
73	2,23	0,18	-2,42	0,14	-1,91	0,11	-1,38	0,08	-0,92	0,06		
77	0,99	0,14	-2,43	0,29								
79	0,85	0,12	-1,38	0,20								
80	1,69	0,13	-3,27	0,26	-2,71	0,19	-1,79	0,12	-0,60	0,07		
81	1,83	0,14	-3,37	0,29	-2,80	0,20	-1,80	0,12	-0,66	0,06		
82	1,54	0,12	-3,59	0,31	-2,74	0,20	-1,59	0,12	-0,41	0,07		
83	1,75	0,16	-3,82	0,39	-3,21	0,27	-2,29	0,16	-1,18	0,08		
84	1,58	0,18	-4,13	0,46	-3,69	0,37	-2,96	0,24	-1,90	0,15		
85	1,49	0,17	-3,90	0,43	-3,37	0,32	-2,73	0,23	-1,71	0,13		
86	1,70	0,18	-3,90	0,41	-3,08	0,27	-2,49	0,19	-1,50	0,11		
87	1,77	0,16	-4,01	0,44	-3,14	0,26	-2,33	0,16	-1,23	0,09		
88	1,86	0,16	-3,30	0,26	-2,55	0,18	-1,84	0,12	-0,94	0,07		
89	2,04	0,19	-3,50	0,31	-2,79	0,21	-2,16	0,14	-1,24	0,08		
90	2,34	0,20	-3,28	0,25	-2,67	0,19	-1,99	0,11	-1,01	0,06		
91	2,23	0,22	-3,37	0,28	-2,75	0,19	-2,26	0,14	-1,24	0,07		
92	1,88	0,38	-4,35	0,62	-3,82	0,48	-2,77	0,26				

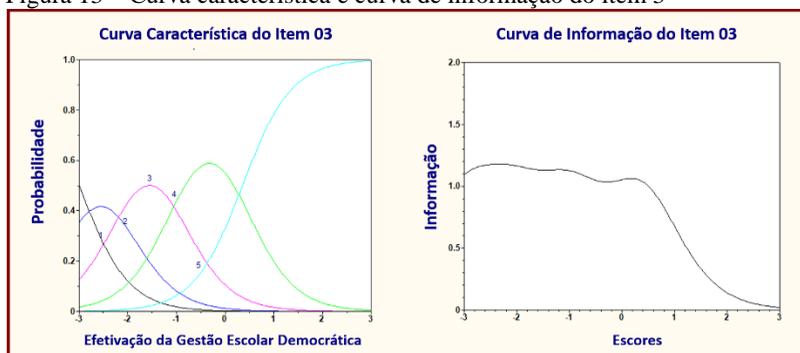
(Conclusão)

Itens	a	EP(a)	b2	EP(b2)	b3	EP(b3)	b4	EP(b4)	b5	EP(b5)	b6	EP(b6)
93	1,78	0,23	-4,02	0,42	-3,43	0,33	-2,17	0,18				
94	1,55	0,20	-4,65	0,64	-4,04	0,45	-3,48	0,34	-2,37	0,20		
95	1,47	0,11	-3,91	0,35	-2,88	0,23	-1,64	0,12	0,16	0,07		
96	1,87	0,13	-3,10	0,24	-2,22	0,14	-1,10	0,08	0,00	0,06		
97	2,24	0,18	-4,47	0,82	-2,93	0,20	-2,11	0,12	-0,70	0,06		
98	2,12	0,17	-3,99	0,46	-2,91	0,20	-2,12	0,13	-0,76	0,06		
99	1,84	0,14	-3,96	0,41	-2,78	0,20	-1,81	0,12	-0,55	0,06		
100	1,84	0,14	-4,11	0,40	-2,85	0,21	-1,83	0,12	-0,29	0,06		
101	2,12	0,13	-3,26	0,25	-2,46	0,15	-1,29	0,08	0,24	0,05		
102	2,11	0,15	-3,28	0,26	-2,61	0,18	-1,79	0,11	-0,66	0,06		
103	1,90	0,16	-4,40	0,58	-3,33	0,26	-2,26	0,15	-1,05	0,07		
104	2,14	0,15	-3,64	0,35	-2,85	0,18	-1,61	0,09	-0,11	0,05		
105	1,42	0,13	-4,73	0,59	-3,52	0,31	-2,50	0,19	-0,94	0,09		
106	1,13	0,19	-3,04	0,42								
107	0,95	0,20	-3,73	0,65								
108	0,94	0,18	-3,39	0,56								
109	1,12	0,18	-2,75	0,35								
110	1,01	0,18	-3,07	0,44								
111	0,85	0,16	-3,29	0,55								
112	1,37	0,20	-3,83	0,44	-2,55	0,26						
113	1,54	0,27	-3,97	0,57	-2,96	0,33						
114	1,04	0,20	-3,27	0,50								
115	0,82	0,18	-4,07	0,79								
116	1,04	0,16	-2,75	0,35								
117	1,36	0,19	-2,62	0,28								
118	1,57	0,11	-4,15	0,44	-2,80	0,19	-1,36	0,10	0,34	0,07		
119	1,16	0,09	-2,89	0,24	-1,72	0,15	-0,06	0,08	1,28	0,13		

Fonte: Autora (2018)

Os últimos resultados obtidos revelam que a estimação da discriminação (a) do modelo varia de 0,7 a 2,36, indicando que os itens têm algum poder de discriminação, sendo que em 92 deles $a \geq 1$. O item 3, por exemplo, apresenta a alto ($a=1,99$), com boa quantidade de informação (curva de informação do item) no intervalo de -3 e +0,4 (aproximadamente), em que estão localizados os parâmetros $b_{i,k}$, Figura 13, mostrando-se um bom indicador do nível de efetivação da gestão escolar democrática, pois diferencia as escolas que já desenvolvem a prática medida por ele daquelas que ainda não desenvolvem.

Figura 13 – Curva característica e curva de informação do item 3



Fonte: Autora (2018)

Os itens 64, 65 e 66 evidenciam o maior grau de dificuldade ($b_{i,k}$) e tratam da frequência com que a escola proporciona momentos de formação para o CDE, o Grêmio Estudantil e a APP, respectivamente. A categoria 4 “frequentemente” está posicionada a, pelo menos, 1 desvio padrão da média 0 e a categoria 5 “sempre” está posicionada a, pelo menos, 2 desvios padrão da média 0, determinado pelos parâmetros $b_{i,k}$. Significa dizer que as escolas com um alto nível de efetivação de gestão escolar democrática têm maior probabilidade de desenvolverem essas práticas frequentemente ou sempre. Tais itens foram calibrados com um grau de dificuldade maior, pois um dos grandes desafios da gestão escolar é formar e promover a participação efetiva dessas instâncias colegiadas no que tange às práticas da escola, assim, refletem de forma adequada e condizente o traço latente efetivação da gestão escolar democrática.

A Tabela 8 exibe os itens que permaneceram no instrumento de avaliação por eixo e prática de gestão escolar democrática.

Tabela 8 – Itens por eixo da gestão escolar democrática que permaneceram no instrumento de avaliação

		(Continua)		
CE	CP	Item	Total de itens por eixo	Proporção de itens por eixo
E1	E1P1	1	15	14,4%
	E1P2	2		
	E1P3			
	E1P4	3		
	E1P5	4		
	E1P6	5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15		

(Continuação)

CE	CP	Item	Total de itens por eixo	Proporção de itens por eixo
E2	E2P1	17, 18, 19, 20	12	10,8%
	E2P2	21, 23, 24		
	E2P3	25		
	E2P4	26		
	E2P5	27		
	E2P6	28		
	E2P7	67		
	E2P8			
	E2P9			
E3	E3P1	29, 30, 31	9	6,5%
	E3P2	32		
	E3P3	33		
	E3P4	34, 35, 36		
	E3P5	37		
E4	E4P1	38, 39, 40, 41, 42, 43, 44	12	9,4%
	E4P2	45		
	E4P3	46, 47, 48, 49		
E5	E5P1	61, 62, 63	6	5,0%
	E5P2	64, 65, 66		
	E5P3			
E6	E6P1		4	9,4%
	E6P2	57		
	E6P3	58		
	E6P4	59		
	E6P5	60		
	E6P6			
E7	E7P1	68	6	4,3%
	E7P2	69		
	E7P3	70		
	E7P4	71		
	E7P5	72		
	E7P6	73		
E8	E8P1	77, 79, 80, 81, 82, 83	22	25,2%
	E8P2	84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91		
	E8P3	92, 93, 94		
	E8P4	95		
	E8P5	96		
	E8P6	97, 98, 99		
	E8P7			

(Conclusão)

CE	CP	Item	Total de itens por eixo	Proporção de itens por eixo
E9	E9P1	100	5	3,6%
	E9P2	101		
	E9P3	102		
	E9P4	103		
	E9P5	104		
E10	E10P1	105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117	15	11,5%
	E10P2	118		
	E10P3	119		
	E10P4			

Fonte: Autora (2018)

No total, 106 itens permaneceram no instrumento de avaliação e cobrem os 10 eixos da gestão escolar democrática, mas, 8 práticas tiveram todos os seus itens excluídos: E1P3, E2P8, E2P9, E5P3, E6P1, E6P6, E8P7 e E10P4.

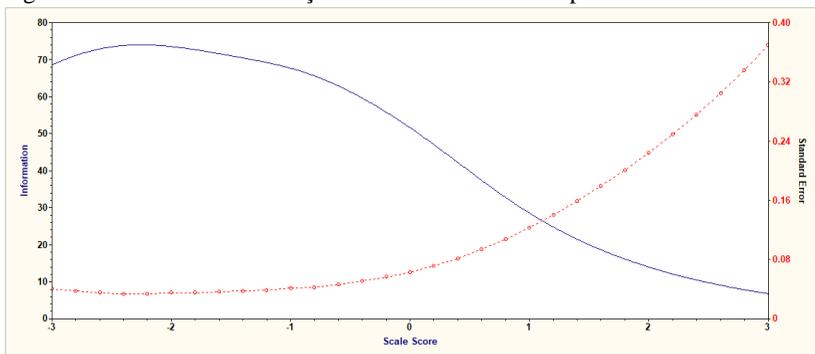
Ao final das análises pela TRI, realizou-se a análise fatorial de informação completa desses 106 itens, onde observou-se a variância explicada de 46%. Anteriormente, considerando os 139 itens, esse valor era de 36%. O aumento na variância explicada corrobora com a decisão de agrupar categorias de resposta de determinados itens e de excluir outros da escala. As cargas fatoriais e as comunalidades encontram-se no Apêndice G.

4.3.2 Curva de informação do instrumento de avaliação

Além de possibilitar a análise de cada item, a TRI também permite analisar a qualidade do Instrumento de Avaliação da Gestão Escolar como um todo, por meio da Curva de Informação que evidencia para quais intervalos do traço latente este instrumento tem maior informação e precisão (PASQUALI, 2013).

No gráfico da Figura 14, a linha contínua azul representa a curva de informação do instrumento e a linha pontilhada vermelha representa o erro padrão associado à medida.

Figura 14 – Curva de informação do instrumento e erro padrão



Fonte: Autora (2018)

Pelo gráfico, observa-se que o instrumento possui maior informação e precisão no intervalo de -4 a +1,2, no qual a curva de informação é mais elevada e o erro padrão da medida é menor. Em outras palavras, esse instrumento é mais adequado para medir a efetivação da gestão escolar democrática (traço latente) no intervalo compreendido entre -4 e +1,2, aproximadamente.

4.3.3 Construção da escala de medida

A construção da escala de efetivação da gestão escolar democrática implica no posicionamento dos itens retidos no instrumento de avaliação e na interpretação de seus diferentes níveis, apresentados nas seções seguintes.

4.3.3.1 Posicionamento dos itens na escala

Inicialmente, optou-se pelo posicionamento dos itens na escala a partir dos critérios de Beaton e Allen (1999), mas, durante a validação desses resultados (escores e escala de medida) junto às escolas participantes, percebeu-se que estas não estavam se identificando no nível em que se encontravam na escala, alegando que se identificavam mais no nível subsequente ao seu. Logo, observou-se a necessidade de flexibilizar os critérios de posicionamento das categorias dos itens para melhor ajuste de sua posição nos diferentes níveis de efetivação da gestão escolar democrática.

Neste sentido, decidiu-se pelo posicionamento da categoria do item no ponto da escala em que há probabilidade 0,60⁴³ das escolas daquele nível de efetivação da gestão escolar democrática desenvolverem a prática descrita nesta categoria (ou em categoria mais alta), (SCHMITT, 2018), considerando os itens com a ≥ 1 porque mostram bom poder de discriminação (HAMBLETON; SWAMINATHAN, 1985).

Para facilitar o entendimento e a utilização da escala de medida, evitando a apresentação de números negativos, realizou-se a transformação linear dos parâmetros dos itens e do traço latente da escala (0,1) para a escala (200,20), arbitrada pela pesquisadora, a partir das seguintes expressões:

$$a^* = a / \alpha \quad (5)$$

$$b^* = \alpha \cdot b + \gamma \quad (6)$$

$$\theta^* = \alpha \cdot \theta + \gamma \quad (7)$$

Em que,

θ = escore na escala (0,1);

θ^* = escore na escala (200,20);

a = parâmetro de discriminação na escala (0,1);

a^* = parâmetro de discriminação na escala (200,20);

b = parâmetro de dificuldade na escala (0,1);

b^* = parâmetro de dificuldade na escala (200,20).

α = constante de transformação⁴⁴ igual a 18,9045

γ = constante de transformação⁴⁴ igual a 198,8751

⁴³ No processo de interpretação qualitativa da escala, seção 4.3.3.2, onde validou-se os resultados junto às escolas e aos especialistas da SED, observou-se a necessidade de posicionar determinadas categorias de resposta no ponto da escala em que há probabilidade 0,50.

⁴⁴ As constantes de transformação α e γ foram obtidas pela relação entre a média e o desvio padrão dos escores estimados na escala (0,1) e a média e o desvio padrão na nova escala (200,20). Esse ajuste é necessário porque a média e o desvio padrão da escala (0,1) são valores teóricos de uma distribuição de referência. Na prática, devido aos sucessivos arredondamentos de cálculo durante o processo da estimação dos parâmetros, isso levará os valores próximos da média 0 (zero) e desvio padrão 1(um). A média dos escores da amostra de calibração foi 0,0595 e o desvio padrão foi 1,0580. Dado que os valores desejados para a nova escala sejam (200,20), em que 200 representa a média e 20 o desvio padrão, o valor de α será = 20/1,0580, resultando em $\alpha = 18,9045$. E $\gamma = 200 - [(20/1,0580) * 0,0595]$, resultando em $\gamma = 198,8751$ (SCHMITT, 2018).

No Apêndice H encontram-se os parâmetros dos itens na escala (200,20).

Dos 106 itens calibrados, foram posicionadas as categorias de resposta de 99 na escala. Os itens 15, 23, 24, 46, 60, 65 e 107, com a variando de 0,7 a 0,97, também foram posicionados pela relevância de seu conteúdo ao traço latente. Os itens 6, 7, 9, 79, 108, 111 e 115 não foram posicionados na escala.

Na Figura 15, os itens estão posicionados conforme os critérios adotados na pesquisa e a quantidade de categorias de resposta de cada um.

Itens com duas categorias de resposta aparecem uma vez na escala, representando a categoria 2. Aqueles com três categorias aparecem duas vezes, representando as categorias 2 e 3. O mesmo raciocínio vale para os itens com 4, 5 e 6 categorias de resposta. Mas, para fins de interpretação da escala, todas as categorias de resposta do item são consideradas, ou seja, para um item com quatro categorias são consideradas as categorias 1, 2, 3 e 4. Para exemplificar, o item 4 “A equipe gestora realiza a avaliação institucional interna?” possui quatro categorias de resposta e está posicionado em três pontos da escala:

1º) 04₂ está no nível 170:

04 representa o número da questão,
o índice 2 representa a categoria 2 - Há avaliação institucional interna sem a participação dos segmentos da comunidade escolar.

2º) 04₃ está no nível 180:

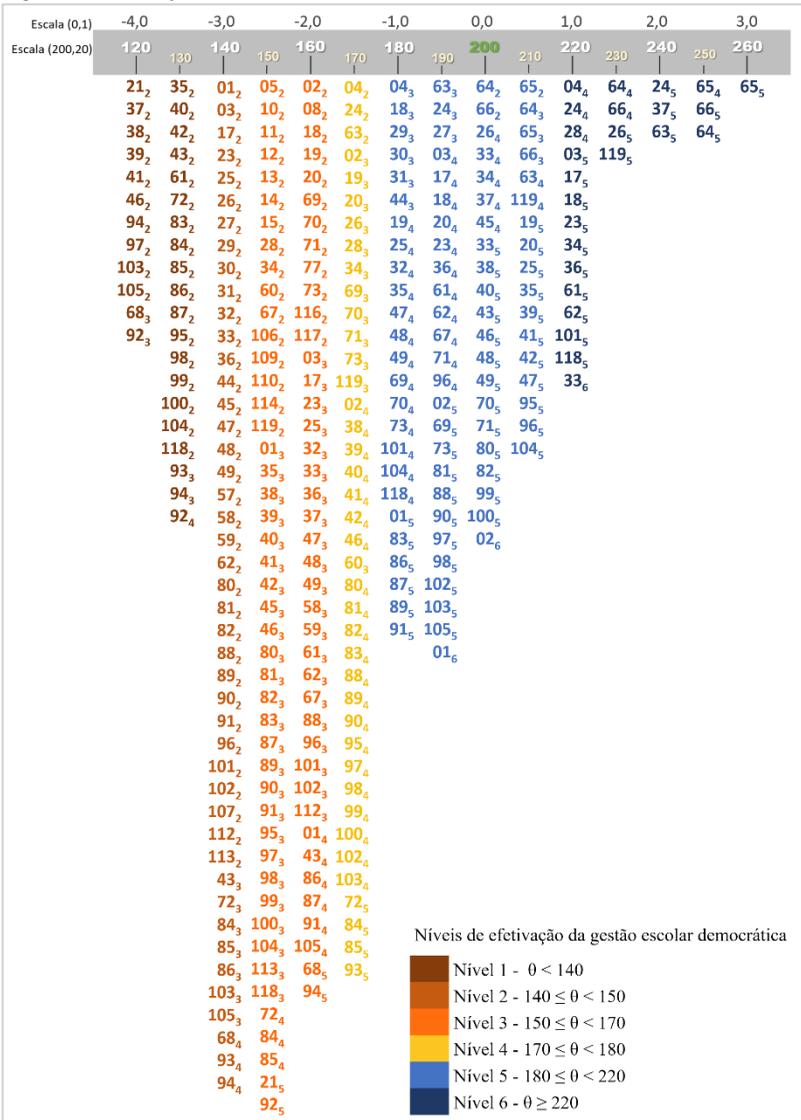
o índice 3 representa a categoria 3 - Há avaliação institucional interna com a participação de parte dos segmentos da comunidade escolar.

3º) 04₄ está no nível 220:

o índice 4 representa a categoria 4 - Há avaliação institucional interna com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

A categoria 1 (Não há avaliação institucional interna) não aparece na escala porque ela compreende o intervalo do início da escala (120) até o ponto em que está posicionada a categoria 2 (Há avaliação institucional interna sem a participação dos segmentos da comunidade escolar), no ponto 170 da escala, conforme a Figura 15. Assim, na interpretação da escala, as escolas localizadas até o ponto 170, provavelmente, não realizam a avaliação institucional interna.

Figura 15 – Posição dos itens na escala (200,20)



Fonte: Autora (2018)

Verifica-se que a escala varia de 120 a 260, com média igual a 200 (escore médio das 1.035 escolas participantes da avaliação da gestão escolar) e desvio padrão igual a 20. Logo, nessa escala (200,20), escolas

no nível 220 estão a 1 desvio padrão acima da média, enquanto escolas no nível 180 estão a 1 desvio padrão abaixo da média.

4.3.3.2 Interpretação da escala de medida

Para que a escala (200,20) criada tenha sentido prático e seja compreendida e utilizada pelos gestores escolares, regionais e estaduais, em seus processos de planejamento e gestão, realizou-se a interpretação⁴⁵ dos valores estimados com o conteúdo dos itens em cada ponto da escala, onde foi possível definir os diferentes níveis de efetivação da gestão escolar democrática (TEZZA, 2009). Para isso, este estudo lançou mão do apoio da Equipe da SAGE/SC (especialista no traço latente) e de gestores escolares estaduais.

Foram definidos seis níveis de efetivação da gestão escolar democrática. Em cada nível, é possível identificar quais as práticas já estão presentes no interior da escola e ocorrem de maneira adequada, quais precisam ser aprimoradas e quais precisam ser implantadas, apresentadas por eixo de atuação, de acordo com Quadro 17.

⁴⁵ Nas situações em que duas categorias de resposta de um item foram posicionadas no mesmo ponto/nível da escala (Figura 15), durante sua interpretação pedagógica decidiu-se considerar a categoria mais alta quando esta fazia sentido no referido nível, caso contrário, optou-se pela menor categoria.

Quadro 17 – Interpretação da escala de efetivação da gestão escolar democrática

(Continua)

EIXO	Na atuação da Gestão Escolar Democrática, em cada nível, é mais provável identificar que:					
	NÍVEL 1 <small>Atuação de 140</small>	NÍVEL 2 <small>Atuação de 150</small>	NÍVEL 3 <small>Atuação de 170</small>	NÍVEL 4 <small>Atuação de 190</small>	NÍVEL 5 <small>Atuação de 220</small>	NÍVEL 6 <small>Melhoria Igual e 220</small>
Planejamento Escolar	É necessário implantar e tornar permanentes práticas de planejamento, com participação efetiva dos segmentos da comunidade escolar, que contemplem: a revisão do PPP e do PGE (principais instrumentos norteadores do fazer escolar), o monitoramento contínuo e a avaliação das ações planejadas, a avaliação institucional interna e considerando os indicadores educacionais como ferramentas nesse processo.	É necessário implantar e tornar permanentes práticas de planejamento, com participação efetiva dos segmentos da comunidade escolar, que contemplem: a revisão do PPP e do PGE (principais instrumentos norteadores do fazer escolar), o monitoramento contínuo e a avaliação das ações planejadas, a avaliação institucional interna e considerando os indicadores educacionais como ferramentas nesse processo.	É necessário implantar e tornar permanentes práticas de revisão do PPP, de monitoramento contínuo e de avaliação das ações planejadas, considerando os indicadores educacionais como ferramentas nesse processo, e com participação efetiva dos segmentos da comunidade escolar. É necessário implantar e tornar permanentes práticas de revisão do PGE, de monitoramento contínuo e de avaliação das ações planejadas, de avaliação institucional interna, considerando os indicadores educacionais como ferramentas nesse processo, e com participação efetiva dos segmentos da comunidade escolar.	É necessário aprimorar e tornar permanentes as práticas de planejamento que contemplem: a revisão do PPP e do PGE (principais instrumentos norteadores do fazer escolar), o monitoramento contínuo das ações planejadas, a avaliação institucional interna, considerando os indicadores educacionais como ferramentas nesse processo e com participação efetiva dos segmentos da comunidade escolar.	Estão implantadas as práticas de planejamento, com ações concretas de revisão do PPP e do PGE (principais instrumentos norteadores do fazer escolar), de monitoramento contínuo das ações planejadas, de avaliação institucional interna, considerando os indicadores educacionais como ferramentas nesse processo, e com participação efetiva de parte dos segmentos da comunidade escolar.	Estão implantadas as práticas permanentes de planejamento, com ações concretas de revisão do PPP e do PGE (principais instrumentos norteadores do fazer escolar), de monitoramento contínuo das ações planejadas, de avaliação institucional interna, considerando os indicadores educacionais como ferramentas nesse processo, e com participação efetiva dos segmentos da comunidade escolar.
Gestão Democrática	É necessário implantar e tornar permanentes práticas de gestão democrática que: oportunizem a atuação efetiva das instâncias colegiadas nas discussões e deliberações sobre questões administrativas, financeiras, físicas e pedagógicas da escola; promovam práticas de co-liderança; estabeleçam comunicação com a comunidade escolar e local, com vistas à efetivação da gestão participativa; divulguem as atividades da escola e os resultados de seus indicadores educacionais, de forma transparente e em espaços acessíveis a toda comunidade e; favoreçam o conhecimento e o cumprimento das normas e regulamentos escolares pactuados coletivamente no PPP por toda a comunidade escolar. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que promovam o conselho de classe participativo com todos os segmentos da comunidade escolar.	É necessário implantar e tornar permanentes práticas de gestão democrática que: oportunizem a atuação efetiva das instâncias colegiadas nas discussões e deliberações sobre questões administrativas, financeiras, físicas e pedagógicas da escola; promovam práticas de co-liderança; divulguem os resultados dos indicadores educacionais da escola, de forma transparente e em espaços acessíveis a toda comunidade e; favoreçam o conhecimento e o cumprimento das normas e regulamentos escolares pactuados coletivamente no PPP por toda a comunidade escolar.	É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas de gestão democrática que: oportunizem a atuação efetiva das instâncias colegiadas nas discussões e deliberações sobre questões administrativas, financeiras, físicas e pedagógicas da escola; promovam práticas de co-liderança; divulguem as atividades da escola e os resultados de seus indicadores educacionais, de forma transparente e em espaços acessíveis a toda comunidade e; favoreçam o conhecimento e o cumprimento das normas e regulamentos escolares pactuados coletivamente no PPP por toda a comunidade escolar.	É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas de gestão democrática que: oportunizem a atuação efetiva das instâncias colegiadas nas discussões e deliberações sobre questões administrativas, financeiras, físicas e pedagógicas da escola; promovam as práticas de co-liderança, com ações concretas de compartilhamento de responsabilidades; promovam o conselho de classe participativo com todos os segmentos da comunidade escolar; divulguem as atividades da escola e os resultados de seus indicadores educacionais, de forma transparente e em espaços acessíveis a toda comunidade e; favoreçam o conhecimento e o cumprimento das normas e regulamentos escolares pactuados coletivamente no PPP por toda a comunidade escolar. Há uma boa comunicação com a comunidade escolar e local, com vistas à efetivação da gestão participativa.	Estão implantadas as práticas que: oportunizam a atuação efetiva das instâncias colegiadas nas discussões e deliberações sobre questões administrativas, financeiras, físicas e pedagógicas da escola, de forma transparente e em espaços acessíveis a toda comunidade e; favorecem o conhecimento e o cumprimento das normas e regulamentos escolares pactuados coletivamente no PPP por toda a comunidade escolar. Há uma ótima comunicação com a comunidade escolar e local, com vistas à efetivação da gestão participativa. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que promovam o conselho de classe participativo com todos os segmentos da comunidade escolar; divulguem os resultados dos indicadores educacionais da escola, de forma transparente e em espaços acessíveis a toda comunidade.	Estão implantadas de forma permanente práticas de gestão democrática que: oportunizam a atuação efetiva das instâncias colegiadas nas discussões e deliberações sobre questões administrativas, financeiras, físicas e pedagógicas da escola; promovem práticas de co-liderança; promovem o conselho de classe participativo com todos os segmentos da comunidade escolar; divulguem as atividades da escola e os resultados de seus indicadores educacionais, de forma transparente e em espaços acessíveis a toda comunidade e; favorecem o conhecimento e o cumprimento das normas e regulamentos escolares pactuados coletivamente no PPP por toda a comunidade escolar. Há uma excelente comunicação com a comunidade escolar e local, com vistas à efetivação da gestão participativa.

(Continuação)

EIXO	Na atuação da Gestão Escolar Democrática, em cada nível, é mais provável identificar que:					
	NÍVEL 1 Abaixo de 140	NÍVEL 2 De 140 a 150	NÍVEL 3 De 150 a 170	NÍVEL 4 De 170 a 180	NÍVEL 5 De 180 a 220	NÍVEL 6 Maior ou igual a 220
Curriculo e Práticas Pedagógicas	<p>É necessário implantar e tornar permanentes práticas que: promovem a atualização do currículo escolar, contemplando os temas multidisciplinares, as áreas de conhecimento e a diversidade como princípio formativo; orientem e acompanhem as práticas docentes no planejamento e na execução de suas ações, em conformidade com o que foi pactuado no PPP; promovem o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos escolares, com vistas ao êxito da aprendizagem dos estudantes; oportunizem horários e locais adequados para preparação de aulas pelos professores, reunindo-os por área de atuação, com foco no PPP e; promovem a comunicação eficaz junto aos pais/responsáveis sobre a vida escolar dos estudantes.</p>	<p>É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que: promovem a comunicação eficaz junto aos pais/responsáveis sobre a vida escolar dos estudantes.</p> <p>É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que: promovem a atualização do currículo escolar, contemplando os temas multidisciplinares, as áreas de conhecimento e a diversidade como princípio formativo; orientem e acompanhem as práticas docentes no planejamento e na execução de suas ações, em conformidade com o que foi pactuado no PPP; promovem o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos escolares, com vistas ao êxito da aprendizagem dos estudantes e; oportunizem horários e locais adequados para preparação de aulas pelos professores, reunindo-os por área de atuação, com foco no PPP.</p>	<p>É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que: promovem a atualização do currículo escolar, contemplando os temas multidisciplinares, as áreas de conhecimento e a diversidade como princípio formativo; orientem e acompanhem as práticas docentes no planejamento e na execução de suas ações, em conformidade com o que foi pactuado no PPP; promovem o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos escolares, com vistas ao êxito da aprendizagem dos estudantes e; oportunizem horários e locais adequados para preparação de aulas pelos professores, reunindo-os por área de atuação, com foco no PPP e; promovem a comunicação eficaz junto aos pais/responsáveis sobre a vida escolar dos estudantes.</p>	<p>É necessário aprimorar práticas que: promovem a atualização do currículo escolar, contemplando os temas multidisciplinares, as áreas de conhecimento e a diversidade como princípio formativo; orientem e acompanhem as práticas docentes no planejamento e na execução de suas ações, em conformidade com o que foi pactuado no PPP; promovem o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos escolares, com vistas ao êxito da aprendizagem dos estudantes e; oportunizem horários e locais adequados para preparação de aulas pelos professores, reunindo-os por área de atuação, com foco no PPP e; promovem a comunicação eficaz junto aos pais/responsáveis sobre a vida escolar dos estudantes.</p>	<p>Estão implantadas práticas adequadas que: promovem a atualização do currículo escolar, contemplando os temas multidisciplinares, as áreas de conhecimento e a diversidade como princípio formativo; orientem as práticas docentes no planejamento e na execução de suas ações, em conformidade com o que foi pactuado no PPP; promovem o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos escolares, com vistas ao êxito da aprendizagem dos estudantes;</p> <p>promovem a comunicação eficaz junto aos pais ou responsáveis sobre a vida escolar dos estudantes.</p> <p>É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que: promovem a comunicação eficaz junto aos pais/responsáveis sobre a vida escolar dos estudantes.</p>	<p>Estão implantadas de forma permanente práticas que: promovem a atualização do currículo escolar, contemplando os temas multidisciplinares, as áreas de conhecimento e a diversidade como princípio formativo; orientam as práticas docentes no planejamento e na execução de suas ações, em conformidade com o que foi pactuado no PPP; promovem o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos escolares, considerando problemáticas identificadas no cotidiano da escola, com vistas ao êxito da aprendizagem dos estudantes; oportunizem horários e locais adequados para preparação de aulas pelos professores, reunindo-os por área de atuação, com foco no PPP e; promovem a comunicação eficaz junto aos pais/responsáveis sobre a vida escolar dos estudantes.</p>
Diversidade	<p>É necessário implantar práticas que contemplem: o educar na alteridade; a consciência política e histórica da diversidade; o reconhecimento, a valorização da diferença e o fortalecimento das identidades; a sustentabilidade socioambiental; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e; a licitude do Estado e da escola pública.</p> <p>É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que contemplem a igualdade de direito para acesso, permanência e aprendizagem na escola.</p> <p>É necessário implantar práticas que atendam às políticas e aos programas de prevenção, criando oportunidades para atuação de serviços presentes na comunidade, em núcleos ou grupos de trabalho existentes na escola.</p> <p>É necessário implantar práticas que promovam as condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos, às adaptações curriculares e às diferentes formas de comunicação na escola.</p>	<p>É necessário implantar práticas que contemplem: o educar na alteridade; a consciência política e histórica da diversidade; o reconhecimento, a valorização da diferença e o fortalecimento das identidades; a sustentabilidade socioambiental e; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.</p> <p>É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que contemplem a licitude do Estado e da escola pública.</p> <p>Estão implantadas práticas que contemplem a igualdade de direito para acesso, permanência e aprendizagem na escola.</p> <p>É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que atendam às políticas e aos programas de prevenção, criando oportunidades para atuação de serviços presentes na comunidade, em núcleos ou grupos de trabalho existentes na escola.</p> <p>É necessário implantar práticas que promovam as condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos, às adaptações curriculares e às diferentes formas de comunicação na escola.</p>	<p>É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que contemplem: o educar na alteridade; a consciência política e histórica da diversidade; o reconhecimento, a valorização da diferença e o fortalecimento das identidades; a sustentabilidade socioambiental e; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas</p> <p>Estão implantadas práticas que contemplem a igualdade de direito para acesso, permanência e aprendizagem na escola e; a licitude do Estado e da escola pública.</p> <p>É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que atendam às políticas e aos programas de prevenção, criando oportunidades para atuação de serviços presentes na comunidade, em núcleos ou grupos de trabalho existentes na escola.</p> <p>É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que promovam as condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos, às adaptações curriculares e às diferentes formas de comunicação na escola.</p>	<p>Estão implantadas práticas que contemplem: o educar na alteridade; a consciência política e histórica da diversidade; o reconhecimento, a valorização da diferença e o fortalecimento das identidades; a sustentabilidade socioambiental; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a licitude do Estado e da escola pública e; a igualdade de direito para acesso, permanência e aprendizagem na escola.</p> <p>É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que atendam às políticas e aos programas de prevenção, criando oportunidades para atuação de serviços presentes na comunidade, em núcleos ou grupos de trabalho existentes na escola.</p> <p>Estão implantadas práticas que promovem as condições de acessibilidade ao ambiente físico. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que promovam as condições de acessibilidade aos recursos didáticos, às adaptações curriculares e às diferentes formas de comunicação na escola.</p>	<p>Estão implantadas práticas permanentes que contemplem o educar na alteridade; a consciência política e histórica da diversidade; o reconhecimento, a valorização da diferença e o fortalecimento das identidades; a sustentabilidade socioambiental; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a licitude do Estado e da escola pública; a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a aprendizagem na escola.</p> <p>Estão implantadas práticas que atendem às políticas e aos programas de prevenção, criando oportunidades para atuação de serviços presentes na comunidade, em núcleos ou grupos de trabalho existentes na escola.</p> <p>Estão implantadas práticas que promovem as condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos, às adaptações curriculares e às diferentes formas de comunicação na escola.</p>	<p>Estão implantadas práticas permanentes que contemplem a consciência política e histórica da diversidade; o reconhecimento, a valorização da diferença e o fortalecimento das identidades; a sustentabilidade socioambiental; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; a licitude do Estado e da escola pública; a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a aprendizagem na escola.</p> <p>Estão implantadas práticas permanentes que atendem às políticas e aos programas de prevenção, criando oportunidades para atuação de serviços presentes na comunidade, em núcleos ou grupos de trabalho existentes na escola.</p> <p>Estão implantadas práticas permanentes que promovem as condições de acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos, às adaptações curriculares e às diferentes formas de comunicação na escola.</p>

(Continuação)

EIXO		Na atuação da Gestão Escolar Democrática, em cada nível, é mais provável identificar que:					
		NÍVEL 1 Abaixo de 140	NÍVEL 2 De 140 a 150	NÍVEL 3 De 150 a 170	NÍVEL 4 De 170 a 180	NÍVEL 5 De 180 a 220	NÍVEL 6 Maior ou igual a 220
Gestão de Pessoas	Formação e Desenvolvimento	É necessário aprimorar e tornar permanentes as práticas de organização dos horários dos servidores da escola, a partir de critérios acordados coletivamente que favoreçam seu bom funcionamento; de supervisão dos registros da frequência dos servidores; da forma como é realizada a Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em estágio probatório e; de registros das ocorrências indisciplinares dos servidores.	Estão implantadas práticas adequadas de organização dos horários dos servidores da escola, a partir de critérios acordados coletivamente que favoreçam seu bom funcionamento. É necessário aprimorar e tornar permanentes as práticas de supervisão dos registros da frequência dos servidores; da forma como é realizada a Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em estágio probatório e; de registros das ocorrências indisciplinares dos servidores.	Estão implantadas práticas adequadas de organização dos horários dos servidores que favoreçam o bom funcionamento da escola; de supervisão dos registros da frequência dos servidores e; realização da Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em estágio probatório. É necessário aprimorar e tornar permanentes as práticas de registros das ocorrências indisciplinares dos servidores.	Estão implantadas práticas adequadas de organização dos horários dos servidores que favoreçam o bom funcionamento da escola; de supervisão dos registros da frequência dos servidores; de registros das ocorrências indisciplinares dos servidores.	Estão implantadas práticas adequadas de organização dos horários dos servidores que favoreçam o bom funcionamento da escola; de supervisão dos registros da frequência dos servidores; realização da Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em estágio probatório e; de registros das ocorrências indisciplinares dos servidores.	Estão implantadas práticas adequadas e permanentes de organização dos horários dos servidores que favoreçam o bom funcionamento da escola; de supervisão dos registros da frequência dos servidores; realização da Avaliação Especial de Desempenho do Servidor em estágio probatório e; de registros das ocorrências indisciplinares dos servidores.
	Gestão Financeira	Os recursos financeiros encaminhados à escola eventualmente são utilizados na sua totalidade e raramente os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário implantar e tornar permanentes práticas adequadas de planejamento e de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.	Os recursos financeiros encaminhados à escola são utilizados na sua totalidade e eventualmente os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário implantar e tornar permanentes práticas adequadas de planejamento e de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.	Os recursos financeiros encaminhados à escola são utilizados na sua totalidade e os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário implantar e tornar permanentes práticas de planejamento e de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.	Os recursos financeiros encaminhados à escola são utilizados na sua totalidade e os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas de planejamento e de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.	Os recursos financeiros encaminhados à escola são utilizados na sua totalidade e os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas de planejamento e de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.	Os recursos financeiros encaminhados à escola são utilizados na sua totalidade e os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário implantar e tornar permanentes práticas adequadas de planejamento e de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.
Cotidiano Escolar	Formação e Desenvolvimento	É necessário implantar e tornar permanentes práticas que assegurem a organização do cotidiano escolar no que tange às rotinas de limpeza, de segurança, de alimentação escolar, de registros nos diários de classe, de escolha dos materiais didáticos-pedagógicos, de conservação e manutenção do espaço físico e dos equipamentos, promovendo ações e campanhas objetivando a participação da comunidade interna e externa na preservação e na conservação da escola. É necessário aprimorar práticas de supervisão do cumprimento do calendário escolar.	É necessário implantar e tornar permanentes práticas que assegurem a organização do cotidiano escolar no que tange às rotinas de limpeza, de segurança, de registros nos diários de classe, de escolha dos materiais didáticos-pedagógicos, de conservação e manutenção do espaço físico e dos equipamentos, promovendo ações e campanhas objetivando a participação da comunidade interna e externa na preservação e na conservação da escola. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que assegurem as rotinas de alimentação escolar e; supervisionem o cumprimento do calendário escolar. Estão implantadas práticas de supervisão do cumprimento do calendário escolar.	É necessário implantar e tornar permanentes práticas que assegurem a organização do cotidiano escolar no que tange às rotinas de limpeza, de segurança, de registros nos diários de classe, de escolha dos materiais didáticos-pedagógicos, de conservação e manutenção do espaço físico e dos equipamentos, promovendo ações e campanhas objetivando a participação da comunidade interna e externa na preservação e na conservação da escola. Estão implantadas práticas que assegurem as rotinas de alimentação escolar e; supervisionam o cumprimento do calendário escolar.	É necessário implantar e tornar permanentes práticas que assegurem a organização do cotidiano escolar no que tange às rotinas de limpeza, de segurança, de registros nos diários de classe, de escolha dos materiais didáticos-pedagógicos, de conservação e manutenção do espaço físico e dos equipamentos. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que promovam ações e campanhas objetivando a participação da comunidade interna e externa na preservação e na conservação da escola.	Estão implantadas práticas que assegurem a organização do cotidiano escolar no que tange às rotinas de limpeza, de segurança, de alimentação escolar, de supervisão do cumprimento do calendário escolar, de registros nos diários de classe, de escolha dos materiais didáticos-pedagógicos, de conservação e manutenção do espaço físico e dos equipamentos e de promoção de ações e campanhas objetivando a participação da comunidade interna e externa na preservação e na conservação da escola.	Estão implantadas práticas que assegurem a organização do cotidiano escolar no que tange às rotinas de limpeza, de segurança, de alimentação escolar, de supervisão do cumprimento do calendário escolar, de registros nos diários de classe, de escolha dos materiais didáticos-pedagógicos, de conservação e manutenção do espaço físico e dos equipamentos e de promoção de ações e campanhas objetivando a participação da comunidade interna e externa na preservação e na conservação da escola.
	Gestão Financeira	Os recursos financeiros encaminhados à escola eventualmente são utilizados na sua totalidade e raramente os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário implantar e tornar permanentes práticas adequadas de planejamento e de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.	Os recursos financeiros encaminhados à escola são utilizados na sua totalidade e eventualmente os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário implantar e tornar permanentes práticas adequadas de planejamento e de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.	Os recursos financeiros encaminhados à escola são utilizados na sua totalidade e os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário implantar e tornar permanentes práticas de planejamento e de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.	Os recursos financeiros encaminhados à escola são utilizados na sua totalidade e os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas de planejamento e de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.	Os recursos financeiros encaminhados à escola são utilizados na sua totalidade e os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário implantar e tornar permanentes práticas adequadas de planejamento e de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.	Os recursos financeiros encaminhados à escola são utilizados na sua totalidade e os prazos de aplicação e de prestação de contas são seguidos corretamente. É necessário implantar e tornar permanentes práticas adequadas de planejamento e permanentes de prestação de contas dos recursos financeiros recebidos, com transparência e envolvimento das instâncias colegiadas e da comunidade escolar.

(Conclusão)

EIXO	Na atuação da Gestão Escolar Democrática, em cada nível, é mais provável identificar que:					
	NÍVEL 1 Abaixo de 140	NÍVEL 2 De 140 a 150	NÍVEL 3 De 150 a 170	NÍVEL 4 De 170 a 180	NÍVEL 5 De 180 a 220	NÍVEL 6 Maior ou igual a 220
Ambiente Escolar (linha organizacional)	É necessário implantar e tornar permanentes práticas de promoção de um ambiente escolar orientado pelos princípios do PPP e pela função social da escola que contemplem: a valorização do trabalho desenvolvido pelos professores; o compromisso e a preocupação da equipe escolar com os estudantes; a prática do bom relacionamento interpessoal entre todas as pessoas da escola; o atendimento cordial, ético e respeitoso; e o relacionamento cooperativo com a equipe de trabalho, estudantes, pais e demais segmentos da comunidade escolar.	É necessário implantar práticas permanentes de promoção de um ambiente escolar orientado pelos princípios do PPP e pela função social da escola que contemplem: a valorização do trabalho desenvolvido pelos professores; o compromisso e a preocupação da equipe escolar com os estudantes; a prática do bom relacionamento interpessoal entre todas as pessoas da escola; o relacionamento cooperativo com a equipe de trabalho, estudantes, pais e demais segmentos da comunidade escolar.	É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas de promoção de um ambiente escolar orientado pelos princípios do PPP e pela função social da escola que contemplem: a valorização do trabalho desenvolvido pelos professores; o compromisso e a preocupação da equipe escolar com os estudantes; a prática do bom relacionamento interpessoal entre todas as pessoas da escola; o atendimento cordial, ético e respeitoso; e o relacionamento cooperativo com a equipe de trabalho, estudantes, pais e demais segmentos da comunidade escolar.	Estão implantadas práticas de promoção de um ambiente escolar orientado pelos princípios do PPP e pela função social da escola que contemplem: a valorização do trabalho desenvolvido pelos professores; a prática do bom relacionamento interpessoal entre todas as pessoas da escola; e o atendimento cordial, ético e respeitoso.	Estão implantadas práticas adequadas de promoção de um ambiente escolar orientado pelos princípios do PPP e pela função social da escola que contemplem: a valorização do trabalho desenvolvido pelos professores; o compromisso e a preocupação da equipe escolar com os estudantes; a prática do bom relacionamento interpessoal entre todas as pessoas da escola; o atendimento cordial, ético e respeitoso; e o relacionamento cooperativo com a equipe de trabalho, estudantes, pais e demais segmentos da comunidade escolar.	Estão implantadas práticas adequadas e permanentes de promoção de um ambiente escolar orientado pelos princípios do PPP e pela função social da escola que contemplem: a valorização do trabalho desenvolvido pelos professores; o compromisso e a preocupação da equipe escolar com os estudantes; a prática do bom relacionamento interpessoal entre todas as pessoas da escola; o atendimento cordial, ético e respeitoso; e o relacionamento cooperativo com a equipe de trabalho, estudantes, pais e demais segmentos da comunidade escolar.
Patrimônio Escolar	É necessário implantar e tornar permanentes práticas que promovam o acompanhamento do registro escolar dos estudantes. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que assegurem a guarda dos documentos dos estudantes nos arquivos corrente e permanente, de forma organizada e conservada, e garantam a elaboração e a emissão dos documentos dos estudantes no prazo legal e de acordo com a legislação. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que assegurem a guarda e a emissão dos documentos dos professores e demais servidores da escola de forma organizada, atualizada e no prazo. É necessário implantar e tornar permanentes práticas de organização dos registros e dos arquivamentos das prestações de contas, das atas de reuniões, das atas de assembleias, das atas de eleições e demais documentos das instâncias colegiadas. É necessário implantar e tornar permanentes práticas que assegurem o arquivamento e a acessibilidade dos documentos de criação e funcionamento da unidade escolar de forma adequada.	É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que promovam o acompanhamento do registro escolar dos estudantes. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que assegurem a guarda dos documentos dos estudantes nos arquivos corrente e permanente, de forma organizada e conservada, e garantam a elaboração e a emissão dos documentos dos estudantes no prazo legal e de acordo com a legislação. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que assegurem a guarda e a emissão dos documentos dos professores e demais servidores das escolas de forma organizada, atualizada e no prazo. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas de organização dos registros e dos arquivamentos das prestações de contas, das atas de reuniões, das atas de assembleias, das atas de eleições e demais documentos das instâncias colegiadas. É necessário implantar e tornar permanentes práticas que assegurem o arquivamento e a acessibilidade dos documentos de criação e funcionamento da unidade escolar de forma adequada.	Estão implantadas práticas que: promovem o acompanhamento do registro escolar dos estudantes, asseguram a guarda dos documentos dos estudantes nos arquivos corrente e permanente, de forma organizada e conservada, e garantem a elaboração e a emissão dos documentos dos estudantes no prazo legal e de acordo com a legislação. Estão implantadas práticas que asseguram a guarda e a emissão dos documentos dos professores e demais servidores da escola de forma organizada, atualizada e no prazo. Estão implantadas boas práticas de organização dos registros e dos arquivamentos das prestações de contas, das atas de reuniões, das atas de assembleias, das atas de eleições e demais documentos das instâncias colegiadas. É necessário aprimorar e tornar permanentes práticas que assegurem o arquivamento e a acessibilidade dos documentos de criação e funcionamento da unidade escolar de forma adequada.	Estão implantadas práticas que: promovem o acompanhamento do registro escolar dos estudantes, asseguram a guarda dos documentos dos estudantes nos arquivos corrente e permanente, de forma organizada e conservada; garantem a elaboração e a emissão dos documentos dos estudantes no prazo legal e de acordo com a legislação. Estão implantadas práticas que asseguram a guarda e a emissão dos documentos dos professores e demais servidores da escola de forma organizada, atualizada e no prazo. Estão implantadas boas práticas de organização dos registros e dos arquivamentos das prestações de contas, das atas de reuniões, das atas de assembleias, das atas de eleições e demais documentos das instâncias colegiadas. Estão implantadas boas práticas que assegurem o arquivamento e a acessibilidade dos documentos de criação e funcionamento da unidade escolar de forma adequada.	Estão implantadas práticas adequadas que: promovem o acompanhamento do registro escolar dos estudantes; asseguram a guarda dos documentos dos estudantes nos arquivos corrente e permanente, de forma organizada e conservada; garantem a elaboração e a emissão dos documentos dos estudantes no prazo legal e de acordo com a legislação. Estão implantadas práticas adequadas que asseguram a guarda e a emissão dos documentos dos professores e demais servidores da escola de forma organizada, atualizada e no prazo. Estão implantadas ótimas práticas de organização dos registros e dos arquivamentos das prestações de contas, das atas de reuniões, das atas de assembleias, das atas de eleições e demais documentos das instâncias colegiadas. Estão implantadas ótimas práticas que assegurem o arquivamento e a acessibilidade dos documentos de criação e funcionamento da unidade escolar de forma adequada.	Estão implantadas práticas adequadas e permanentes que: promovem o acompanhamento do registro escolar dos estudantes; asseguram a guarda dos documentos dos estudantes nos arquivos corrente e permanente, de forma organizada e conservada; garantem a elaboração e a emissão dos documentos dos estudantes no prazo legal e de acordo com a legislação. Estão implantadas práticas adequadas e permanentes que asseguram a guarda e a emissão dos documentos dos professores e demais servidores da escola de forma organizada, atualizada e no prazo. Estão implantadas excelentes práticas de organização dos registros e dos arquivamentos das prestações de contas, das atas de reuniões, das atas de assembleias, das atas de eleições e demais documentos das instâncias colegiadas. Estão implantadas excelentes práticas que assegurem o arquivamento e a acessibilidade dos documentos de criação e funcionamento da unidade escolar de forma adequada.

Fonte: Autora(2018)

No Nível 1, prevalece a ausência de práticas de gestão escolar democrática, isto é, as escolas que se encontram neste nível necessitam implantar práticas adequadas de planejamento escolar, gestão democrática, currículo e práticas pedagógicas, diversidade, gestão de pessoas, formação e desenvolvimento, gestão financeira, cotidiano escolar, ambiente escolar (clima organizacional) e patrimônio escolar, com participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar.

No Nível 2, ainda há uma grande quantidade de práticas de gestão escolar democrática que não estão presentes no interior da escola, contudo, já é possível identificar a existência de algumas práticas que precisam de aprimoramento nos eixos de gestão democrática, currículo e práticas pedagógicas, diversidade, gestão de pessoas, gestão financeira, cotidiano escolar, ambiente escolar (clima organizacional) e patrimônio escolar. No tocante ao planejamento escolar e à formação e desenvolvimento, nenhuma das práticas de gestão escolar democrática está implantada na escola.

No Nível 3, prevalece a necessidade de aprimorar as práticas de gestão escolar democrática já implantadas, mas ainda há a inexistência de determinadas práticas de planejamento escolar, de currículo e práticas pedagógicas, de formação e desenvolvimento e de gestão financeira.

No Nível 4, a maioria das práticas de gestão escolar democrática já estão implantadas, todavia precisam de aprimoramento quanto à sua frequência ou a como são executadas, evidenciado em oito eixos (exceto nos eixos de gestão de pessoas e patrimônio escolar). No eixo de formação e desenvolvimento ainda é necessário implantar e tornar permanentes práticas que promovam os processos de formação continuada às instâncias colegiadas, com vistas ao êxito escolar.

No Nível 5, prevalece a presença de práticas adequadas de gestão escolar democrática, sendo necessário apenas o aprimoramento de práticas como: o planejamento escolar com todos os segmentos da comunidade escolar; a promoção do conselho de classe participativo com todos os segmentos da comunidade escolar; a divulgação dos resultados dos indicadores educacionais da escola, de forma transparente e em espaços acessíveis a toda a comunidade; a oportunização de horários e locais adequados para a preparação de aulas pelos professores, reunindo-os por área de atuação, com foco no PPP; e a promoção de processos de formação continuada às instâncias colegiadas, com vistas ao êxito escolar.

No Nível 6, prevalece a presença e a rotina bem estabelecida de práticas adequadas de gestão escolar democrática, incluindo aquelas de difícil execução, como a promoção do conselho de classe participativo com todos os segmentos da comunidade escolar e a promoção de

processos de formação continuada às instâncias colegiadas, com vistas ao êxito escolar.

4.3.4 Localização das escolas na escala de mensuração da efetivação da gestão escolar democrática

Após a calibração dos itens (seção 4.3.1), foram estimados os escores das 1.035 escolas estaduais referentes ao seu nível de efetivação da gestão escolar democrática (traço latente). Isoladamente, esses resultados pouco ou nada dizem a respeito do desempenho de cada escola. É necessário interpretá-los a partir da escala de medida (Quadro 17), uma vez que nela foram posicionados e interpretados os itens na mesma métrica do traço latente. Desse modo, ela apresenta o significado qualitativo do escore da escola, permitindo-a identificar as práticas de gestão escolar democrática que já desenvolve e aquelas que ainda precisa desenvolver, a partir dos diferentes níveis da escala.

Considerando que a TRI se mostrou eficiente para a construção da escala de efetivação da gestão escolar democrática, sugere-se que os resultados das escolas participantes sirvam como ferramentas de planejamento e gestão de políticas públicas voltadas à qualidade da educação básica, jamais como instrumentos de punição ou de ranqueamento. Por tal razão, este estudo apresentará somente os resultados gerais acerca dos escores das escolas, começando pela distribuição das 1.035 escolas participantes da avaliação, em números e percentuais, para cada um dos níveis na escala (Tabela 9).

Tabela 9 – Distribuição absoluta e relativa das escolas em cada um dos níveis da escala de efetivação da gestão escolar democrática

Nível	Número de escolas	Porcentagem de escolas
Nível 1	4	0,4%
Nível 2	4	0,4%
Nível 3	61	5,9%
Nível 4	80	7,7%
Nível 5	738	71,3%
Nível 6	148	14,3%
Total	1.035	100%

Fonte: Autora (2018)

Os escores das escolas variam de 126 a 255 pontos. Pela Tabela 9, pode-se observar que a maioria das escolas se encontra nos níveis mais altos da escala: 71,3% no Nível 5 e 14,3% no Nível 6, totalizando 85,6%.

Significa dizer que a maioria dos CDEs considera que sua escola já efetivou as práticas de gestão escolar democrática. Esse resultado corrobora com o apontado na seção 4.3 sobre as respostas se concentrarem nas categorias mais altas dos itens.

Há um grupo de 69 escolas (6,7%) que está nos níveis mais baixos da escala (Níveis 1, 2 e 3) e, portanto, não desenvolve de forma adequada a maioria das práticas necessárias à gestão democrática.

Por ser um processo novo e desconhecido e porque todo processo avaliativo é cercado de polêmica, faz-se necessário investigar que fatores levaram às escolas a se avaliarem nas categorias mais altas dos itens. Essa realidade realmente se confirma no cotidiano escolar? Ou houve algum fator que influenciou nesta avaliação (o socialmente aceitável; questões políticas; dificuldade de se autoavaliar, etc.)? Enfim, sugere-se uma investigação futura.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo construir uma escala para avaliar a efetivação da gestão escolar democrática nas escolas estaduais de Santa Catarina, considerando a relevância desse traço latente na promoção da educação básica com qualidade social (DOURADO *et al.*, 2016; BRASIL, 2010).

Para tanto, a revisão da literatura contribuiu no esclarecimento do conceito, das características, dos eixos e das competências da gestão escolar democrática, servindo de base para a construção do modelo conceitual utilizado pela Equipe da SAGE/SC para a elaboração do conjunto de itens relacionados com o traço latente.

Pela análise fatorial identificou-se a presença de um fator dominante na estrutura de dados para explicar as variações do traço latente, o que permitiu a aplicação do modelo unidimensional de resposta gradual de Samejima nas etapas de calibração dos itens e cálculo dos escores das escolas.

Na etapa de calibração avaliou-se a qualidade psicométrica dos 139 itens e detectou-se a necessidade de remover 33 do instrumento de avaliação. A Curva de Informação evidenciou que o instrumento apresenta maior informação na região até 224, aproximadamente, na escala (200, 20), o que significa dizer que é mais preciso para mensurar a efetivação da gestão escolar até esse ponto.

A partir dos critérios de posicionamento adotados, o conteúdo de 99 dos 106 itens calibrados foi considerado na interpretação qualitativa da escala. Com o auxílio de especialistas da área de conhecimento, definiram-se seis níveis de efetivação da gestão escolar democrática.

Em cada nível da escala é possível identificar o que, provavelmente, a escola já desenvolve para efetivar a gestão escolar democrática, bem como o que ainda precisa implantar ou aprimorar nos 10 eixos considerados nesta pesquisa.

Diante dessa vantagem proporcionada pela TRI, tal escala pode servir como ferramenta componente na avaliação institucional micro (escola) e macro (rede estadual), visto que permite identificar as fragilidades e potencialidades dessa área de atuação em seus 10 eixos, planejar/executar/avaliar a partir de prioridades estratégicas, assim como acompanhar o progresso ao longo do tempo.

Portanto, a partir dos resultados obtidos, pode-se afirmar que a TRI se mostrou uma metodologia adequada na construção de uma escala para avaliar a gestão escolar democrática (BORTOLOTTI *et al.*, 2012).

Tendo em conta que a gestão democrática é polissêmica e pode ser praticada de várias formas no ambiente escolar, este estudo estimula o desenvolvimento de outras pesquisas, dentre as quais, sugere-se:

- realizar o reaproveitamento dos itens eliminados com sua redefinição em termos de semântica e/ou conteúdo, principalmente, para as práticas que foram descobertas (E1P3, E2P8, E2P9, E5P3, E6P1, E6P6, E8P7 e E10P4).
- ampliar o banco de itens, seja para as práticas de gestão escolar democrática já identificadas neste estudo, seja para aquelas que possivelmente não foram contempladas. Considerando, inclusive, novos itens para as práticas que tiveram itens com agrupamento de categorias, visando obter mais informação.
- incluir itens que discriminem escolas de nível mais elevado daquelas de nível mediano ou baixo, com o objetivo de aumentar a informação no nível mais elevado da escala.
- aprofundar a investigação dos fatores quantitativos e qualitativos que explicam a exclusão dos itens respondidos pelas GEREDs.
- investigar que fatores intra e extraescolares explicam o nível de efetivação da gestão escolar democrática e em que medida.

Por fim, espera-se que os resultados exibidos contribuam para a ampliação das discussões sobre ferramentas de avaliação da gestão escolar democrática e inspirem projetos de aprimoramento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, N. M. C., COLUCI, M. Z. O. **Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas.** Ciência & Saúde Coletiva: 2011. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ref/vserIVn4/serIVn4a14.pdf>. Acesso em: 10 set. 2016.

ALMEIDA, V. L. **Avaliação do desempenho ambiental de estabelecimentos de saúde, por meio da Teoria da Resposta ao Item, como incremento da criação do conhecimento organizacional.** 2009. 189 f. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

ALVES, L. R. R.; BORNIA, A. C. Desenvolvimento de uma escala para medir o potencial empreendedor utilizando a Teoria da Resposta ao Item (TRI). **Gestão e Produção**, São Carlos, v. 18, n. 4, 2011.

ANDRADE, D. F. E TAVARES, H. R. E VALLE, R. C. **Teoria de Resposta ao Item: conceitos e aplicações.** ABE — Associação Brasileira de Estatística, 4º SINAPE, 2000.

ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. (Org.). **História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor.** Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2012.

ARAÚJO, Adilson César de. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes.** 2000. 220 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília (PPGE/Unb). Brasília, 2000.

ARAÚJO, E. A. C. DE; ANDRADE, D. F. DE; BORTOLOTTI, S. L. V. Teoria da Resposta ao Item. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 43, n. spe, p. 1000–1008, dez. 2009.

AZEVEDO, J. M. L.; MARQUES, L. R.; AGUIAR, M. A. da S. Apontamentos sobre a questão da qualidade do ensino e da gestão da educação. In: AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). **Qualidade social da educação básica.** Pernambuco: CCS Gráfica e Editora, 2016, p. 43-62.

BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura C. (Org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 2001. p. 11-32.

BEATON, A. E; ALLEN, N. L. **Interpreting scales through scale anchoring**. J. Educ. Stat, v. 17, p. 191–204, 1999.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 15 abr. 2016.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2001. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 20 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Conselho Escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília: UnB/CEAD, 2004a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Ministério da Educação n. 2.896, de 17 de setembro de 2004b**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, n. 180. Seção 2, p. 7.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Gestão da educação escolar**. Elaboração: Luiz Fernandes Dourado. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006. 88p. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=585-gestao-da-educacao-escolar&Itemid=30192 Acesso em: 12 out. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/livromiolov4.pdf>. Acesso em: 20 mar.2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Documento final da Conferência Nacional de Educação 2010**. Brasília: Secretaria Executiva Adjunta, 2010. Disponível em: http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pdf/documentos/documento_final.pdf. Acesso em: 02 jun. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para educação básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012**. Aprova diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília, Diário Oficial da União, 12 dez. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2014a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em: 24 abr. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Planejando a Próxima Década: Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino, 2014b. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_conhecendo_20_metas.pdf. Acesso em: 02 set. 2016.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 6ª ed. Brasiliense. São Paulo, 1994.

BORDIGNON, G.; GRACINDO, R.V. Gestão da educação: o município e a escola. In: FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A.S. (Org.). **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 147-176.

BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos Escolares: uma estratégia**

de gestão democrática da educação pública. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria da Educação Básica, 2004.

BORTOLOTTI, S. L. V. **Resistência à mudança organizacional:** medida de avaliação por meio da teoria da resposta ao item. 2010. 291 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

BORTOLOTTI, S. L. V. *et al.* Avaliação do nível de satisfação de alunos de uma instituição de ensino superior: uma aplicação da teoria da resposta ao item. **Gestão & Produção**, v. 19, n. 2, p. 287–302, 2012.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CLARK, J. U.; NASCIMENTO, M. N. M.; SILVA, R. A. A administração escolar no período do governo militar. In: ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. (Org.). **História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2012. p. 147-172.

COUTO, Gleiber; PRIMI, Ricardo. **Teoria de resposta ao item (TRI):** Conceitos elementares dos modelos para itens dicotômicos. Bol. psicol [online], vol.61, n.134, p. 1-15, 2011.

CONSELHO NACIONAL DE SECRETÁRIOS DA EDUCAÇÃO (CONSED). **Prêmio Gestão Escolar 2013:** manual de orientação para a inscrição. 2013. Disponível em: http://servicos.educacao.rs.gov.br/dados/pge_manual.pdf. Acesso em: 04 de jan. 2018.

CRUZ, Soraya Regina de Hungria. **Maturidade de processos e ações escolares: referencial de qualidade educacional**. 2017. 140 p. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2017.

CUNHA, E. O.; CUNHA, M. C. **A gestão escolar e sua relação com o desempenho da escola:** Um estudo em duas escolas em Salvador, Bahia: Brasil. In: CONGRESSO IBERO-BRASILEIRO DE POLÍTICA

E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3, 2012. Anais ... Zaragoza: UZ/Anpae, 2012, p. 15-25.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Apolítica e Administração da Educação** (RBPAAE). Porto Alegre: ANPAE, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007.

DALBEN, Adilson. **Avaliação institucional participativa na educação básica**: possibilidades, limitações e potencialidades. 2008. 261 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2008.

DALBERIO, Maria Célia Borges. Neoliberalismo, políticas educacionais e a gestão democrática na escola pública de qualidade. São Paulo: Paulus, 2009.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação**: Políticas Educacionais e Reformas da Educação Superior. São Paulo: Cortez, 2003.

DOURADO, L. F. *et al.* Qualidade da educação socialmente referenciada na construção do sistema nacional de educação. *In*: AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). **Qualidade social da educação básica**. Pernambuco: CCS Gráfica e Editora, 2016, p. 99-146.

DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. **A qualidade da educação: perspectivas e desafios**. Cadernos CEDES. Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio-ago. 2009.

DOURADO, L.F. *et al.* **Gestão escolar democrática**: a perspectiva dos dirigentes escolares na rede municipal de ensino de Goiânia-GO. Goiânia: Alternativa, 2003.

DOURADO, L. F.; DUARTE, M. R. T. **Progestão**: como promover, articular e envolver a ação das pessoas no processo de gestão escolar?. Brasília: Consed, 2001. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/plano-de-gestao-escolar-409/processo-2016/progestao-modulos-atividades>. Acesso em: 25 jun. 2017.

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 28, p. 921-946, 2007.

DRABACH, N.P., MOUSQUER, M.E.L. **Dos Primeiros Escritos sobre Administração Escolar no Brasil aos Escritos sobre Gestão Escolar**: mudanças e continuidades. Currículo sem Fronteiras, v. 9, n. 2, p. 258-285, jul/dez. 2009. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss2articles/drabach-mousquer.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

EMBRETSON, S.E.; REISE, S.P. **Item response theory for psychologists**. Mahwah, New Jersey, London: Lawrence Erlbaum Associates, 2000.

ESTEVES, V. V.; PEREIRA, W. C.; SIANO, L. M. F. **Uma competência emergente na gestão escolar: a animação cultural**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2005, vol.13, n.47, p.169-180.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Gestão democrática da educação**: da base legal à prática na escola. 1. ed. Florianópolis: FIESC, 2017.

FERREIRA, N.S.C. **Repensando e ressignificando a gestão democrática da educação na cultura globalizada**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 15, n. 89, p. 1227-1249, set./dez. 2004.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Olho D'água, 1997.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. **Educação básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do mercado**. Educ. Soc. [online]. 2003, v. 24, n. 82, p. 93-130.

GADOTTI, Moacir. **Qualidade na educação**: uma nova abordagem. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2010.

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática com Participação Popular**: Planejamento e Organização da Educação Nacional. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012, v. 6.

GERHARDT, T. E., SILVEIRA, D. T. (Orgs.) **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Tradução: Sandra Regina Netz. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, CDU 371.11(81), 2007.

GOMES, **Criação de uma escala para avaliar a percepção dos funcionários de hospitais universitários no Brasil quanto ao ambiente organizacional**. 2014. 127 p. Programa de Pós-Graduação em Métodos e Gestão em Avaliação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GOROSTIAGA, J.M. La Democratización de la Gestión Escolar en la Argentina: Una Comparación de Políticas Provinciales. In: **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**. v. 15, n. 2, jan. 2007. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275020546002>>. Acesso em: 02 set. 2016.

HAIR, J. F. *et al.* **Análise multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HAMBLETON, R. K.; SWAMINATHAN, H. **Item response theory: principles and applications**. Boston: Kluwer-Nijhoff Publishing, 1985.

HARVEY, R. J.; HAMMER, A. L. Item Response Theory. **Counseling Psychologist**, v. 27, n. 3, p. 353–383, 1999.

LEITE, M.C.L. *et al.* **Gestión escolar democrática: Una construcción contextualizada en escuelas municipales de la ciudad de Pelotas, RS, Brasil**. In: Revista Mexicana de Investigación Educativa. v. 17, n. 52, p. 89-113, 2012. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/140/14023076005/>>. Acesso em: 02 set. 2016.

- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática**. 5. ed. Goiânia, Alternativa, 2004.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.
- LIMA, L. **Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governança democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2000.
- LÜCK, Heloísa. **Gestão escolar e formação de gestores**. Em Aberto. Brasília. v.17, n.72, p.1195, fev./jun., 2000.
- LÜCK, Heloísa. **Gestão educacional: uma questão paradigmática**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LÜCK, Heloísa. **Dimensões de Gestão Escolar e suas Competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- LÜCK, Heloísa. **A gestão participativa na escola**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2011a.
- LÜCK, Heloísa. **Concepção e processos democráticos de gestão educacional**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011b.
- LÜCK, Heloísa. **Perspectivas da Avaliação Institucional da Escola**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- LÜCK, Heloísa. **Avaliação e monitoramento do trabalho educacional**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MAFRA, P. M. R. **Proposta de uma sistemática para a modelagem de risco de crédito sob a perspectiva da teoria da criação do conhecimento: uma abordagem da teoria da resposta ao item**. 2010. Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- MARÇAL, J. C.; SOUZA, J. V. **Progestão: como promover a construção coletiva do projeto pedagógico da escola?**/Modulo III.
- MACHADO, M. A. M. (Coord). Brasília: Consed – Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, L.R. **A Formação de uma Cultura Democrática na Gestão da Escola Pública: Analisando o Discurso dos Conselheiros Escolares**. Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 121, p. 1175-1194, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 set. 2016.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução digital**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira**. 2000. 323 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

MENEGON, Lisandra da Silva. **Mensuração de conforto e desconforto em poltrona de aeronave pela Teoria da Resposta ao Item**. 2013. 343f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

MENEGON, L. S. *et al.* **Design and validation of an aircraft seat comfort scale using item response theory**. Applied Ergonomics, v. 62, p. 216-226, jul. 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINTO, L.W. A administração escolar no contexto da Nova República e do Neoliberalismo. In: ANDREOTTI, A. L.; LOMBARDI, J. C.; MINTO, L. W. (Org.). **História da Administração Escolar no Brasil: do diretor ao gestor**. Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2012. p. 173-200.

MOREIRA JUNIOR, F. J. Aplicações da Teoria da Resposta ao Item (TRI) no Brasil. **Revista Brasileira de Biometria**, São Paulo, v. 28, n. 4, p. 137-170, out./dez. 2010.

MOREIRA JUNIOR, F. J. A utilização da teoria da resposta ao item como ferramenta para a construção de escalas na área de gestão. **RGO: Revista Gestão Organizacional**, v. 6, n. 3, Ed. Especial, p. 143-159, 2013.

NASCIMENTO, Leila Procópio do. “**Novas formas**” de gestão da **escola pública**: implicações sobre o processo de democratização da gestão. 2015. 455 p. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2015.

NETO, A.C., CASTRO, A.M.D.A. **Gestão Escolar em Instituições de Ensino Médio**: Entre a Gestão Democrática e a Gerencial. Educ. Soc., Campinas, v. 32, n. 116, p. 745-770, jul.-set. 2011. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 set. 2016.

ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Avaliações de Políticas Nacionais de Educação**: Estado de Santa Catarina, Brasil. Paris (FR): OCDE, 2010. Disponível em: <<http://www.oecd.org/education/school/avaliaoesdepolicasnacionaisdeeducacaoestadodesantacatarinabrasil.htm> >. Acesso em: 26 jan. 2018.

OLIVEIRA, J. F., MORAES, K. N., DOURADO, L. F. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. Escola de Gestores: Política e Gestão em Educação. 2001?. Disponível em: <http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2017.

ORLANDO FILHO, O.; SA, V. I. M. **Avaliação externa da gestão escolar do Programa Nova Escola do Estado do Rio de Janeiro: um estudo reflexivo sobre o seu primeiro ciclo de realização (2000–2003), passados quinze anos de sua implementação**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.24, n. 91, p. 275-307, abr./jun. 2016.

PARO, V. H. Gestão da Escola Pública: a Participação da Comunidade. R. bras. Est. pedag., Brasília. v. 73, n. 1 74, p.255-290, maio/ago. 1992. Disponível em: <http://escoladegestores.virtual.ufc.br/PDF/leitura3_sala7.pdf>. Acesso em: 02 set. 2016.

PARO, V. H. **A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v36n3/v36n3a08.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública.** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

PASQUALI, L. (Org.) **Teorias e métodos de medida em Ciências do comportamento.** Brasília: UnB/INEP, 1996.

PASQUALI, L. **Princípios de elaboração de escalas psicológicas.** Revista de psiquiatria clínica, v. 25, n. 5, p. 206-213, 1998.

PASQUALI, L. **Instrumentos Psicológicos: Manual prático de elaboração.** Brasília: LabPAM/IBAPP, 1999.

PASQUALI, L. **Psicometria.** Rev. Esc. Enferm USP, v. 43, p. 992-999, set. 2009.

PASQUALI, L. **Psicometria: Teoria dos testes na Psicologia e na Educação.** 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PASSADOR, C.S., SALVETTI, T.S. **Gestão Escolar Democrática e Estudos Organizacionais Críticos: Convergências Teóricas.** Educ. Soc., Campinas, v. 34, n. 123, p. 477-492, abr./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 02 set. 2016.

PEREIRA, S.M. **Impasses e perspectivas para a democratização da gestão escolar** - Os especialistas técnicos em questão. Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 244-268, Jan/Abr 2012. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/pereira.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2016.

PRÊMIO GESTÃO ESCOLAR. Conselho Nacional de Secretários da Educação. Disponível em: <<http://www.premiogestaoescolar.com.br/dimensoes>>. Acesso em: 01 de jan. 2018.

RABELO, M. **Avaliação Educacional: fundamentos, metodologia e aplicações no contexto brasileiro.** Rio de Janeiro: SBM - Sociedade Brasileira de Matemática, 2013.

RECKASE, M. D. Unifactor latent trait models applied to multifactor tests: results and implications. **J. Educ. Stat.**, v. 4, p. 207-230, 1979.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky - Uma Perspectiva Histórico-Cultural da Educação.** Petrópolis: Vozes, 2012.

REYNOLDS, David; TEDDLIE, Charles. “Os processos da eficácia escolar”. In: Brooke, Nigel & Soares, Francisco (Orgs.). Pesquisa em eficácia escolar. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

SAMEJIMA, F. Estimation of latent ability using a response pattern of graded scores. **Psychometrika Monograph Supplement.** n. 17, 1969.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Decreto nº 1.794, de 15 de outubro de 2013.** Dispõe sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino, em todos os níveis e modalidades. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, n. 19.683, p. 4-5, 16 out. 2013.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica.** Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação, 2014.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Lei nº 16.795, de 16 de dezembro de 2015.** Dispõe sobre a transformação das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional em Agências de Desenvolvimento Regional, extingue cargos e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, n. 20.207, p. 3-4, 17 dez. 2015.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Gestão escolar: orientações para o gestor escolar.** Florianópolis: SED/DIGR, 2016a.

SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. **Decreto nº 856, de 6 de setembro de 2016b.** Aprova o

Regimento Interno das Agências de Desenvolvimento Regional, dos Conselhos de Desenvolvimento Regional, dos Colegiados Regionais de Governo e estabelece outras providências. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, n. 20.378, p. 1-2, 08 set. 2016.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 1.384, de 22 de maio de 2017a.** Institui a Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar de Santa Catarina para as escolas da Rede Pública Estadual de Ensino e estabelece os procedimentos para sua realização no ano de 2017. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, n. 20.539, p. 2, 24 mai. 2017.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Guia de aplicação da SAGE/SC.** 2017b. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/documentos/plano-de-gestao-escolar-409/sage-2017>>. Acesso em: 10 de jul. 2018.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 1.385, de 22 de maio de 2017c.** Regulamenta as atribuições e a composição da Comissão Estadual de Avaliação da Gestão Escolar, da Comissão Regional de Gestão Escolar e da Comissão Escolar de Avaliação da Gestão Escolar. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, n. 20.539, p. 2-3, 24 mai. 2017.

SANTA CATARINA, Secretaria de Estado da Educação. **Portaria nº 2.087, de 18 de julho de 2017d.** Designar Comissão Estadual de Coordenação da Sistemática de Avaliação da Gestão Escolar com a finalidade de estabelecer as diretrizes e coordenar o processo de Avaliação da Gestão Escolar. Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, n. 20.578, p. 18, 20 jul. 2017.

SARTES, L. M. A; SOUZA-FORMIGONI, M. L. O. Avanços na Psicometria: Da Teoria Clássica dos Testes à Teoria de Resposta ao Item. *Psicol. Reflex. Crit.* [online]. vol.26, n. 2, p.241-250, 2013.

SCHMITT, Jeovani. **Construção de uma escala de propensão à evasão estudantil em cursos de graduação.** 2018. 174 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SILVA, Maria Abádia. Do projeto político do Banco Mundial ao Projeto Político Pedagógico. *In: Cadernos Cedes: arte & manhas dos projetos políticos e pedagógicos*. Campinas: Unicamp. v. 23, n. 61, dez. 2003.

SHIROMA, E. *et al. Política Educacional*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SOARES, J. F.; ALVES, M. T. A. **Escolha de escolas para estudo do efeito da gestão escolar no desempenho dos alunos de Ensino Fundamental**. Mimeo. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2010.

SORDI, M. R. L.; BERTAGNA, R. H.; SILVA, M. M. **A avaliação institucional participativa e os espaços políticos de participação construídos, reinventados, conquistados na escola**. Cad. Cedes, Campinas, v. 36, n. 99, p. 175-192, maio/ago., 2016.

SOUZA, A. R. As relações entre os resultados da avaliação e os modelos de gestão escolar. **Intermeio**. v. 13, n. 25, p. 64-81, 2007.

SOUZA, A. R.; TAVARES, T. M. Gestão democrática da escola e da educação: da teoria à prática. *In: AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). Qualidade social da educação básica*. Pernambuco: CCS Gráfica e Editora, 2016, p. 63-86.

TEZZA, Rafael. **Proposta de um construto para medir usabilidade em sites de e-commerce utilizando a Teoria da Resposta ao Item**. 2009. 139 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

TEZZA, R. **Modelagem multidimensional para mensurar Qualidade em website de e-commerce utilizando a Teoria da resposta ao item**. 2012. 182 p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

TOIT, M. **IRT from SSI: BILOG-MG, MULTILOG, PARSCALE, TESTFACT.** Chicago: Scientific Software, Inc., 2003.

URBINA, S. **Fundamentos da testagem psicológica.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

VAN DER LINDEN, W. J.; HAMBLETON, R. K. **Hand book of modern item response theory.** New York: Springer-Verlag, 1997.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Avaliação educacional e o avaliador.** São Paulo: IBRASA, 2000.

VIANNA, Heraldo Marelim. **Fundamentos de um programa de avaliação educacional.** Brasília : Liber Livro Editora, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisando conceitos simples.** In: RBPAAE – v. 23, n. 1, p. 53-69, jan/abr., 2007.

VEIGA, I. P. A. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. In: VEIGA, I. P. A (Org.). **Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.** 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

VEIGA, I. P. A. Perspectiva para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Orgs.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico.** 13. ed. Campinas, SP: Papirus, 2008. p. 9-32.

WEBER, Silke. Qualidade da educação: um debate que se atualiza. In: AZEVEDO, J. M. L.; AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). **Qualidade social da educação básica.** Pernambuco: CCS Gráfica e Editora, 2016, p. 15-42.

WITTMANN, Lauro Carlos; KLIPPEL, Sandra Regina. **A prática da gestão democrática no ambiente escolar.** Curitiba: InterSaberes, 2012.

APÊNDICE A
CARGAS FATORIAIS E COMUNALIDADES DOS ITENS PARA
MODELOS DE 1 E 2 FATORES - FIFA

Item	1 FATOR		2 FATORES		
	F1	Comunalidade	F1	F2	Comunalidade
1	0,75	0,56	-0,75	-0,07	0,56
2	0,76	0,58	-0,76	-0,01	0,57
3	0,79	0,63	-0,79	-0,02	0,63
4	0,62	0,38	-0,61	0,00	0,38
5	0,61	0,37	-0,61	-0,06	0,36
6	0,39	0,16	-0,39	0,00	0,15
7	0,44	0,20	-0,45	-0,12	0,20
8	0,63	0,39	-0,63	-0,20	0,40
9	0,44	0,19	-0,43	0,01	0,19
10	0,54	0,29	-0,52	0,25	0,37
11	0,55	0,30	-0,53	0,21	0,36
12	0,58	0,34	-0,56	0,24	0,41
13	0,64	0,41	-0,62	0,30	0,52
14	0,62	0,39	-0,61	0,23	0,46
15	0,44	0,20	-0,43	0,15	0,23
16	0,38	0,14	-0,38	-0,06	0,14
17	0,78	0,60	-0,78	-0,04	0,60
18	0,73	0,53	-0,73	-0,02	0,53
19	0,82	0,67	-0,82	0,02	0,67
20	0,84	0,70	-0,84	0,00	0,70
21	0,59	0,34	-0,58	0,10	0,36
22	0,44	0,20	-0,44	0,02	0,20
23	0,41	0,17	-0,41	-0,01	0,17
24	0,48	0,24	-0,48	-0,02	0,23
25	0,77	0,59	-0,77	-0,04	0,58
26	0,77	0,60	-0,77	0,02	0,59
27	0,62	0,38	-0,62	-0,04	0,38
28	0,67	0,45	-0,67	-0,05	0,44
29	0,69	0,48	-0,69	-0,02	0,47
30	0,66	0,44	-0,66	-0,01	0,43
31	0,69	0,48	-0,69	-0,02	0,47
32	0,71	0,51	-0,71	-0,01	0,50
33	0,78	0,60	-0,78	-0,04	0,60
34	0,74	0,55	-0,74	-0,05	0,55
35	0,64	0,41	-0,63	-0,02	0,40
36	0,65	0,42	-0,65	-0,03	0,42
37	0,61	0,37	-0,60	0,00	0,37
38	0,68	0,47	-0,69	-0,12	0,47

Item	1 FATOR		2 FATORES		
	F1	Comunalidade	F1	F2	Comunalidade
39	0,71	0,50	-0,71	-0,11	0,50
40	0,75	0,56	-0,75	-0,11	0,56
41	0,73	0,53	-0,73	-0,12	0,53
42	0,73	0,54	-0,74	-0,09	0,54
43	0,59	0,35	-0,59	-0,09	0,35
44	0,65	0,42	-0,65	-0,15	0,42
45	0,69	0,47	-0,68	0,02	0,47
46	0,44	0,20	-0,44	-0,02	0,19
47	0,63	0,40	-0,63	-0,10	0,40
48	0,69	0,48	-0,69	-0,05	0,47
49	0,64	0,41	-0,64	-0,07	0,40
50	0,32	0,10	-0,31	0,13	0,12
51	0,07	0,01	-0,09	-0,16	0,03
52	0,30	0,09	-0,29	0,06	0,09
53	0,37	0,14	-0,36	0,20	0,19
54	0,22	0,05	-0,21	0,13	0,07
55	0,22	0,05	-0,22	0,01	0,05
56	0,24	0,06	-0,23	0,10	0,07
57	0,64	0,41	-0,63	0,19	0,46
58	0,65	0,42	-0,65	0,00	0,42
59	0,54	0,29	-0,54	-0,07	0,29
60	0,51	0,26	-0,50	0,10	0,27
61	0,62	0,38	-0,61	0,07	0,38
62	0,58	0,34	-0,57	0,08	0,34
63	0,58	0,34	-0,57	0,06	0,34
64	0,66	0,44	-0,66	-0,02	0,43
65	0,53	0,28	-0,52	0,03	0,28
66	0,64	0,41	-0,64	0,00	0,41
67	0,82	0,67	-0,82	0,00	0,67
68	0,66	0,44	-0,66	0,02	0,44
69	0,81	0,66	-0,81	0,03	0,66
70	0,81	0,66	-0,81	0,05	0,66
71	0,80	0,65	-0,80	0,04	0,65
72	0,74	0,55	-0,74	-0,04	0,54
73	0,83	0,69	-0,83	0,03	0,69
74	0,52	0,27	-0,52	0,00	0,27
75	0,38	0,14	-0,38	0,00	0,14
76	0,43	0,19	-0,43	0,10	0,20
77	0,54	0,30	-0,54	-0,02	0,29
78	0,41	0,17	-0,40	0,08	0,17
79	0,49	0,24	-0,49	-0,02	0,23

Item	1 FATOR		2 FATORES		
	F1	Comunalidade	F1	F2	Comunalidade
80	0,75	0,56	-0,74	-0,02	0,55
81	0,77	0,60	-0,77	-0,03	0,59
82	0,71	0,50	-0,71	-0,06	0,49
83	0,75	0,57	-0,75	-0,04	0,56
84	0,72	0,52	-0,72	-0,02	0,51
85	0,70	0,49	-0,70	0,02	0,49
86	0,74	0,55	-0,74	0,00	0,55
87	0,76	0,58	-0,76	-0,03	0,57
88	0,78	0,60	-0,77	-0,01	0,60
89	0,80	0,65	-0,80	-0,04	0,64
90	0,84	0,71	-0,84	-0,04	0,70
91	0,83	0,69	-0,83	-0,09	0,68
92	0,78	0,60	-0,78	-0,01	0,60
93	0,76	0,58	-0,76	0,00	0,58
94	0,71	0,51	-0,71	0,05	0,51
95	0,69	0,48	-0,69	-0,09	0,47
96	0,78	0,60	-0,78	-0,05	0,60
97	0,83	0,69	-0,83	-0,13	0,69
98	0,81	0,66	-0,82	-0,15	0,66
99	0,77	0,60	-0,77	-0,11	0,59
100	0,77	0,60	-0,78	-0,10	0,59
101	0,81	0,66	-0,81	-0,04	0,65
102	0,81	0,66	-0,82	-0,08	0,65
103	0,78	0,61	-0,78	-0,09	0,61
104	0,82	0,67	-0,82	-0,11	0,67
105	0,68	0,46	-0,68	-0,03	0,46
106	0,58	0,34	-0,58	0,13	0,37
107	0,52	0,27	-0,51	0,14	0,30
108	0,52	0,27	-0,51	0,08	0,28
109	0,59	0,34	-0,58	0,12	0,37
110	0,55	0,30	-0,53	0,25	0,38
111	0,49	0,24	-0,48	0,12	0,26
112	0,66	0,44	-0,66	0,02	0,44
113	0,71	0,50	-0,70	0,08	0,51
114	0,57	0,32	-0,55	0,21	0,38
115	0,49	0,24	-0,47	0,24	0,30
116	0,58	0,34	-0,58	0,02	0,34
117	0,67	0,46	-0,67	0,14	0,49
118	0,72	0,51	-0,71	0,03	0,51
119	0,60	0,36	-0,60	-0,03	0,36
120	0,06	0,00	0,03	0,95	0,89

Item	1 FATOR		2 FATORES		
	F1	Comunalidade	F1	F2	Comunalidade
121	0,03	0,00	0,05	0,93	0,85
122	-0,05	0,00	0,14	0,84	0,69
123	-0,01	0,00	0,10	0,90	0,80
124	-0,03	0,00	0,10	0,69	0,47
125	-0,05	0,00	0,12	0,68	0,45
126	0,08	0,01	0,00	0,66	0,44
127	-0,16	0,03	0,22	0,59	0,36
128	-0,04	0,00	0,08	0,33	0,11
129	0,00	0,00	0,08	0,80	0,62
130	0,06	0,00	-0,01	0,48	0,23
131	-0,09	0,01	0,12	0,22	0,06
132	0,00	0,00	0,04	0,42	0,17
133	0,18	0,03	-0,15	0,35	0,16
134	-0,02	0,00	0,10	0,93	0,85
135	-0,03	0,00	0,11	0,90	0,79
136	0,03	0,00	0,07	0,89	0,78
137	0,00	0,00	0,07	0,77	0,58
138	-0,05	0,00	0,12	0,70	0,49
139	0,04	0,00	-0,05	0,00	0,00

Fonte: Autora (2018)

APÊNDICE B

ITENS DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO POR QUANTIDADE E DESCRIÇÃO DE CATEGORIAS DE RESPOSTA

Item	Quantidade de Categorias Resposta	Descrição das Categorias de Resposta
I1	6	1 - Desconhecemos como ocorre a revisão do Projeto Político-Pedagógico.
		2 - Não ocorre a revisão do Projeto Político-Pedagógico.
		3 - O Projeto Político-Pedagógico é revisado sem discussão com a comunidade escolar e sem considerar o monitoramento contínuo e a avaliação de sua execução.
		4 - O Projeto Político-Pedagógico é revisado sem a participação da comunidade escolar, mas considerando o monitoramento contínuo e a avaliação na sua execução.
		5 - O Projeto Político-Pedagógico é revisado com a participação da comunidade escolar, mas sem considerar o monitoramento contínuo e a avaliação de sua execução.
		6 - O Projeto Político-Pedagógico é revisado com a participação da comunidade escolar e considerando o monitoramento contínuo e a avaliação na sua execução.
I2	6	1 - Desconhecemos como ocorre a revisão do Plano de Gestão Escolar.
		2 - Não ocorre a revisão do Plano de Gestão Escolar.
		3 - O Plano de Gestão Escolar é revisado sem discussão com a comunidade escolar e sem considerar o monitoramento contínuo e a avaliação de sua execução.
		4 - O Plano de Gestão Escolar é revisado sem a participação da comunidade escolar, mas considerando o monitoramento contínuo e a avaliação na sua execução.
		5 - O Plano de Gestão Escolar é revisado com a participação da comunidade escolar, mas sem considerar o monitoramento contínuo e a avaliação de sua execução.
		6 - O Plano de Gestão Escolar é revisado com a participação da comunidade escolar e considerando o monitoramento contínuo e a avaliação na sua execução.

Item	Quantidade de Categorias Resposta	Descrição das Categorias de Resposta
I33	6	1 - A equipe gestora não promove o desenvolvimento de projetos pedagógicos.
		2 - A equipe gestora promove o desenvolvimento de projetos pedagógicos, mas não cria condições para sua aplicação.
		3 - A equipe gestora promove o desenvolvimento de projetos pedagógicos e cria condições para sua aplicação.
		4 - A equipe gestora promove o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos, avalia-os sistematicamente junto à comunidade, porém não se verifica o êxito na aprendizagem dos estudantes.
		5 - A equipe gestora promove o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos, avalia-os sistematicamente junto à comunidade, verificando o êxito na aprendizagem dos estudantes.
		6 - A equipe gestora promove o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos considerando problemáticas identificadas no cotidiano da escola, avalia-os sistematicamente junto à comunidade, verificando o êxito na aprendizagem dos estudantes.
I3, I17, I18, I19, I20, I21, I22, I23, I24, I25, I34, I35, I36, I38, I39, I40, I41, I42, I43, I44, I46, I47, I48, I49, I61, I62, I63, I64, I65, I66, I68, I69, I70, I71, I72, I73, I80, I81, I82, I83, I84, I85, I86, I87, I88, I89, I90, I91, I92, I93, I94, I95, I96, I97, I98, I99, I100, I101, I102, I103, I105, I112, I113, I120, I121, I122, I123, I124,	5	1 - Nunca.
		2 - Raramente.
		3 - Algumas vezes.
		4 - Frequentemente.
		5 - Sempre.

Item	Quantidade de Categorias Resposta	Descrição das Categorias de Resposta
I125, I129, I134, I135, I136, I137, I138, I139		
I37	5	<p>1 - Não oportuniza locais e horários aos professores para a preparação de aulas, mesmo possuindo local.</p> <p>2 - Oportuniza local adequado aos professores para a preparação de aulas, mas não organiza os horários.</p> <p>3 - Oportuniza local adequado e os horários são organizados para possibilitar a preparação das aulas.</p> <p>4 - Oportuniza local adequado e os horários são organizados para possibilitar a preparação das aulas, com foco no Projeto Político-Pedagógico.</p> <p>5 - Oportuniza local adequado, os horários são organizados para possibilitar a preparação das aulas, reunindo os professores por área de atuação, com foco no Projeto Político-Pedagógico.</p>
I128	5	<p>1 - Não há divulgação de cursos por parte da equipe gestora.</p> <p>2 - Não há divulgação de cursos por parte da equipe gestora, que cria obstáculos quando os profissionais da escola acessam a informação por outros mecanismos.</p> <p>3 - Não há divulgação de cursos por parte da equipe gestora, mas facilita a participação dos profissionais da escola quando acessam a informação por outros mecanismos.</p> <p>4 - Há divulgação de cursos por parte da equipe gestora, mas não facilita a participação dos profissionais interessados da escola.</p> <p>5 - Há divulgação de cursos por parte da equipe gestora, que facilita a participação dos profissionais interessados da escola.</p>
I26, I118, I119	5	<p>1 - Ruim.</p> <p>2 - Razoável.</p> <p>3 - Boa.</p>

Item	Quantidade de Categorias Resposta	Descrição das Categorias de Resposta
		4 - Ótima.
		5 - Excelente.
I104	5	1 - Nunca promove.
		2 - Raramente promove.
		3 - Algumas vezes promove.
		4 - Frequentemente promove.
		5 - Sempre promove.
I4	4	1 - Não há avaliação institucional interna.
		2 - Há avaliação institucional interna sem a participação dos segmentos da comunidade escolar.
		3 - Há avaliação institucional interna com a participação de parte dos segmentos da comunidade escolar.
		4 - Há avaliação institucional interna com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.
I27	4	1 - Não costuma divulgar as atividades da escola.
		2 - Divulga as atividades escolares somente na escola e não possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação.
		3 - Divulga as atividades escolares somente na escola e possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação.
		4 - Divulga as atividades escolares na escola e em outros espaços acessíveis, possibilitando que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação.
I28	4	1 - Não costuma divulgar os indicadores educacionais da escola.
		2 - Divulga os indicadores educacionais somente na escola e não possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação.
		3 - Divulga os indicadores educacionais somente na escola e possibilita que toda a

Item	Quantidade de Categorias Resposta	Descrição das Categorias de Resposta
		<p>comunidade escolar tenha acesso à informação.</p> <p>4 - Divulga os indicadores educacionais escolares na escola e em outros espaços acessíveis, possibilitando que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação.</p>
I32	4	<p>1 - Não há orientação e nem acompanhamento das práticas docentes na elaboração e cumprimento do planejamento.</p> <p>2 - A equipe gestora não orienta o planejamento, mas acompanha a prática docente no decorrer do ano letivo.</p> <p>3 - A equipe gestora orienta o planejamento, porém não há acompanhamento das práticas docentes no decorrer do ano letivo.</p> <p>4 - A equipe gestora orienta o planejamento e acompanha as práticas docentes no decorrer do ano letivo, conforme o que foi pactuado no Projeto Político-Pedagógico.</p>
I45	4	<p>1 - Não promove.</p> <p>2 - Houve tentativas de promoção, mas sem resultados efetivos.</p> <p>3 - Promove ações, mas com resultados pouco significativos.</p> <p>4 - Promove ações que produzem resultados significativos.</p>
I58	4	<p>1 - Não são efetuados registros de frequência e faltas dos servidores.</p> <p>2 - Há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença, porém suas faltas não são registradas.</p> <p>3 - Há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença e as faltas são registradas pelo diretor.</p> <p>4 - Há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença. As faltas são registradas pelo diretor, incluídas no Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SISGESC) e encaminhadas à Regional de Educação, mensalmente, por meio de Relatório de Ocorrência de Faltas.</p>

Item	Quantidade de Categorias Resposta	Descrição das Categorias de Resposta
I60	4	1 - No descumprimento das normas, não é realizado nenhum procedimento.
		2 - No descumprimento das normas, o diretor, durante reunião, chama a atenção de todos os servidores enfatizando a ocorrência, sem nomear o servidor e sem realizar registros.
		3 - No descumprimento das normas, o diretor orienta individualmente, mas não registra.
		4 - No descumprimento das normas, o diretor orienta individualmente e realiza o registro.
I67	4	1 - A comunidade escolar desconhece as normas e regulamentos escolares contidas no PPP da escola.
		2 - A comunidade escolar conhece as normas e regulamentos escolares pactuados no PPP, mas percebe que a equipe gestora não assegura seu cumprimento.
		3 - A comunidade escolar conhece as normas e regulamentos pactuados no PPP, mas percebe que a equipe gestora assegura, em parte, o cumprimento das normas e regulamentos escolares.
		4 - A comunidade escolar conhece as normas e regulamentos presentes no PPP e percebe que a equipe gestora assegura o cumprimento das normas e regulamentos escolares.
I59	3	1 - O diretor ou algum membro da equipe gestora faz a Avaliação Especial de Desempenho.
		2 - Existe comissão de estágio probatório que realiza a Avaliação Especial de Desempenho, mas não faz reuniões para análise e registro das ocorrências.
		3 - Existe comissão de estágio probatório que realiza a Avaliação Especial de Desempenho, onde são realizadas reuniões para análise e registro das ocorrências em formulário próprio e encaminhados à Regional de Educação.
	3	1 - Não.

Item	Quantidade de Categorias Resposta	Descrição das Categorias de Resposta
I29, I30, I31, I106, I107, I108, I109, I110, I111, I114, I115, I116, I117		2 - Em parte.
		3 - Sim.
I50, I51, I52, I53, I54, I55, I56, I74, I75, I76, I77, I78, I79, I126, I127, I130, I131, I132, I133	2	1 - Não.
		2 - Sim.
I57	2	1 - A equipe gestora organiza os horários da escola sem considerar critérios definidos coletivamente que favoreçam o bom funcionamento da escola.
		2 - A equipe gestora organiza os horários da escola a partir de critérios definidos coletivamente que favoreçam o bom funcionamento da escola.
I5, I6, I7, I8, I9, I10, I11, I12, I13, I14, I15, I16	2	1 - Não utiliza.
		2 - Utiliza.

Fonte: Autora (2018)

APÊNDICE D
PARÂMETROS DOS ITENS E RESPECTIVOS ERROS PADRÃO (1ª CALIBRAÇÃO)

Código do Item	a	EP(a)	b2	EP(b2)	b3	EP(b3)	b4	EP(b4)	b5	EP(b5)	b6	EP(b6)
1	1,83	0,15	-2,92	0,23	-2,62	0,19	-2,08	0,14	-1,17	0,08	-0,66	0,07
2	1,95	0,15	-1,74	0,11	-1,49	0,10	-1,27	0,10	-0,70	0,07	-0,44	0,06
3	2,15	0,14	-2,75	0,19	-1,92	0,12	-0,90	0,07	0,35	0,05		
4	1,31	0,11	-1,38	0,13	-1,13	0,12	0,48	0,08				
5	1,30	0,24	-2,46	0,34								
6	0,72	0,15	-2,75	0,60								
7	0,82	0,15	-2,00	0,37								
8	1,36	0,19	-2,35	0,26								
9	0,81	0,14	-0,25	0,15								
10	1,09	0,21	-2,88	0,46								
11	1,09	0,22	-2,95	0,49								
12	1,18	0,20	-2,57	0,35								
13	1,39	0,24	-2,59	0,33								
14	1,32	0,23	-2,62	0,35								
15	0,83	0,15	-2,68	0,44								
16	0,67	0,11	-0,62	0,17								
17	2,02	0,14	-2,77	0,19	-2,16	0,13	-0,97	0,08	0,34	0,05		
18	1,76	0,12	-1,75	0,11	-1,25	0,09	-0,51	0,07	0,42	0,06		
19	2,37	0,16	-2,19	0,13	-1,74	0,10	-1,01	0,07	0,00	0,05		
20	2,52	0,16	-2,10	0,11	-1,50	0,09	-0,71	0,06	0,12	0,05		
21	1,18	0,23	-6,38	1,84	-5,45	1,26	-4,34	0,83	-2,83	0,42		
22	0,83	0,20	-8,70	2,76	-7,86	2,28	-6,03	1,40	-3,28	0,67		
23	0,76	0,08	-3,25	0,38	-2,58	0,30	-1,11	0,17	0,34	0,13		
24	0,93	0,08	-1,66	0,18	-0,78	0,13	0,30	0,10	1,59	0,17		
25	1,99	0,14	-3,01	0,23	-2,24	0,16	-1,21	0,09	0,01	0,05		
26	2,03	0,12	-2,96	0,23	-1,69	0,10	-0,04	0,05	1,19	0,08		
27	1,30	0,14	-4,85	0,64	-3,10	0,28	-1,07	0,11				
28	1,49	0,12	-2,66	0,20	-1,57	0,12	0,50	0,07				

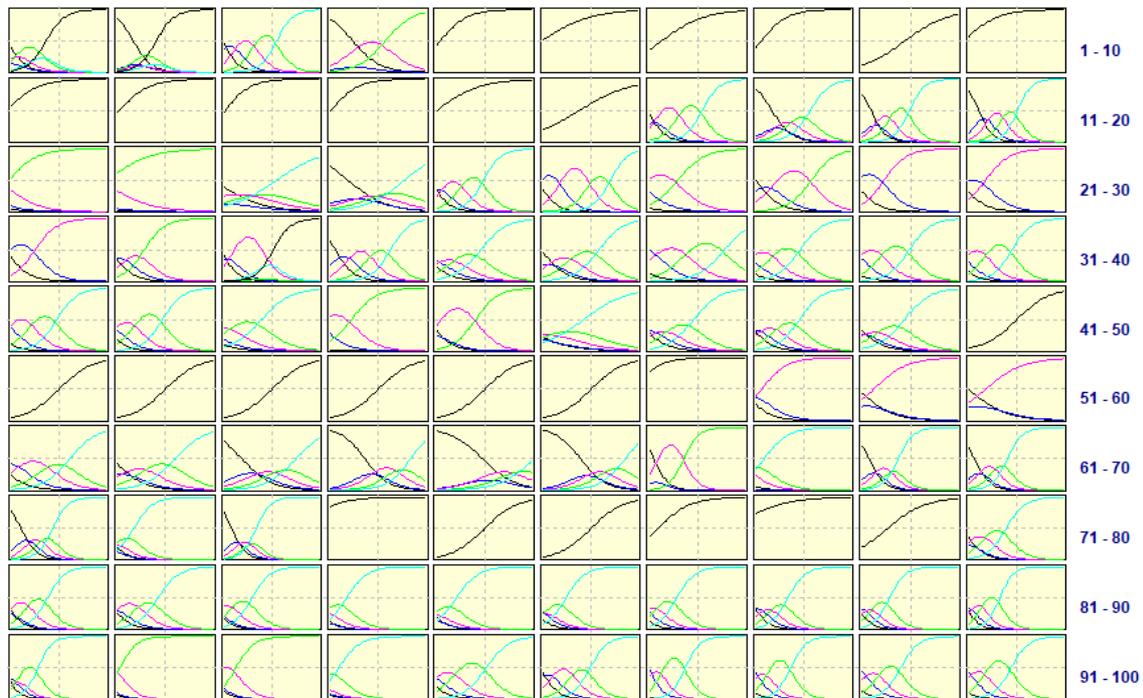
Código do Item	a	EP(a)	b2	EP(b2)	b3	EP(b3)	b4	EP(b4)	b5	EP(b5)	b6	EP(b6)
29	1,60	0,16	-3,13	0,28	-1,42	0,12						
30	1,47	0,16	-3,19	0,30	-1,69	0,15						
31	1,59	0,16	-2,95	0,25	-1,29	0,11						
32	1,69	0,17	-3,03	0,25	-2,13	0,16	-1,13	0,09				
33	2,03	0,15	-2,86	0,21	-2,12	0,14	-0,42	0,06	-0,35	0,06	0,16	0,05
34	1,82	0,12	-2,38	0,16	-1,49	0,10	-0,38	0,06	0,79	0,07		
35	1,37	0,12	-3,55	0,34	-2,52	0,21	-1,48	0,13	-0,14	0,07		
36	1,41	0,11	-2,80	0,23	-2,03	0,15	-0,92	0,09	0,53	0,08		
37	1,28	0,10	-4,26	0,46	-2,37	0,20	-0,55	0,10	1,64	0,13		
38	1,54	0,13	-4,05	0,46	-2,95	0,25	-1,67	0,13	-0,16	0,07		
39	1,64	0,13	-4,15	0,48	-2,84	0,22	-1,54	0,11	0,01	0,06		
40	1,85	0,14	-3,60	0,35	-2,78	0,21	-1,64	0,10	-0,20	0,06		
41	1,75	0,13	-3,86	0,41	-2,71	0,21	-1,46	0,10	-0,04	0,06		
42	1,79	0,13	-3,55	0,35	-2,68	0,19	-1,58	0,10	-0,08	0,06		
43	1,23	0,12	-4,46	0,55	-3,42	0,34	-2,13	0,19	-0,50	0,09		
44	1,40	0,17	-8,20	****	-5,53	****	-3,29	0,83	-1,45	0,18		
45	1,59	0,14	-3,13	0,27	-2,51	0,20	-0,44	0,07				
46	0,83	0,09	-4,19	0,52	-3,16	0,37	-1,89	0,23	-0,35	0,12		
47	1,34	0,10	-3,40	0,31	-2,38	0,19	-1,45	0,12	-0,14	0,07		
48	1,58	0,11	-3,22	0,28	-2,34	0,17	-1,38	0,10	-0,18	0,06		
49	1,37	0,12	-3,23	0,31	-2,41	0,20	-1,51	0,13	-0,27	0,07		
50	0,58	1,16	-10,19	****								
51	0,10	0,89	-55,17	****								
52	0,53	0,31	-7,12	4,35								
53	0,71	0,40	-6,52	3,52								
54	0,44	0,53	-9,66	****								
55	0,36	0,32	-10,40	9,15								
56	0,41	0,32	-9,17	7,15								
57	1,43	0,41	-3,51	0,63								
58	1,43	0,20	-5,55	1,23	-3,42	0,37	-2,33	0,25				

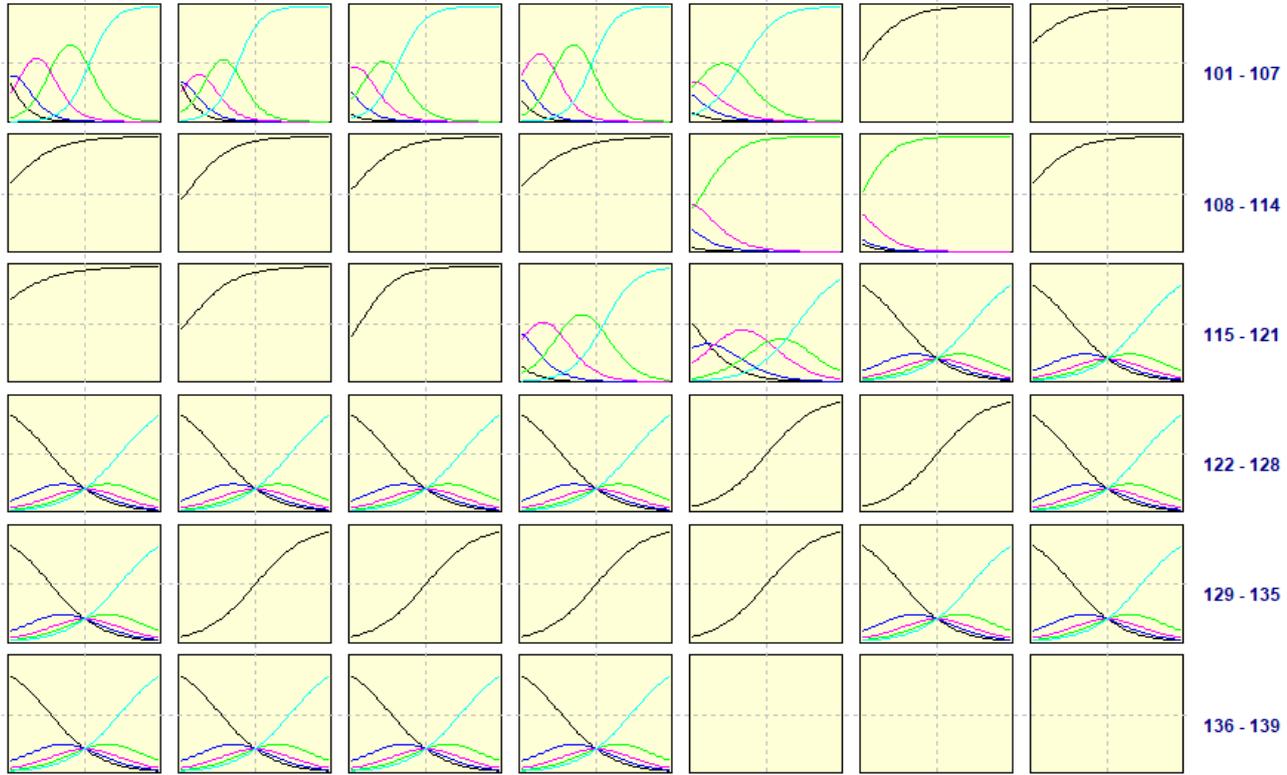
Código do Item	a	EP(a)	b2	EP(b2)	b3	EP(b3)	b4	EP(b4)	b5	EP(b5)	b6	EP(b6)
59	1,04	0,17	-2,98	0,44	-2,10	0,30						
60	0,99	0,14	-5,36	0,73	-2,54	0,33	-1,64	0,23				
61	1,31	0,10	-3,56	0,33	-2,18	0,18	-0,65	0,09	0,69	0,09		
62	1,19	0,10	-2,92	0,26	-2,04	0,18	-0,86	0,10	0,64	0,10		
63	1,20	0,09	-1,62	0,15	-0,69	0,09	0,32	0,08	1,44	0,13		
64	1,48	0,11	-0,69	0,08	0,02	0,07	1,02	0,09	1,93	0,14		
65	1,05	0,09	-0,05	0,09	0,57	0,09	1,72	0,16	2,89	0,25		
66	1,40	0,10	-0,54	0,08	0,13	0,07	1,00	0,09	2,03	0,15		
67	2,35	0,18	-2,43	0,15	-2,22	0,14	-0,71	0,06				
68	1,44	0,21	-4,70	0,71	-4,49	0,63	-3,28	0,35	-2,21	0,22		
69	2,35	0,18	-2,27	0,14	-1,78	0,11	-1,15	0,07	-0,62	0,05		
70	2,26	0,16	-2,35	0,15	-1,87	0,11	-1,18	0,08	-0,47	0,05		
71	2,21	0,15	-2,09	0,13	-1,51	0,09	-0,93	0,07	-0,29	0,05		
72	1,82	0,21	-3,43	0,35	-3,06	0,27	-2,52	0,19	-1,74	0,12		
73	2,44	0,19	-2,20	0,13	-1,73	0,10	-1,25	0,07	-0,82	0,06		
74	1,03	0,27	-4,28	1,00								
75	0,65	0,31	-6,93	3,14								
76	0,80	0,28	-5,07	1,54								
77	1,08	0,16	-2,22	0,26								
78	0,75	0,19	-4,05	0,92								
79	0,92	0,13	-1,25	0,18								
80	1,83	0,14	-2,99	0,24	-2,47	0,18	-1,63	0,11	-0,53	0,06		
81	1,98	0,15	-3,08	0,27	-2,56	0,19	-1,64	0,11	-0,59	0,06		
82	1,65	0,13	-3,31	0,29	-2,52	0,19	-1,45	0,11	-0,36	0,06		
83	1,88	0,17	-3,51	0,36	-2,95	0,26	-2,10	0,15	-1,07	0,08		
84	1,73	0,20	-3,74	0,41	-3,35	0,32	-2,68	0,21	-1,72	0,13		
85	1,65	0,19	-3,53	0,38	-3,04	0,28	-2,46	0,21	-1,54	0,12		
86	1,86	0,20	-3,54	0,38	-2,80	0,25	-2,25	0,17	-1,36	0,10		
87	1,98	0,18	-3,63	0,38	-2,84	0,23	-2,09	0,15	-1,10	0,08		
88	2,08	0,17	-2,98	0,23	-2,30	0,16	-1,65	0,10	-0,83	0,06		

Código do Item	a	EP(a)	b2	EP(b2)	b3	EP(b3)	b4	EP(b4)	b5	EP(b5)	b6	EP(b6)
89	2,25	0,19	-3,17	0,28	-2,53	0,19	-1,95	0,12	-1,11	0,07		
90	2,57	0,23	-2,99	0,23	-2,42	0,18	-1,80	0,10	-0,91	0,06		
91	2,48	0,23	-3,06	0,26	-2,48	0,18	-2,03	0,12	-1,11	0,07		
92	2,01	0,43	-7,07	****	-4,01	3,51	-3,52	1,30	-2,54	0,32		
93	1,97	0,26	-7,07	****	-3,63	1,01	-3,10	0,45	-1,95	0,18		
94	1,68	0,22	-4,25	0,61	-3,70	0,42	-3,18	0,32	-2,17	0,19		
95	1,59	0,12	-3,59	0,32	-2,63	0,21	-1,49	0,11	0,17	0,06		
96	2,02	0,14	-2,83	0,22	-2,02	0,13	-0,99	0,07	0,02	0,05		
97	2,43	0,19	-4,07	0,70	-2,68	0,18	-1,91	0,11	-0,63	0,05		
98	2,31	0,19	-3,64	0,43	-2,64	0,19	-1,92	0,12	-0,68	0,06		
99	2,00	0,15	-3,61	0,38	-2,53	0,18	-1,64	0,11	-0,48	0,06		
100	1,99	0,14	-3,76	0,37	-2,60	0,19	-1,67	0,11	-0,25	0,05		
101	2,29	0,14	-2,98	0,23	-2,24	0,14	-1,17	0,08	0,24	0,05		
102	2,27	0,17	-3,01	0,24	-2,39	0,16	-1,63	0,10	-0,60	0,06		
103	2,08	0,18	-4,01	0,52	-3,04	0,24	-2,05	0,14	-0,95	0,07		
104	2,29	0,16	-3,36	0,32	-2,62	0,17	-1,46	0,08	-0,09	0,05		
105	1,53	0,15	-4,34	0,54	-3,23	0,28	-2,29	0,18	-0,86	0,08		
106	1,20	0,21	-5,01	0,96	-2,83	0,40						
107	1,02	0,21	-5,52	1,12	-3,46	0,61						
108	0,99	0,19	-4,91	0,93	-3,17	0,54						
109	1,22	0,20	-4,41	0,65	-2,51	0,31						
110	1,09	0,19	-5,57	0,95	-2,81	0,41						
111	0,93	0,18	-5,26	0,96	-2,98	0,49						
112	1,56	0,24	4,64	****	-8,03	****	-3,48	0,92	-2,28	0,27		
113	1,66	0,37	-4,58	1,29	-4,33	1,01	-3,68	0,62	-2,73	0,36		
114	1,16	0,21	-5,55	0,97	-2,94	0,42						
115	0,93	0,21	-6,35	1,25	-3,59	0,68						
116	1,18	0,18	-4,42	0,56	-2,42	0,29						
117	1,49	0,21	-4,13	0,50	-2,38	0,25						
118	1,71	0,12	-3,78	0,40	-2,55	0,18	-1,23	0,09	0,33	0,06		

Código do Item	a	EP(a)	b2	EP(b2)	b3	EP(b3)	b4	EP(b4)	b5	EP(b5)	b6	EP(b6)
119	1,26	0,10	-2,65	0,22	-1,57	0,14	-0,04	0,08	1,20	0,12		
120	0,40	0,14	-15,56	****	-14,27	****	-8,87	4,17	-2,71	0,83		
121	0,38	0,16	-16,21	****	-14,85	****	-8,85	3,53	-3,56	1,75		
122	0,36	0,13	-15,88	****	-14,82	****	-8,52	3,56	-3,37	1,09		
123	0,37	0,17	-16,23	****	-13,29	****	-7,63	3,07	-3,30	1,17		
124	0,23	0,10	-23,50	****	-16,53	8,77	-7,74	4,84	-0,92	2,00		
125	0,20	0,18	-26,57	****	-19,15	7,32	-7,81	2,60	0,68	1,85		
126	0,16	0,46	-24,29	****								
127	0,00	0,40	-3981,74	****								
128	0,30	0,14	-14,09	4,85	-13,84	4,52	-12,88	4,24	-5,25	1,73		
129	0,23	0,17	-25,31	****	-17,99	7,20	-7,84	2,98	0,87	0,70		
130	0,14	0,27	-21,17	****								
131	0,00	4,90	-2588,99	****								
132	0,02	0,16	-97,47	****								
133	0,29	0,28	-12,90	****								
134	0,40	0,29	-16,13	****	-12,72	****	-10,11	6,70	-4,72	4,53		
135	0,39	0,22	-16,35	****	-13,04	****	-9,99	6,67	-4,49	4,40		
136	0,13	0,00	-1,39	0,00	-125,47	0,00	-42,44	0,00	-21,28	0,00		
137	0,32	0,12	-18,43	7,56	-14,74	5,03	-11,33	3,76	-3,59	1,33		
138	0,30	0,14	-17,69	6,43	-11,67	3,89	-9,57	3,29	-3,27	3,39		
139	0,32	0,13	-19,49	****	-15,43	****	-8,05	2,85	-0,48	2,56		

Fonte: Autora (2018)

APÊNDICE F**CURVA CARACTERÍSTICA DOS ITENS DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO – QUARTA E ÚLTIMA CALIBRAÇÃO**



APÊNDICE G
CARGAS FATORIAIS E COMUNALIDADES DOS ITENS PARA MODELO
DE 1 FATOR – FIFA

Item	F1	Comunalidade
1	0,75	0,56
2	0,76	0,58
3	0,79	0,63
4	0,62	0,38
5	0,61	0,37
6	0,39	0,15
7	0,44	0,19
8	0,63	0,39
9	0,43	0,19
10	0,54	0,29
11	0,54	0,3
12	0,58	0,33
13	0,64	0,41
14	0,62	0,39
15	0,44	0,19
17	0,78	0,6
18	0,73	0,53
19	0,82	0,67
20	0,84	0,7
21	0,58	0,34
23	0,41	0,17
24	0,48	0,23
25	0,77	0,59
26	0,77	0,6
27	0,62	0,38
28	0,67	0,45
29	0,69	0,47
30	0,66	0,44
31	0,69	0,48
32	0,71	0,51
33	0,77	0,6
34	0,74	0,55
35	0,64	0,4
36	0,65	0,42
37	0,61	0,37
38	0,68	0,47
39	0,71	0,5
40	0,75	0,56
41	0,73	0,53

Item	F1	Comunalidade
42	0,73	0,54
43	0,59	0,35
44	0,65	0,42
45	0,69	0,47
46	0,44	0,2
47	0,63	0,4
48	0,69	0,48
49	0,64	0,41
57	0,64	0,41
58	0,65	0,42
59	0,54	0,29
60	0,49	0,24
61	0,62	0,38
62	0,58	0,34
63	0,58	0,34
64	0,66	0,44
65	0,53	0,28
66	0,64	0,41
67	0,82	0,67
68	0,66	0,43
69	0,81	0,66
70	0,81	0,66
71	0,8	0,64
72	0,74	0,55
73	0,83	0,68
77	0,54	0,29
79	0,48	0,23
80	0,74	0,55
81	0,77	0,59
82	0,71	0,5
83	0,75	0,57
84	0,72	0,51
85	0,7	0,49
86	0,74	0,55
87	0,76	0,58
88	0,78	0,6
89	0,8	0,65
90	0,84	0,7
91	0,83	0,69
92	0,77	0,6
93	0,76	0,58
94	0,71	0,51

Item	F1	Comunalidade
95	0,69	0,48
96	0,78	0,6
97	0,83	0,69
98	0,81	0,66
99	0,77	0,59
100	0,77	0,6
101	0,81	0,66
102	0,81	0,66
103	0,78	0,61
104	0,82	0,67
105	0,68	0,46
106	0,59	0,35
107	0,52	0,27
108	0,53	0,28
109	0,59	0,35
110	0,55	0,3
111	0,49	0,24
112	0,67	0,44
113	0,71	0,51
114	0,56	0,32
115	0,48	0,23
116	0,56	0,32
117	0,67	0,45
118	0,72	0,51
119	0,6	0,36

Fonte: Autora (2018)

APÊNDICE H
PARÂMETROS DOS ITENS NA ESCALA (200,20)

Código do item	a	b2	b3	b4	b5	b6
1	0,09	139,03	145,12	156,15	174,78	185,01
2	0,09	162,75	167,90	172,34	184,03	189,36
3	0,11	142,25	159,08	179,97	205,59	
4	0,06	170,14	175,27	208,19		
5	0,06	146,71				
6	0,03	141,06				
7	0,04	157,15				
8	0,06	149,54				
9	0,04	193,30				
10	0,05	138,71				
11	0,05	137,94				
12	0,06	145,85				
13	0,07	145,43				
14	0,06	144,74				
15	0,04	143,21				
17	0,10	141,79	154,42	178,80	205,32	
18	0,09	162,75	173,07	188,03	207,11	
19	0,12	153,56	162,70	177,87	198,55	
20	0,12	155,43	167,84	183,98	200,83	
21	0,06	110,34	140,93			
23	0,04	131,49	145,35	175,60	205,35	
24	0,05	164,55	182,44	204,49	230,99	
25	0,10	136,79	152,30	173,48	198,61	
26	0,10	138,11	163,99	197,65	222,59	
27	0,06	134,58	176,56			
28	0,07	143,92	166,22	208,61		
29	0,08	133,21	168,82			
30	0,07	132,55	163,54			
31	0,08	137,97	172,17			
32	0,08	136,10	154,68	175,39		
33	0,10	139,89	154,82	189,87	191,32	201,84
34	0,09	149,86	168,07	190,80	214,50	
35	0,07	125,48	146,72	167,96	195,52	
36	0,07	141,42	157,18	179,77	209,24	
37	0,06	111,80	150,34	187,23	231,75	
38	0,08	115,82	138,16	164,45	195,23	
39	0,08	113,87	140,50	167,10	198,74	

Código do item	a	b2	b3	b4	b5	b6
40	0,09	124,53	141,37	164,82	194,34	
41	0,09	119,05	142,70	168,49	197,59	
42	0,09	125,29	143,19	165,84	196,83	
43	0,06	106,66	128,15	154,62	188,18	
44	0,07	131,09	168,73			
45	0,08	133,56	146,57	189,33		
46	0,04	112,79	133,87	159,94	191,28	
47	0,07	129,25	150,00	169,02	195,62	
48	0,08	132,62	150,55	170,17	194,72	
49	0,07	132,36	149,04	167,44	192,85	
57	0,07	124,64				
58	0,07	128,06	150,43			
59	0,05	138,38	156,26			
60	0,05	143,85	163,41			
61	0,06	125,06	153,61	185,03	212,59	
62	0,06	138,32	156,44	180,74	211,54	
63	0,06	164,85	184,03	204,97	228,14	
64	0,07	184,42	198,89	219,12	237,63	
65	0,05	197,31	210,01	233,61	257,67	
66	0,07	187,50	201,20	218,75	239,68	
67	0,11	148,49	152,72	183,85		
68	0,07	107,48	132,04	153,71		
69	0,11	151,72	161,72	174,76	185,69	
70	0,11	150,47	160,19	174,41	188,93	
71	0,11	155,57	167,31	179,43	192,55	
72	0,09	127,85	135,52	146,56	162,74	
73	0,12	153,17	162,83	172,76	181,51	
77	0,05	152,85				
79	0,04	172,80				
80	0,09	136,99	147,56	164,97	187,55	
81	0,10	135,25	145,92	164,78	186,40	
82	0,08	130,96	147,13	168,82	191,13	
83	0,09	126,71	138,22	155,61	176,61	
84	0,08	120,87	129,06	142,92	162,93	
85	0,08	125,23	135,22	147,30	166,57	
86	0,09	125,24	140,60	151,88	170,46	
87	0,09	123,02	139,49	154,92	175,61	
88	0,10	136,44	150,67	164,15	181,17	
89	0,11	132,79	146,07	158,09	175,49	

Código do item	a	b2	b3	b4	b5	b6
90	0,12	136,88	148,32	161,31	179,71	
91	0,12	135,16	146,91	156,18	175,40	
92	0,10	116,64	126,75	146,54		
93	0,09	122,82	134,03	157,88		
94	0,08	111,03	122,42	133,17	154,02	
95	0,08	124,89	144,37	167,79	201,87	
96	0,10	140,29	156,85	178,12	198,79	
97	0,12	114,42	143,53	159,06	185,63	
98	0,11	123,43	143,85	158,84	184,59	
99	0,10	124,06	146,36	164,62	188,55	
100	0,10	121,21	144,93	164,20	193,38	
101	0,11	137,27	152,42	174,49	203,33	
102	0,11	136,87	149,48	164,95	186,31	
103	0,10	115,73	135,97	156,10	178,97	
104	0,11	130,06	144,98	168,53	196,74	
105	0,08	109,52	132,31	151,63	181,04	
106	0,06	141,36				
107	0,05	128,41				
108	0,05	134,77				
109	0,06	146,90				
110	0,05	140,93				
111	0,04	136,65				
112	0,07	126,46	150,65			
113	0,08	123,80	142,90			
114	0,06	137,00				
115	0,04	121,91				
116	0,05	146,97				
117	0,07	149,28				
118	0,08	120,35	145,92	173,21	205,24	
119	0,06	144,15	166,28	197,67	223,04	

Fonte: Autora (2018)

ANEXO A
INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR SC - QUESTÕES DA ESCOLA

1) Como ocorre a revisão do Projeto Político-Pedagógico (PPP) na escola?

- Desconhecemos como ocorre a revisão do Projeto Político-Pedagógico.
- Não ocorre a revisão do Projeto Político-Pedagógico.
- O Projeto Político-Pedagógico é revisado sem discussão com a comunidade escolar e sem considerar o monitoramento contínuo e a avaliação de sua execução.
- O Projeto Político-Pedagógico é revisado sem a participação da comunidade escolar, mas considerando o monitoramento contínuo e a avaliação na sua execução.
- O Projeto Político-Pedagógico é revisado com a participação da comunidade escolar, mas sem considerar o monitoramento contínuo e a avaliação de sua execução.
- O Projeto Político-Pedagógico é revisado com a participação da comunidade escolar e considerando o monitoramento contínuo e a avaliação na sua execução.

2) Como ocorre a revisão do Plano de Gestão Escolar (PGE) na escola?

- Desconhecemos como ocorre a revisão do Plano de Gestão Escolar.
- Não ocorre a revisão do Plano de Gestão Escolar.
- O Plano de Gestão Escolar é revisado sem discussão com a comunidade escolar e sem considerar o monitoramento contínuo e a avaliação de sua execução.
- O Plano de Gestão Escolar é revisado sem a participação da comunidade escolar, mas considerando o monitoramento contínuo e a avaliação na sua execução.
- O Plano de Gestão Escolar é revisado com a participação da comunidade escolar, mas sem considerar o monitoramento contínuo e a avaliação de sua execução.
- O Plano de Gestão Escolar é revisado com a participação da comunidade escolar e considerando o monitoramento contínuo e a avaliação na sua execução.

3) Durante o ano letivo, nos conselhos de classe, nas reuniões pedagógicas, administrativas ou financeiras, a equipe gestora promove o debate acerca do andamento das ações escolares, a fim de verificar se os objetivos e as metas previstos no Projeto Político-Pedagógico e no Plano de Gestão Escolar estão sendo alcançados?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

4) A equipe gestora realiza a avaliação institucional interna?

- Não há avaliação institucional interna.
- Há avaliação institucional interna sem a participação dos segmentos da comunidade escolar.
- Há avaliação institucional interna com a participação de parte dos segmentos da comunidade escolar.
- Há avaliação institucional interna com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar.

Que indicadores educacionais a escola costuma utilizar em seus processos de planejamento e gestão?

	Utiliza	Não utiliza	Não se aplica
5) Resultados da Prova Brasil	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
6) Resultados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
7) Resultados do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
8) Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
9) Taxa de analfabetismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
10) Notas dos estudantes nas disciplinas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
11) Taxa de infrequência dos estudantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	

Que indicadores educacionais a escola costuma utilizar em seus processos de planejamento e gestão?

	Utiliza	Não utiliza	Não se aplica
12) Taxa de repetência dos estudantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
13) Taxa de aprovação dos estudantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
14) Taxa de reprovação dos estudantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
15) Taxa de abandono dos estudantes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	
16) Outros (indicadores externos ou produzidos pela própria escola)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	

A gestão escolar, na perspectiva democrática, oportuniza a atuação efetiva das instâncias colegiadas (Conselho Deliberativo Escolar, Associação de Pais e Professores e Grêmios Estudantil) nas discussões e deliberações sobre as questões administrativas, financeiras, físicas e pedagógicas. Com base nessa afirmação, como a equipe gestora atua?

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequente-mente	Sempre
17) Possibilita a discussão, a negociação e o encaminhamento das resoluções dos problemas cotidianos da escola com as instâncias colegiadas.	<input type="radio"/>				
18) Considera a contribuição das instâncias colegiadas na organização do currículo escolar.	<input type="radio"/>				
19) Permite a participação das instâncias colegiadas na definição de prioridades, a partir dos objetivos comuns assumidos no Projeto Político-Pedagógico.	<input type="radio"/>				
20) Possibilita a participação ativa das instâncias colegiadas na avaliação do trabalho escolar, do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Gestão Escolar.	<input type="radio"/>				

Recomenda-se que o Conselho de Classe seja participativo, envolvendo todos os segmentos da comunidade escolar na reflexão sobre a aprendizagem efetiva dos estudantes e as práticas dos professores, indicando alternativas que promovam a melhoria do processo de ensino e aprendizagem.

Há presença com efetiva participação dos segmentos da comunidade:

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
21) Equipe gestora	<input type="radio"/>				
22) Professores	<input type="radio"/>				
23) Estudantes	<input type="radio"/>				
24) Responsáveis	<input type="radio"/>				

Co-liderança é o compartilhamento de responsabilidades entre a equipe administrativa e a equipe pedagógica da escola, a partir do que foi pactuado no Projeto Político-Pedagógico. As práticas de co-liderança, na organização escolar, contribuem para um ambiente favorável ao trabalho educacional, possibilitam que os membros da equipe gestora compreendam seu papel na organização e assumam novas responsabilidades.

25) São desenvolvidas práticas de co-liderança na escola?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

26) Considerando uma gestão participativa, como é possível avaliar a comunicação entre a escola e a comunidade escolar?

- Ruim.
- Razoável.
- Boa.
- Ótima.
- Excelente.

27) Uma das maneiras de construir uma gestão escolar democrática é manter a comunidade escolar bem informada acerca das questões que envolvem a escola. Diante disso, como a equipe gestora divulga as atividades da escola?

- Não costuma divulgar as atividades da escola.
- Divulga as atividades escolares somente na escola e não possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação.
- Divulga as atividades escolares somente na escola e possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação.
- Divulga as atividades escolares na escola e em outros espaços acessíveis, possibilitando que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação.

28) Uma das maneiras de construir uma gestão escolar democrática é manter a comunidade escolar bem informada acerca das questões que envolvem a escola. Diante disso, como a equipe gestora divulga os indicadores educacionais da escola?

- Não costuma divulgar os indicadores educacionais da escola.
- Divulga os indicadores educacionais somente na escola e não possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação.
- Divulga os indicadores educacionais somente na escola e possibilita que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação.
- Divulga os indicadores educacionais escolares na escola e em outros espaços acessíveis, possibilitando que toda a comunidade escolar tenha acesso à informação.

A equipe gestora promove a atualização do currículo, conforme a Proposta Curricular de Santa Catarina (PCSC), considerando:

	Sim	Em parte	Não
29) Os temas multidisciplinares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
30) As áreas de conhecimento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
31) A diversidade como princípio formativo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

32) A equipe gestora é responsável por orientar e acompanhar as práticas docentes na elaboração e no cumprimento do planejamento, em consonância com o que foi pactuado no Projeto Político-Pedagógico. Qual alternativa abaixo reflete a realidade da escola, quanto a esta responsabilidade da equipe gestora?

- Não há orientação e nem acompanhamento das práticas docentes na elaboração e cumprimento do planejamento.
- A equipe gestora não orienta o planejamento, mas acompanha a prática docente no decorrer do ano letivo.
- A equipe gestora orienta o planejamento, porém não há acompanhamento das práticas docentes no decorrer do ano letivo.
- A equipe gestora orienta o planejamento e acompanha as práticas docentes no decorrer do ano letivo, conforme o que foi pactuado no Projeto Político-Pedagógico.

33) Considerando o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos com vistas ao êxito da aprendizagem dos estudantes, qual alternativa melhor reflete a situação da escola?

- A equipe gestora não promove o desenvolvimento de projetos pedagógicos.
- A equipe gestora promove o desenvolvimento de projetos pedagógicos, mas não cria condições para sua aplicação.
- A equipe gestora promove o desenvolvimento de projetos pedagógicos e cria condições para sua aplicação.
- A equipe gestora promove o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos, avalia-os sistematicamente junto à comunidade, porém não se verifica o êxito na aprendizagem dos estudantes.
- A equipe gestora promove o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos, avalia-os sistematicamente junto à comunidade, verificando o êxito no aprendizado dos estudantes.
- A equipe gestora promove o desenvolvimento e a aplicação de projetos pedagógicos considerando problemáticas identificadas no cotidiano da escola, avalia-os sistematicamente junto à comunidade, verificando o êxito no aprendizado dos estudantes.

Com relação às estratégias de comunicação utilizadas para estimular o envolvimento dos responsáveis pelos estudantes na aprendizagem, a equipe gestora:

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
34) Faz reuniões periódicas envolvendo os responsáveis pelos estudantes, para apresentação e discussão das propostas pedagógicas.	<input type="radio"/>				
35) Utiliza ferramentas de comunicação (blogs, sites, redes sociais, Estudante Online, entre outros) e eventos para socializar as atividades desenvolvidas com os responsáveis pelos estudantes.	<input type="radio"/>				
36) Promove encontros para discutir os resultados das aprendizagens e das avaliações com os responsáveis pelos estudantes.	<input type="radio"/>				

37) Quanto aos locais e horários para a preparação das aulas pelos professores, é possível afirmar que a equipe gestora:

- Não oportuniza horários aos professores para a preparação de aulas por falta de local.
- Não oportuniza locais e horários aos professores para a preparação de aulas, mesmo possuindo local.
- Oportuniza local adequado aos professores para a preparação de aulas, mas não organiza os horários.
- Oportuniza local adequado e os horários são organizados para possibilitar a preparação das aulas.
- Oportuniza local adequado e os horários são organizados para possibilitar a preparação das aulas, com foco no Projeto Político-Pedagógico.
- Oportuniza local adequado, os horários são organizados para possibilitar a preparação das aulas, reunindo os professores por área de atuação, com foco no Projeto Político-Pedagógico.

Dos princípios da diversidade e suas dimensões pedagógicas, presentes na Proposta Curricular de Santa Catarina(PCSC), é possível dizer que a escola contempla em suas ações:

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
38) O educar na alteridade.	<input type="radio"/>				
39) A consciência política e histórica da diversidade.	<input type="radio"/>				
40) O reconhecimento, a valorização da diferença e o fortalecimento das identidades.	<input type="radio"/>				
41) A sustentabilidade socioambiental.	<input type="radio"/>				
42) O pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.	<input type="radio"/>				
43) A laicidade do Estado e da escola pública.	<input type="radio"/>				
44) A igualdade de direito para acesso, permanência e aprendizagem na escola.	<input type="radio"/>				

ATENÇÃO Os princípios da diversidade e suas dimensões pedagógicas são encontrados na Proposta Curricular de Santa Catarina 2014, páginas 84-90.

45) A gestão escolar promove ações que legitimam as políticas e programas de educação, prevenção, atenção e atendimento às violências?

- Não promove.
- Houve tentativas de promoção, mas sem resultados efetivos.
- Promove ações, mas com resultados pouco significativos.
- Promove ações que produzem resultados significativos.

É direito da pessoa com deficiência a igualdade de oportunidades com as demais pessoas e, em razão da sua deficiência, não pode sofrer distinção, restrição ou exclusão por ação ou omissão que limite este direito, conforme estabelece a Lei nº 13.146/2015. A equipe gestora deve promover condições de acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade, identificando e removendo barreiras.

Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Lei nº 13.146/2015, art. 3º, inciso I)

Em relação às condições de acessibilidade, a equipe gestora promove adequações sobre:

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
46) Ambiente físico	<input type="radio"/>				
47) Recursos didáticos	<input type="radio"/>				
48) Adaptações curriculares	<input type="radio"/>				
49) Diferentes formas de comunicação	<input type="radio"/>				

É função da gestão escolar assegurar a distribuição das aulas para os professores efetivos, de acordo com a legislação vigente e as orientações da Secretaria de Estado da Educação. Como é a distribuição das aulas para os professores efetivos na unidade escolar?

	Sim	Não	Não se aplica
50) As aulas são oferecidas aos professores efetivos, por área de atuação e disciplina do concurso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
51) As aulas são distribuídas de acordo com a disponibilidade e a carga horária mínima, para os professores efetivos da unidade escolar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

É função da gestão escolar assegurar a distribuição das aulas para os professores efetivos, de acordo com a legislação vigente e as orientações da Secretaria de Estado da Educação. Como é a distribuição das aulas para os professores efetivos na unidade escolar?

	Sim	Não	Não se aplica
52) As aulas excedentes são disponibilizadas à regional, para que outros professores efetivos da regional possam completar carga horária mínima.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
53) As aulas são oferecidas aos professores efetivos da escola que desejam aumentar a carga horária temporária.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
54) As aulas são oferecidas aos professores efetivos da escola que desejam aulas complementares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
55) As aulas excedentes são disponibilizadas para a Regional oferecer aos professores efetivos de outras unidades escolares, que desejam ampliar a carga horária.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
56) As aulas excedentes são disponibilizadas para a Regional oferecer aos professores efetivos de outras unidades escolares, que desejam aulas complementares.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

ATENÇÃO: O "Não se aplica" cabe às escolas sem professores efetivos, no ano referência da avaliação da gestão escolar.

57) A responsabilidade pela organização dos horários de trabalho dos servidores da escola é da equipe gestora, a partir de critérios normatizados pela Secretaria de Estado da Educação. Sendo assim, como são organizados os horários na escola?

- A equipe gestora organiza os horários da escola sem considerar critérios definidos coletivamente que favoreçam o bom funcionamento da escola.
- A equipe gestora organiza os horários da escola a partir de critérios definidos coletivamente que favoreçam o bom funcionamento da escola.

58) Como são realizados os procedimentos de registro de frequência e faltas dos servidores da escola? (Servidores da escola: professores, diretor, assessor de direção, assistente técnico pedagógico, especialistas em assuntos educacionais e outros técnicos).

- Não são efetuados registros de frequência e faltas dos servidores.
- Há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença, porém suas faltas não são registradas.
- Há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença e as faltas são registradas pelo diretor.
- Há registro de ponto, no qual cada servidor registra sua presença. As faltas são registradas pelo diretor, incluídas no Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina (SIGGESC) e encaminhadas à Regional de Educação, mensalmente, por meio de Relatório de Ocorrência de Faltas.

59) Todo servidor, ao ingressar no quadro efetivo do Magistério Público, tem um período de estágio probatório que deve ser avaliado. O processo de avaliação é coordenado pelo diretor e se caracteriza pelo acompanhamento contínuo do servidor e pelo registro de seu desempenho no instrumento denominado Avaliação Especial de Desempenho (AED). Como este processo de avaliação se desenvolve na unidade escolar?

- No ano referência da avaliação, não houve servidores em estágio probatório na escola.
- O diretor ou algum membro da equipe gestora faz a Avaliação Especial de Desempenho.
- Existe comissão de estágio probatório que realiza a Avaliação Especial de Desempenho, mas não faz reuniões para análise e registro das ocorrências.
- Existe comissão de estágio probatório que realiza a Avaliação Especial de Desempenho, onde são realizadas reuniões para análise e registro das ocorrências em formulário próprio e encaminhados à regional de educação.

60) No caso do descumprimento das funções designadas em lei por parte dos servidores da escola, a equipe gestora deve registrar as ocorrências e, quando for o caso, proceder aos encaminhamentos necessários que possibilitem a intervenção adequada da mantenedora. Como são tratados os assuntos de indisciplina de servidores, na unidade escolar?

- Não houve problemas de indisciplina com servidores na unidade escolar.
- No descumprimento das normas, não é realizado nenhum procedimento.
- No descumprimento das normas, o diretor, durante reunião, chama a atenção de todos os servidores enfatizando a ocorrência, sem nomear o servidor e sem realizar registros.
- No descumprimento das normas, o diretor orienta individualmente, mas não registra.
- No descumprimento das normas, o diretor orienta individualmente e realiza o registro.

Com que frequência a equipe gestora proporciona, durante o ano letivo, formação continuada para os profissionais da escola:

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
61) Professores	<input type="radio"/>				
62) Equipe gestora	<input type="radio"/>				
63) Demais servidores da escola	<input type="radio"/>				

A Associação de Pais e Professores, a Associação de Funcionários, Professores e Alunos do CEJA, o Grêmio Estudantil e Conselho Deliberativo Escolar necessitam participar de momentos de formação continuada para que adquiram conhecimentos que lhes possibilitem uma participação mais ativa no planejamento da escola e na tomada de decisões.

Com que frequência a equipe gestora, nesta unidade escolar, proporciona momentos de formação para:

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
64) O Conselho Deliberativo Escolar.	<input type="radio"/>				
65) O Grêmio Estudantil.	<input type="radio"/>				
66) A Associação de Pais e Professores ou a Associação de Funcionários, Professores e Alunos do CEJA.	<input type="radio"/>				

67) O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é o documento mais importante da escola. Fruto de uma construção coletiva deve, dentre outras informações, conter normas e regulamentos a serem cumpridos na unidade escolar. Para tanto, todos devem estar comprometidos com o que foi pactuado coletivamente. Diante disso, assinale a opção abaixo que condiz com a realidade de sua escola:

- A comunidade escolar desconhece as normas e regulamentos escolares contidas no PPP da escola.
- A comunidade escolar conhece as normas e regulamentos escolares pactuados no PPP, mas percebe que a equipe gestora não assegura seu cumprimento.
- A comunidade escolar conhece as normas e regulamentos pactuados no PPP, mas percebe que a equipe gestora assegura, em parte, o cumprimento das normas e regulamentos escolares.
- A comunidade escolar conhece as normas e regulamentos presentes no PPP e percebe que a equipe gestora assegura o cumprimento das normas e regulamentos escolares.

A unidade escolar recebe recursos financeiros provindos dos Governos Federal e Estadual, ou mesmo de outras fontes. Com relação à gestão destes recursos, a equipe gestora:

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
68) Utiliza os recursos recebidos em sua totalidade.	<input type="radio"/>				
69) Divulga os recursos recebidos com transparência a toda comunidade escolar.	<input type="radio"/>				
70) Planeja o uso dos recursos de maneira participativa, envolvendo os órgãos de decisão colegiada e a comunidade escolar.	<input type="radio"/>				
71) Submete, à comunidade escolar, o planejamento dos recursos para apreciação e aprovação.	<input type="radio"/>				
72) Segue corretamente os prazos de aplicação e de prestações de contas dos recursos.	<input type="radio"/>				
73) Presta conta do uso dos recursos à comunidade escolar, de forma transparente.	<input type="radio"/>				

É função da equipe gestora assegurar todas as etapas da escolha do livro didático. Considerando as etapas, indique as ações realizadas:

	Sim	Não
74) Acompanha o correto registro das informações dos estudantes da escola, no Censo da Educação Básica/Sistema Educacenso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
75) Realiza a escolha dos livros didáticos, com base nas orientações do FNDE/SED/GERED e no Guia de Livros Didáticos PNLD (Programa Nacional do Livro Didático).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
76) Realiza a escolha dos livros didáticos de acordo com a proposta pedagógica da escola e com a participação dos professores.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
77) Promove reuniões com os professores para a escolha dos livros didáticos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
78) Registra a ata de escolha dos livros didáticos no sistema disponibilizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
79) Divulga a ata e o comprovante de escolha dos livros didáticos à comunidade escolar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Como a gestão escolar articula a escolha dos materiais didático-pedagógicos?

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
80) De maneira participativa.	<input type="radio"/>				
81) Considerando as necessidades e as prioridades de todas as áreas do conhecimento.	<input type="radio"/>				
82) Considerando a quantidade suficiente à manutenção das atividades escolares.	<input type="radio"/>				
83) Considerando sua finalidade pedagógica.	<input type="radio"/>				

Para que as atividades escolares transcorram de forma adequada é preciso que sejam organizados procedimentos que assegurem a infraestrutura necessária. Em relação à alimentação escolar, limpeza e segurança, a equipe gestora desta unidade escolar:

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
84) Acompanha o cumprimento do cardápio dos alimentos servidos aos estudantes.	<input type="radio"/>				
85) Fiscaliza a quantidade dos alimentos servidos aos estudantes.	<input type="radio"/>				
86) Fiscaliza a qualidade dos alimentos servidos aos estudantes.	<input type="radio"/>				
87) Organiza os serviços de limpeza.	<input type="radio"/>				
88) Verifica a qualidade dos serviços de limpeza.	<input type="radio"/>				
89) Orienta para a conservação da limpeza.	<input type="radio"/>				
90) Mantém o cuidado necessário com as condições de segurança no ambiente escolar.	<input type="radio"/>				
91) Mantém o cuidado necessário com as condições de segurança do patrimônio.	<input type="radio"/>				

Como a equipe gestora supervisiona o cumprimento do calendário escolar?

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
92) Acompanha o cumprimento de, no mínimo, 800 horas e 200 dias letivos aos estudantes.	<input type="radio"/>				
93) Acompanha a execução do calendário, de acordo com o planejado.	<input type="radio"/>				
94) Acompanha o cumprimento da carga horária das disciplinas, de acordo com a matriz curricular.	<input type="radio"/>				

95) Com que frequência a equipe gestora acompanha sistematicamente o diário de classe?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

96) A equipe gestora promove ações e campanhas objetivando a participação da comunidade interna e externa na preservação e na conservação da escola?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

Com relação às condições do espaço físico e dos equipamentos da escola, a equipe gestora:

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
97) Mantém o espaço escolar organizado.	<input type="radio"/>				
98) Promove a conservação do espaço físico.	<input type="radio"/>				
99) Promove a manutenção e conservação dos equipamentos da escola.	<input type="radio"/>				

100) Com que frequência a equipe gestora promove a confiança no trabalho desenvolvido pelos professores?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

101) Promover o êxito no desenvolvimento integral do estudante deve ser a prioridade de toda escola. Com que frequência as ações promovidas pela equipe gestora têm evidenciado melhoria no relacionamento e melhores resultados na aprendizagem dos estudantes da escola?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

102) A equipe gestora promove o bom relacionamento entre as pessoas da escola?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

103) A gestão escolar promove o atendimento cordial, ético e respeitoso à comunidade escolar?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

104) Em relação à promoção de um relacionamento cooperativo entre a equipe de trabalho, os estudantes e demais segmentos da comunidade escolar, pode-se dizer que a equipe gestora:

- Nunca promove.
- Raramente promove.
- Algumas vezes promove.
- Frequentemente promove.
- Sempre promove.

105) A equipe gestora acompanha o registro escolar dos estudantes?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

Como está a guarda dos documentos do arquivo corrente dos estudantes?

	Sim	Em parte	Não
106) Organizado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
107) Conservado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
108) De fácil acesso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Como está a guarda dos documentos do arquivo permanente dos estudantes?

	Sim	Em parte	Não
109) Organizado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
110) Conservado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
111) De fácil acesso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Quanto à emissão dos documentos dos estudantes (declarações, atestados de frequência e matrícula, histórico escolar, etc.), pode-se afirmar que a equipe gestora:

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
112) Entrega dentro do prazo legal.	<input type="radio"/>				
113) Elabora de acordo com a legislação.	<input type="radio"/>				

Como está a guarda e a emissão dos documentos dos professores e demais servidores da escola?

	Sim	Em parte	Não
114) Organizado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
115) De fácil acesso.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
116) Atualizado.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
117) Emissão no prazo.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

118) Para uma boa organização escolar é importante que sejam feitos os registros e arquivamentos das prestações de contas, das atas de reuniões, de assembleias, de eleições e demais documentos das instâncias colegiadas. Como se avalia esta organização na unidade escolar?

- Ruim.
- Razoável.
- Boa.
- Ótima.
- Excelente.

119) Como podem ser avaliados o arquivamento e a acessibilidade dos documentos de criação e funcionamento da unidade escolar (planta baixa, elétrica e hidráulica, laudos, alvarás, portarias, etc.)?

- Ruim.
- Razoável.
- Bom.
- Ótima.
- Excelente.

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR SC - QUESTÕES DA GERED

Durante o processo de elaboração do Calendário Escolar, a equipe gestora:

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
120) Considera a orientação da Secretaria de Estado da Educação.	<input type="radio"/>				
121) Considera a legislação.	<input type="radio"/>				
122) Considera as datas previstas de início, recesso e término do ano letivo.	<input type="radio"/>				
123) Prevê datas para atividades educativas e pedagógicas.	<input type="radio"/>				

124) A equipe gestora busca a integração entre escola-comunidade-sociedade?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

125) No que se refere aos problemas de violência, uso de álcool e outras drogas por estudantes e servidores, a equipe gestora atua conforme a Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento às Violências na Escola?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

Nos procedimentos para a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário (ACT), é possível afirmar que:

	Sim	Não	Não se aplica
126) Depois de confirmada a necessidade de contratação de ACT, as aulas são oferecidas, prioritariamente, aos professores da unidade escolar.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
127) Esgotadas as possibilidades, as vagas são encaminhadas para a Gerência de Educação (GERED), no momento que é confirmada a necessidade de contratação de ACT.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

128) A equipe gestora divulga informações sobre cursos, facilitando a participação dos servidores nas formações externas promovidas e financiadas pelos órgãos regionais e/ou central?

- Não houve eventos de formação, durante o período de avaliação da gestão escolar.
- Não há divulgação de cursos por parte da equipe gestora.
- Não há divulgação de cursos por parte da equipe gestora, que cria obstáculos quando os profissionais da escola acessam a informação por outros mecanismos.
- Não há divulgação de cursos por parte da equipe gestora, mas facilita a participação dos profissionais da escola quando acessam a informação por outros mecanismos.
- Há divulgação de cursos por parte da equipe gestora, mas não facilita a participação dos profissionais interessados da escola.
- Há divulgação de cursos por parte da equipe gestora, que facilita a participação dos profissionais interessados da escola.

129) A equipe gestora assegura o cumprimento das normas legais e orientações emanadas dos órgãos superiores?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

Com relação ao procedimento de matrícula, a equipe gestora:

	Sim	Não	Não se aplica
130) Respeita a legislação quanto à idade mínima para a matrícula no 1º ano do Ensino Fundamental.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
131) Respeita a legislação quanto à idade mínima para os estudantes da Educação de Jovens e Adultos.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
132) Respeita o zoneamento.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
133) Exige a documentação do estudante, determinada pela legislação e pelo plano de matrícula.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Como a equipe gestora procede com relação à criação de turmas e à enturmação dos estudantes?

	Nunca	Raramente	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
134) Segue o período de criação de turma estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação.	<input type="radio"/>				
135) Segue o período de enturmação estabelecido pela Secretaria de Estado da Educação.	<input type="radio"/>				
136) Solicita à Gerência de Educação/Secretaria de Estado da Educação a autorização para abertura de novas turmas, quando necessário.	<input type="radio"/>				
137) Assegura o número de estudantes por turma, conforme a legislação.	<input type="radio"/>				
138) Realiza a reenturmação quando o número de estudantes é insuficiente para a manutenção das turmas existentes.	<input type="radio"/>				

139) A equipe gestora supervisiona o tombamento dos bens móveis e imóveis, utilizando formulários próprios, para realizar baixas ou inclusões no patrimônio escolar?

- Nunca.
- Raramente.
- Algumas vezes.
- Frequentemente.
- Sempre.

Fonte: SED/Elaborado pela Equipe da SAGE/SC. Instrumento que foi aplicado às escolas está disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/documentos/plano-de-gestao-escolar-409/sage-2017>.

ANEXO B

PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Avaliação da Gestão Escolar por meio da Teoria da Resposta ao Item: uma aplicação na rede estadual de ensino de Santa Catarina.

Pesquisador: Silvana Ligia Vincenzi

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 67237917.9.0000.0121

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.079.137

Apresentação do Projeto:

Esta pesquisa tem por objetivo criar uma escala para avaliar o desempenho da gestão escolar das escolas da rede estadual de ensino de Santa Catarina, utilizando a Teoria da Resposta ao Item. Estudos comprovam que a gestão escolar tem papel importante na promoção da aprendizagem dos estudantes e no seu processo formativo. Em 2013, Santa Catarina instituiu um novo processo de escolha da gestão escolar da Educação Básica e Profissional, que leva em consideração os anseios da comunidade escolar e local. É de responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação (SED) realizar a avaliação anual da gestão escolar eleita para o período de 4 anos, ouvindo o conselho deliberativo escolar e os setores regionais de educação. Em posse do banco de dados da avaliação referente ao ano de 2016, serão feitas as análises descritivas, a aplicação da Teoria da Resposta ao Item e a interpretação da escala construída. Ao final deste projeto estima-se que a SED contará com uma escala capaz de mensurar a qualidade da gestão das escolas públicas estaduais e auxiliar na definição das prioridades estratégicas de desenvolvimento deste segmento da gestão educacional.

Objetivo da Pesquisa:

Criar uma escala para avaliar o desempenho da gestão escolar, da rede pública estadual de ensino, utilizando a Teoria de Resposta ao Item.

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vítor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

Continuação do Parecer: 2.079.137

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A pesquisa está justificada pela necessidade de criar mecanismos de gestão de ensino. Os benefícios estão relacionados com a importância da criação de ferramentas eficientes para o acompanhamento da gestão escolar. Não há riscos na aplicação da pesquisa.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este estudo se propõe a construir uma escala para medir o nível de desempenho da gestão escolar pública de Santa Catarina. A abordagem da pesquisa é quali-quantitativa, uma vez que se baseia, inicialmente, na revisão bibliográfica e em documentos normativos para compreender as competências da gestão escolar e seu contexto de atuação, objetivando a elaboração do instrumento de coleta de dados e, após sua aplicação, os dados obtidos serão tratados e interpretados com o auxílio da ferramenta estatística Teoria da Resposta ao Item, possibilitando assim a construção e interpretação da escala. A coleta de dados compreende a aplicação da avaliação em todas as 1.080 escolas da rede pública estadual de Santa Catarina que participaram do processo de seleção do gestor escolar, em 2015; todas as 35 Gerências de Educação e; a Coordenação da Grande Florianópolis, setores regionais que também avaliarão o desempenho da gestão escolar desses escolas.

A partir dos dados, será realizada a análise com a meta de alcançar os seguintes resultados: estimação dos parâmetros; agrupamento das categorias; ajustes no modelo; itens âncora; distribuição do traço latente da gestão escolar e; interpretação da escala de medida.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Não se aplica.

Recomendações:

Não há recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_P	18/04/2017		Aceito

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R. Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
 Bairro: Trindade CEP: 88.040-400
 UF: SC Município: FLORIANOPOLIS
 Telefone: (48)3721-6094 E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
SANTA CATARINA - UFSC



Continuação do Parecer: 2.079.137

Básicas do Projeto	ETO_870010.pdf	14:08:03		Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_Rosto_2.pdf	18/04/2017 14:06:10	MARISTELEE BARBOSA DE OLIVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_Comite_de_Etica.pdf	10/03/2017 16:53:34	MARISTELEE BARBOSA DE OLIVEIRA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Declaracao_SED_SC.pdf	08/03/2017 10:00:45	MARISTELEE BARBOSA DE OLIVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FLORIANOPOLIS, 24 de Maio de 2017

Assinado por:
Yimar Correa Neto
(Coordenador)

Endereço: Universidade Federal de Santa Catarina, Prédio Reitoria II, R: Desembargador Vitor Lima, nº 222, sala 401
Bairro: Trindade **CEP:** 88.040-400
UF: SC **Município:** FLORIANOPOLIS
Telefone: (48)3721-6094 **E-mail:** cep.propesq@contato.ufsc.br

ANEXO C

DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO ACERCA DO DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA COM AS ESCOLAS ESTADUAIS DE SANTA CATARINA



ESTADO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Educação

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins e efeitos legais que, objetivando atender as exigências para a obtenção de parecer do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, e como representante legal da **Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina (SED)**, tomei conhecimento do projeto de pesquisa intitulado “Avaliação da Gestão Escolar por meio da Teoria da Resposta ao Item: uma aplicação na rede estadual de ensino de Santa Catarina”, na Reunião Colegiada de 21 de julho de 2016.

Em 2013, por meio do Decreto nº 1.794/13, Santa Catarina dá um passo importante para a efetivação da gestão democrática e da autonomia escolar na rede estadual de ensino, com a implantação de um novo processo de escolha da gestão escola da Educação Básica. Este processo tem como finalidade priorizar a qualidade educacional e promover a transparência dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Para aferir o cumprimento dos objetivos e finalidades da gestão escolar, o Art. 12, do referido Decreto, determina o acompanhamento e avaliação por parte da SED, ouvindo a Gerência Regional de Educação (GERED) e o Conselho Deliberativo Escolar (CDE). Como o objetivo da referida pesquisa é a criação e interpretação de uma escala de mensuração do desempenho da gestão escolar, por meio da Teoria de Resposta ao Item (TRI), a SED tem interesse e condições para seu desenvolvimento.

A realização da primeira avaliação da gestão escolar, à rede estadual de ensino, está prevista para acontecer em abril de 2017. Sendo assim, autorizo a servidora Maristeele Barbosa de Oliveira a utilizar o banco de dados desta Avaliação no desenvolvimento de sua pesquisa.

Declaro, ainda, que conheço e cumprirei os termos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares, e autorizo a execução da pesquisa nos termos propostos.

Florianópolis, 14/02/2017


EDUARDO DESCHAMPS

Secretário de Estado da Educação de Santa Catarina

Eduardo Deschamps
Secretário de Estado da Educação
Matrícula nº658723-2-01

ANEXO D
TOTAL DE ESCOLAS ESTADUAIS POR MUNICÍPIO E GERED,
EM 2016

Código GERED	Nome GERED	Município	Total de Escolas
0	Grande Florianópolis	Águas Mornas	2
0	Grande Florianópolis	Angelina	3
0	Grande Florianópolis	Anitápolis	2
0	Grande Florianópolis	Antônio Carlos	1
0	Grande Florianópolis	Biguaçu	18
0	Grande Florianópolis	Florianópolis	44
0	Grande Florianópolis	Governador Celso Ramos	3
0	Grande Florianópolis	Palhoça	21
0	Grande Florianópolis	Rancho Queimado	2
0	Grande Florianópolis	Santo Amaro da Imperatriz	4
0	Grande Florianópolis	São Bonifácio	1
0	Grande Florianópolis	São José	21
0	Grande Florianópolis	São Pedro de Alcântara	2
0 Total			123
1	São Miguel do Oeste	Bandeirante	1
1	São Miguel do Oeste	Barra Bonita	2
1	São Miguel do Oeste	Belmonte	2
1	São Miguel do Oeste	Descanso	3
1	São Miguel do Oeste	Guaraciaba	5
1	São Miguel do Oeste	Paraíso	1
1	São Miguel do Oeste	São Miguel do Oeste	10
1 Total			24
2	Maravilha	Bom Jesus do Oeste	1
2	Maravilha	Flor do Sertão	1
2	Maravilha	Iraceminha	3
2	Maravilha	Maravilha	5
2	Maravilha	Modelo	2
2	Maravilha	Pinhalzinho	3
2	Maravilha	Romelândia	4
2	Maravilha	Saltinho	3
2	Maravilha	Santa Terezinha do Progresso	1
2	Maravilha	São Miguel da Boa Vista	1
2	Maravilha	Saudades	4
2	Maravilha	Serra Alta	1
2	Maravilha	Sul Brasil	2
2	Maravilha	Tigrinhos	1
2 Total			32
3	São Lourenço D'Oeste	Campo Erê	4
3	São Lourenço D'Oeste	Coronel Martins	1
3	São Lourenço D'Oeste	Galvão	2
3	São Lourenço D'Oeste	Jupirá	1
3	São Lourenço D'Oeste	Novo Horizonte	1
3	São Lourenço D'Oeste	São Bernardino	1
3	São Lourenço D'Oeste	São Lourenço do Oeste	3
3 Total			13

Código GERED	Nome GERED	Município	Total de Escolas
4	Chapecó	Águas Frias	1
4	Chapecó	Caxambu do Sul	3
4	Chapecó	Chapecó	30
4	Chapecó	Cordilheira Alta	1
4	Chapecó	Coronel Freitas	5
4	Chapecó	Guatambú	2
4	Chapecó	Nova Erechim	2
4	Chapecó	Nova Itaberaba	2
4	Chapecó	Planalto Alegre	2
4 Total			48
5	Xanxerê	Abelardo Luz	7
5	Xanxerê	Bom Jesus	1
5	Xanxerê	Entre Rios	5
5	Xanxerê	Faxinal dos Guedes	3
5	Xanxerê	Ipuaçú	6
5	Xanxerê	Lajeado Grande	1
5	Xanxerê	Marema	2
5	Xanxerê	Ouro Verde	1
5	Xanxerê	Passos Maia	2
5	Xanxerê	Ponte Serrada	3
5	Xanxerê	São Domingos	6
5	Xanxerê	Vargeão	2
5	Xanxerê	Xanxerê	11
5	Xanxerê	Xaxim	5
5 Total			55
6	Concórdia	Alto Bela Vista	2
6	Concórdia	Concórdia	13
6	Concórdia	Ipira	2
6	Concórdia	Irani	3
6	Concórdia	Perituba	2
6	Concórdia	Piratuba	1
6	Concórdia	Presidente Castello Branco	2
6 Total			25
7	Joaçaba	Água Doce	3
7	Joaçaba	Capinzal	4
7	Joaçaba	Catanduvás	2
7	Joaçaba	Erval Velho	2
7	Joaçaba	Herval d'Oeste	4
7	Joaçaba	Ibicaré	1
7	Joaçaba	Jaborá	1
7	Joaçaba	Joaçaba	5
7	Joaçaba	Lacerdópolis	1
7	Joaçaba	Luzerna	1
7	Joaçaba	Ouro	2
7	Joaçaba	Treze Tílias	2
7	Joaçaba	Vargem Bonita	3
7 Total			31
8	Campos Novos	Abdon Batista	1
8	Campos Novos	Brunópolis	2

Código GERED	Nome GERED	Município	Total de Escolas
8	Campos Novos	Campos Novos	7
8	Campos Novos	Celso Ramos	1
8	Campos Novos	Ibiam	1
8	Campos Novos	Monte Carlo	3
8	Campos Novos	Vargem	1
8	Campos Novos	Zortéa	2
8 Total			18
9	Videira	Arroio Trinta	1
9	Videira	Fraiburgo	6
9	Videira	Iomerê	1
9	Videira	Pinheiro Preto	1
9	Videira	Salto Veloso	1
9	Videira	Tangará	3
9	Videira	Videira	10
9 Total			23
10	Caçador	Caçador	11
10	Caçador	Calmon	1
10	Caçador	Lebon Régis	3
10	Caçador	Macieira	1
10	Caçador	Matos Costa	1
10	Caçador	Rio das Antas	2
10	Caçador	Timbó Grande	1
10 Total			20
11	Curitibanos	Curitibanos	8
11	Curitibanos	Frei Rogério	1
11	Curitibanos	Ponte Alta do Norte	2
11	Curitibanos	Santa Cecília	4
11	Curitibanos	São Cristovão do Sul	3
11 Total			18
12	Rio do Sul	Agrolândia	3
12	Rio do Sul	Agronômica	1
12	Rio do Sul	Braço do Trombudo	1
12	Rio do Sul	Laurentino	2
12	Rio do Sul	Rio do Oeste	2
12	Rio do Sul	Rio do Sul	10
12	Rio do Sul	Trombudo Central	2
12 Total			21
13	Ituporanga	Alfredo Wagner	2
13	Ituporanga	Atalanta	2
13	Ituporanga	Aurora	2
13	Ituporanga	Chapadão do Lageado	2
13	Ituporanga	Imbuia	2
13	Ituporanga	Ituporanga	7
13	Ituporanga	Leoberto Leal	2
13	Ituporanga	Petrolândia	3
13	Ituporanga	Vidal Ramos	4
13 Total			26
14	Ibirama	Apiúna	2
14	Ibirama	Dona Emma	3

Código GERED	Nome GERED	Município	Total de Escolas
14	Ibirama	Ibirama	4
14	Ibirama	José Boiteux	6
14	Ibirama	Lontras	3
14	Ibirama	Presidente Getúlio	5
14	Ibirama	Presidente Nereu	2
14	Ibirama	Vitor Meireles	3
14	Ibirama	Witmarsum	2
14 Total			30
15	Blumenau	Blumenau	33
15	Blumenau	Gaspar	7
15	Blumenau	Ilhota	3
15	Blumenau	Luiz Alves	4
15	Blumenau	Pomerode	4
15 Total			51
16	Brusque	Botuverá	2
16	Brusque	Brusque	11
16	Brusque	Canelinha	4
16	Brusque	Guabiruba	3
16	Brusque	Major Gercino	4
16	Brusque	Nova Trento	1
16	Brusque	São João Batista	4
16	Brusque	Tijucas	5
16 Total			34
17	Itajaí	Balneário Camboriú	6
17	Itajaí	Balneário Piçarras	2
17	Itajaí	Bombinhas	2
17	Itajaí	Camboriú	6
17	Itajaí	Itajaí	15
17	Itajaí	Itapema	3
17	Itajaí	Navegantes	6
17	Itajaí	Penha	5
17	Itajaí	Porto Belo	2
17 Total			47
18	Laguna	Garopaba	3
18	Laguna	Imaruí	5
18	Laguna	Imbituba	12
18	Laguna	Laguna	11
18	Laguna	Paulo Lopes	2
18	Laguna	Pescaria Brava	3
18 Total			36
19	Tubarão	Capivari de Baixo	5
19	Tubarão	Gravatal	6
19	Tubarão	Jaguaruna	3
19	Tubarão	Pedras Grandes	3
19	Tubarão	Sangão	3
19	Tubarão	Treze de Maio	2
19	Tubarão	Tubarão	22
19 Total			44
20	Criciúma	Balneário Rincão	2

Código GERED	Nome GERED	Município	Total de Escolas
20	Criciúma	Cocal do Sul	2
20	Criciúma	Criciúma	23
20	Criciúma	Forquilha	5
20	Criciúma	Içara	10
20	Criciúma	Lauro Muller	4
20	Criciúma	Morro da Fumaça	3
20	Criciúma	Nova Veneza	3
20	Criciúma	Orleans	5
20	Criciúma	Siderópolis	3
20	Criciúma	Treviso	1
20	Criciúma	Urussanga	6
20 Total			67
21	Araranguá	Araranguá	17
21	Araranguá	Balneário Arroio do Silva	1
21	Araranguá	Balneário Gaivotas	2
21	Araranguá	Ermo	1
21	Araranguá	Jacinto Machado	4
21	Araranguá	Maracajá	3
21	Araranguá	Meleiro	2
21	Araranguá	Morro Grande	1
21	Araranguá	Passo de Torres	2
21	Araranguá	Praia Grande	3
21	Araranguá	Santa Rosa do Sul	3
21	Araranguá	São João do Sul	1
21	Araranguá	Sombrio	6
21	Araranguá	Timbé do Sul	1
21	Araranguá	Turvo	3
21 Total			50
22	Joinville	Araquari	6
22	Joinville	Balneário Barra do Sul	3
22	Joinville	Barra Velha	3
22	Joinville	Garuva	3
22	Joinville	Itapoá	2
22	Joinville	Joinville	40
22	Joinville	São Francisco do Sul	12
22	Joinville	São João do Itaperiú	1
22 Total			70
23	Jaraguá do Sul	Corupá	3
23	Jaraguá do Sul	Guaramirim	6
23	Jaraguá do Sul	Jaraguá do Sul	17
23	Jaraguá do Sul	Massaranduba	4
23	Jaraguá do Sul	Schroeder	3
23 Total			33
24	Mafra	Campo Alegre	2
24	Mafra	Itaiópolis	7
24	Mafra	Mafra	14
24	Mafra	Monte Castelo	5
24	Mafra	Papanduva	4
24	Mafra	Rio Negrinho	5

Código GERED	Nome GERED	Município	Total de Escolas
24	Mafra	São Bento do Sul	10
24 Total			47
25	Canoinhas	Bela Vista do Toldo	1
25	Canoinhas	Canoinhas	12
25	Canoinhas	Irineópolis	2
25	Canoinhas	Major Vieira	2
25	Canoinhas	Porto União	8
25	Canoinhas	Três Barras	4
25 Total			29
26	Lages	Anita Garibaldi	2
26	Lages	Bocaina do Sul	2
26	Lages	Campo Belo do Sul	1
26	Lages	Capão Alto	2
26	Lages	Cerro Negro	1
26	Lages	Correia Pinto	3
26	Lages	Lages	26
26	Lages	Otaclíio Costa	5
26	Lages	Painel	1
26	Lages	Palmeira	2
26	Lages	Ponte Alta	3
26	Lages	São José do Cerrito	5
26 Total			53
27	São Joaquim	Bom Jardim da Serra	2
27	São Joaquim	Bom Retiro	2
27	São Joaquim	Rio Rufino	2
27	São Joaquim	São Joaquim	5
27	São Joaquim	Urubici	3
27	São Joaquim	Urupema	1
27 Total			15
28	Palmitos	Águas de Chapecó	3
28	Palmitos	Caibi	3
28	Palmitos	Cunha Porã	4
28	Palmitos	Cunhataí	1
28	Palmitos	Mondaí	3
28	Palmitos	Palmitos	5
28	Palmitos	Riqueza	3
28	Palmitos	São Carlos	3
28 Total			25
29	Dionísio Cerqueira	Anchieta	4
29	Dionísio Cerqueira	Dionísio Cerqueira	6
29	Dionísio Cerqueira	Guarujá do Sul	2
29	Dionísio Cerqueira	Palma Sola	3
29	Dionísio Cerqueira	Princesa	2
29	Dionísio Cerqueira	São José do Cedro	6
29 Total			23
30	Itapiranga	Iporã do Oeste	3
30	Itapiranga	Itapiranga	7
30	Itapiranga	Santa Helena	1
30	Itapiranga	São João do Oeste	4

Código GERED	Nome GERED	Município	Total de Escolas
30	Itapiranga	Tunápolis	3
30 Total			18
31	Quilombo	Formosa do Sul	1
31	Quilombo	Irati	1
31	Quilombo	Jardinópolis	1
31	Quilombo	Quilombo	5
31	Quilombo	Santiago do Sul	1
31	Quilombo	União do Oeste	1
31 Total			10
32	Seara	Arabutã	3
32	Seara	Arvoredo	2
32	Seara	Ipumirim	4
32	Seara	Itá	3
32	Seara	Lindóia do Sul	2
32	Seara	Paial	1
32	Seara	Seara	7
32	Seara	Xavantina	3
32 Total			25
33	Taió	Mirim Doce	1
33	Taió	Pouso Redondo	4
33	Taió	Rio do Campo	4
33	Taió	Salete	3
33	Taió	Santa Terezinha	3
33	Taió	Taió	5
33 Total			20
34	Timbó	Ascurra	3
34	Timbó	Benedito Novo	4
34	Timbó	Doutor Pedrinho	2
34	Timbó	Indaial	8
34	Timbó	Rio dos Cedros	1
34	Timbó	Rodeio	3
34	Timbó	Timbó	9
34 Total			30
35	Braço do Norte	Armazém	2
35	Braço do Norte	Braço do Norte	6
35	Braço do Norte	Grão Pará	2
35	Braço do Norte	Rio Fortuna	2
35	Braço do Norte	Santa Rosa de Lima	2
35	Braço do Norte	São Ludgero	3
35	Braço do Norte	São Martinho	2
35 Total			19
Total Geral			1.254

Fonte: INEP/Censo da Educação Básica 2016